



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E
ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO



DANIELE ROSSETO

**A PRESENÇA HAITIANA NO BRASIL:
O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR COMO UM ESTUDO DE CASO**

**MARINGÁ – PR
2018**

DANIELE ROSSETO

**A PRESENÇA HAITIANA NO BRASIL:
O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR COMO UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva.

Coorientador: Prof^a. Dr^a. Sueli de Castro Gomes.

MARINGÁ – PR
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Rosseto, Daniele

R829p A presença haitiana no Brasil: o município de Mandaguari, PR como um estudo de caso / Daniele Rosseto. -- Maringá, 2018.

151 f. : Il., mapas; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva.

Coorientador: Prof. Dr. Sueli de Castro Gomes

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em Geografia.

1.Geografia humana. 2.Imigrantes haitianos.3.Identity haitiana - Mandaguari, PR. 4.Revolução negra - Séc XIX. 5.Associação dos Estrangeiros de Mandaguari (ASSEM). I.Silva, Henrique Manoel da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Pós-graduação em Geografia. III. Título.

21.ed. 910.163

Cicilia Conceição de Maria

CRB9- 1066

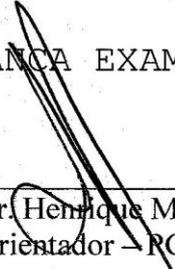
CC-003934

A PRESENÇA HAITIANA NO BRASIL: O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR COMO
ESTUDO DE CASO

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 13 de abril de 2018.

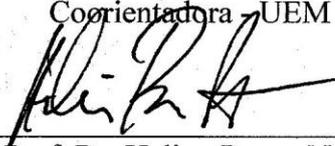
BANCA EXAMINADORA



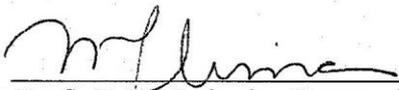
Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Orientador - PGE/UEM



Prof.ª Dr.ª Sueli de Castro Gomes
Coorientadora - UEM



Prof. Dr. Helion Povoá Neto
Membro convidado
UFRJ



Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima
Membro convidado - PGE/UEM

Com muito amor e carinho, dedico este trabalho ao **meu noivo**, aos **meus pais** e aos **meus irmãos**, pois foram minha motivação diária durante a caminhada.

Dedico-o, ainda, em memória de meu avô, **Miguel Penachio**, que nos deixou durante esta jornada e que tinha tanto orgulho e carinho pela profissão de sua neta, a de professora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, acima de tudo, a Deus por me proporcionar oportunidades inigualáveis como o desenvolvimento desta pesquisa, que, de várias formas, tornou-me mais humana ao olhar para o próximo.

Agradeço, de forma particular, a várias pessoas que foram essenciais na elaboração do trabalho:

Ao Professor Dr. Henrique Manoel da Silva, pela orientação e por receber de braços abertos a pesquisa, dando todo o apoio e exigência necessária durante o desenvolvimento.

À Professora Dr^a. Sueli de Castro Gomes, que, por estar sempre envolvida com a temática migratória, contribuiu significativamente para minha formação desde a graduação até o momento através de sua coorientação.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, que compartilharam seus conhecimentos e nos incentivaram a seguir no caminho da pesquisa geográfica.

Agradeço ao meu noivo, Felipe Refosco Yednak, por toda compreensão durante esta jornada, por todas as palavras de apoio nos momentos mais difíceis e por acreditar sempre na minha capacidade. Agradeço, principalmente, por todo incentivo, carinho e auxílio durante toda a pesquisa, desde as entrevistas até o tratamento dos dados.

Agradeço aos meus pais, José Carlos Rosseto e Maria Alice Penachio Rosseto, aos meus irmãos, Wagner Rosseto e Fernando Roberto Rosseto, por serem tão presentes em minha vida e por apoiarem minhas decisões, acreditarem em meu potencial e incentivarem a continuidade dos meus estudos.

A todos os integrantes da Associação dos Estrangeiros de Mandaguari, que contribuíram significativamente para a pesquisa através das entrevistas, dos dados, das reuniões e debates que enriqueceram meus conhecimentos. Em especial, à Zélia de Jesus Conte Bittencourt e Anilton Bittencourt, juntamente com a Paróquia Bom Pastor, que apoiaram, de todas as formas, a acolhida dos imigrantes haitianos em Mandaguari.

Aos haitianos, Elioth Aristidi, Kingson Joseph, Gregory Jean e Santha Ambroise, que foram muito importantes e também contribuíram imensamente com a pesquisa. Além disso, possibilitaram o meu conhecimento sobre a comunidade haitiana residente no município através da confiança, carinho e respeito.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência. Às minhas companheiras de caminhada, Milaine A. Pichiteli e Thays Z. Furlan, que foram muito importantes durante o desenvolvimento do trabalho, colaborando não apenas com as trocas de experiências, mas com apoio e motivação.

À ARAS-Cáritas, em especial à Andressa Gongora, que, por meio de toda sua experiência e trabalho desenvolvido em Maringá, cooperou com informações importantes para a pesquisa.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa através da bolsa, que viabilizou o seu desenvolvimento.

Por fim, agradeço, com alegria, aos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho. Dedico a todos os sentimentos de gratidão e satisfação por mais uma etapa vencida.

RESUMO

A mobilidade da população é uma característica histórica presente na realidade do Haiti. Tal fato se deu devido às consequências políticas, econômicas e sociais desencadeadas pela Revolução Negra no século XIX, cujo maior efeito tem sido a intensificação dos fluxos migratórios. Inicialmente, as rotas dessa mobilidade se direcionavam aos países da própria América Central, Caribe e também aos países da América do Norte, como o Estados Unidos, um dos principais destinos. Essa tendência se alterou nos últimos anos à medida que a mobilidade haitiana se voltou a países como o Brasil, devido a sua crescente visibilidade internacional como país emergente e também pelas barreiras impostas pelas políticas migratórias do governo norte-americano. Na região sul, o fluxo migratório haitiano, impulsionado pelo crescimento industrial e pela grande demanda por mão de obra, levou à concentração de um número considerável de imigrantes vivendo nessa região. As principais atividades desenvolvidas pelos haitianos no mercado de trabalho estavam relacionadas às linhas de produção nas indústrias, sobretudo àquelas relacionadas à atividade nos abatedouros e frigoríficos de aves. Entre os anos de 2010 a 2013, a região norte do Paraná acolheu um crescente número desses imigrantes, especialmente nos municípios de Maringá e Mandaguari, o que justificou em parte a escolha e delimitação territorial da pesquisa. No que se refere à questão do trabalho, o município de Mandaguari, por necessitar de mão de obra, atraiu esses imigrantes, porém ocorreram algumas dificuldades como, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim sendo, foram criadas redes de apoio através da igreja católica para o auxílio das famílias que estavam passando por dificuldades. Ademais, muitos avanços tornaram-se perceptíveis, como a criação de uma associação – a Associação do Estrangeiros de Mandaguari (ASSEM) –, que possibilitou uma maior socialização do grupo. Notou-se, também, que a constituição das redes de apoio proporcionou condições para vinda de novos imigrantes haitianos, construindo na realidade brasileira a identidade desse grupo. Assim, valendo-se do uso de entrevistas semi-direcionadas e da pesquisa com documentos e informações institucionais, foi possível observar o cotidiano desses imigrantes e suas estratégias adaptativas no novo espaço.

Palavras-chave: Imigração. Haiti. Mandaguari.

ABSTRACT

The population's mobility is a historical feature of the reality of Haiti. This was due to the political, economic, and social consequences of the Black Revolution in the nineteenth century, the greatest effect of which has been the intensification of migratory flows. Initially, the routes of this mobility were directed to the countries of Central America and the Caribbean itself and also to countries in North America, such as the United States, a major destination. This trend has changed in recent years as Haitian mobility has turned to countries such as Brazil, due to its growing international visibility as an emerging country and also by the barriers imposed by the US government's migration policies. In the southern region, Haitian migratory flow, driven by industrial growth and the great demand for labor, led to the concentration of a considerable number of immigrants living in the region. The main activities carried out by the Haitians in the labor market were related to the production lines in the industries, especially those related to the activity in poultry abattoirs and slaughterhouses. Between 2010 and 2013 the northern region of Paraná welcomed an increasing number of these immigrants, especially in Maringá and Mandaguari cities, which partly justified the choice and territorial delimitation of our research. Regarding the issue of labor, Mandaguari city, in need of labor attracted these immigrants, however, there were some difficulties, such as the insertion of women in the labor market. Support networks were created through the Catholic Church to help families in need. Many advances have become noticeable, such as the creation of an association - the Association of Foreigners of Mandaguari (ASSEM) - that allowed a greater socialization of the group. It can be noted that the constitution of the support networks provided conditions for the arrival of new Haitian immigrants, building in the Brazilian reality the identity of this flow. Therefore, the daily life of these immigrants was analyzed with the purpose of knowing the conditions and strategies used by them to adapt themselves to this new space.

Key words: Immigration. Haiti. Mandaguari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa político do Haiti.....	24
Figura 2 –	Localização do Haiti e Brasil na América.....	25
Figura 3 –	Haiti: Distribuição da população total e da população economicamente ativa por sexo, faixa de cinco anos, 1990 e 2016.....	34
Figura 4 –	Representação da localização do Haiti e do Estado do Paraná.....	73
Figura 5 –	Municípios que compõem a Região Metropolitana de Maringá.....	79
Figura 6 –	Localização do Município de Maringá no Estado do Paraná.....	80
Figura 7 –	Localização do Município de Mandaguari no Estado do Paraná.....	83
Figura 8 –	Número de haitianos registrados na Polícia Federal por Município da região de Maringá no período de 2010 a 2017.....	86
Figura 9 –	Distribuição da população haitiana no Município de Mandaguari por bairro em 2017.....	99
Figura 10 –	Foto da reunião para os haitianos na Paróquia Bom Pastor, 2016.	115
Figura 11 –	Diretoria e coordenadores da Associação dos Estrangeiros de Mandaguari, ASSEM, 2017.....	118
Figura 12 –	Aula prática do curso de português para os haitianos.....	120
Figura 13 –	Haitianos no desfile cívico de Mandaguari.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Número de haitianos que se registraram na Polícia Federal no período de 2012 a 2016.....	63
Gráfico 2	–	Porcentagem de registros de haitianos por Estado, no período de 2012 a 2016.....	64
Gráfico 3	–	Ocupação declarada no registro dos imigrantes haitianos no período de 2012 a 2016.....	66
Gráfico 4	–	Distribuição de trabalhadores estrangeiros segundo faixa salarial, PR – 2014.....	67
Gráfico 5	–	Número de trabalhadores estrangeiros no Paraná em 2014.....	75
Gráfico 6	–	Ocupações predominantes entre trabalhadores estrangeiros ativos em 2014 – PR.....	76
Gráfico 7	–	Distribuição de trabalhadores das principais nacionalidades estrangeiras segundo gênero, PR – 2014.....	77
Gráfico 8	–	Número de haitianos que chegaram no Brasil e em Mandaguari no período de janeiro de 2012 a novembro de 2017.....	95
Gráfico 9	–	Número de haitianos que chegaram em Mandaguari no período de janeiro de 2013 a novembro de 2017, segundo gênero.....	97
Gráfico 10	–	Faixa etária dos haitianos e haitianas residentes em Mandaguari, 2017.....	97
Gráfico 11	–	Locais de emprego da população haitiana residente em Mandaguari e o número da população empregada segundo gênero em 2017.....	101
Gráfico 12	–	Faixa etária de homens e mulheres da nacionalidade haitiana desempregados em 2017.....	105
Gráfico 13	–	Faixa etária de homens e mulheres da nacionalidade haitiana empregados em 2017.....	106
Gráfico 14	–	Tempo de permanência no emprego declarada pelos haitianos em 2017.....	109
Gráfico 15	–	Número de haitianos por residência no município de Mandaguari, em 2017.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Considerações das causas atuais de mobilidade humana.....	48
Quadro 2	–	Saldo de empregos com carteira assinada no Paraná. Janeiro 2010 – Setembro 2017.....	72
Quadro 3	–	Número de haitianos por residência, com ocupação e sem ocupação no município de Mandaguari, 2017.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– População ocupada segundo as principais atividades econômicas em Maringá, 2010.....	81
Tabela 2	– Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas em Maringá, 2016.....	82
Tabela 3	– Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas em Mandaguari no ano de 2016.....	84
Tabela 4	– População ocupada segundo as principais atividades econômicas, Mandaguari, 2010.....	85
Tabela 5	– Saldo de empregos no Município de Maringá, no período de 2010-2016.....	87
Tabela 6	– Saldo de empregos no município de Mandaguari no período de 2010-2016.....	87
Tabela 7	– Ocupação declarada por parte dos haitianos residentes em Mandaguari, conforme a empresa empregadora em 2017.....	103
Tabela 8	– Número de haitianos empregados e desempregados segundo gênero, 2017.....	104
Tabela 9	– Grau de escolaridade dos haitianos com ocupação e sem ocupação no ano de 2017.....	111
Tabela 10	– Religião declarada pela amostra de haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017.....	123
Tabela 11	– Valor médio das remessas enviadas pelos haitianos para o Haiti em 2017.....	127
Tabela 12	– Faixa média de salários dos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017.....	128
Tabela 13	– Faixa média dos valores pagos no aluguel pelos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017.....	128
Tabela 14	– Faixa média das despesas declaradas pelos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017.....	129
Tabela 15	– Média do número de filhos declarados pelos haitianos no Haiti e no Brasil, em 2017.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	–	Acre
ACAMAN	–	Associação dos Catadores de Mandaguari
AHM	–	Associação dos Haitianos de Maringá
AM	–	Amazonas
ARAS	–	Associação de Reflexão e Ação Social
ASSEM	–	Associação dos Estrangeiros de Mandaguari
BNRH	–	Banco Nacional da República do Haiti
CAGED	–	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	–	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNIg	–	Conselho Nacional de Imigração
CODEPAR	–	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
CONARE	–	Comitê Nacional para os Refugiados
CRE	–	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
FHAP	–	Frente Haitiana para o Avanço e Progresso
HRF	–	Fundo de Reconstrução do Haiti
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IHU	–	Instituto Humanitas Unisinos
IMDH	–	Instituto Migrações e Direitos Humanos
IPARDES	–	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MINUSTAH	–	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MT	–	Mato Grosso
MTE	–	Ministério do Trabalho e Emprego
MTE-RAIS	–	Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais
MTPS	–	Ministério do Trabalho e Previdência Social
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OS	–	Operário Sem Especialização
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNB	–	Produto Nacional Bruto

PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	–	Paraná
RAIS	–	Relação Anual de Informações Sociais
RMM	–	Região Metropolitana de Maringá
RN	–	Resolução Normativa
RNE	–	Registro Nacional de Estrangeiros
SC	–	Santa Catarina

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O HAITI: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL, E A EMIGRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA	23
1.1	A HISTÓRIA DE “LIBERTAÇÃO” E SUBDESENVOLVIMENTO.....	23
1.2	O CENÁRIO SOCIAL E ECONÔMICO DO HAITI.....	33
1.3	A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO HAITIANA.....	37
2	A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL	43
2.1	TEORIAS DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS NA GEOGRÁFICA.....	43
2.2	O BRASIL DE PORTAS ABERTAS.....	51
2.2.1	As políticas públicas brasileiras para estrangeiros e os novos rumos	57
2.3	OS DESAFIOS DO PERCURSO E A CHEGADA AO BRASIL.....	60
3	HAITIANOS NO PARANÁ	69
3.1	A ECONOMIA DO PARANÁ.....	69
3.2	A CHEGADA DOS HAITIANOS AO PARANÁ.....	73
3.3	HAITIANOS NA REGIÃO NORTE CENTRAL DO PARANÁ: FATORES ECONÔMICOS DE MARINGÁ E MANDAGUARI.....	78
3.3.1	A Presença haitiana em terras norte paranaenses	85
4	HAITIANOS EM MANDAGUARI: TRABALHO, REDES DE APOIO E COTIDIANO	94
4.1	O FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO PARA A CIDADE DE MANDAGUARI-PR.....	94
4.2	O TRABALHO.....	100
4.3	AS REDES DE APOIO.....	112
4.4	O COTIDIANO E AS PROJEÇÕES PARA O FUTURO.....	124
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	139
	APÊNDICE	148

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida através da linha de pesquisa “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais” do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Estadual de Maringá, tem como objetivo analisar uma das dinâmicas populacionais que está em ocorrência no norte do Paraná: a imigração haitiana. Tanto as especificidades, como as estratégias de adaptação desses imigrantes e as novas territorialidades criadas durante o processo são fatores fundamentais levantados no desenvolvimento da pesquisa.

O interesse pela pesquisa nesse campo iniciou-se ainda na graduação, com a participação no Projeto de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Maringá, desenvolvendo uma pesquisa com base na mobilidade do trabalho dos haitianos no município de Mandaguari, bem como a chegada desses imigrantes na região através de empresas. O período de um ano entre elaboração do projeto e finalização da pesquisa não foi o suficiente para a realização de todos os ensejos, principalmente por ser um fenômeno que ocorreu recentemente. Assim, o desejo de seguir com a pesquisa surgiu na possibilidade do mestrado.

A necessidade de tornar claros os processos de mobilidade humana no mundo para que a pesquisa fosse embasada em teorias importantes nessa área efetivou-se a partir do levantamento das mesmas. A novidade encontrada em meio a essa busca se deu sob a configuração de uma migração direcionada do hemisfério norte em direção ao hemisfério sul. Segundo Handerson (2015a), a migração para países emergentes começou a se destacar nas mobilidades pelo mundo, chegando a ser maior do que as unilaterais (países subdesenvolvidos/países desenvolvidos). Assim sendo, para que a compreensão e a conclusão relacionadas a esse fenômeno se deem de maneira satisfatória, alguns teóricos da migração são abordados durante o trabalho, como Gaudemar (1977), Sayad (1992), Salim (1992), Póvoa-Neto (1997) e outros autores como Becker (1997) e Heidemann (2004).

Ao iniciar a pesquisa, delimitamos o tempo, a partir de 2010, embora grande parte do fluxo direcionado ao Brasil e, conseqüentemente as primeiras levadas significativas no Paraná, ocorreu a partir 2012 devido ao acesso aos vistos humanitários. Naquele momento, pode-se constatar que o fenômeno da migração haitiana ocorreu com maior intensidade devido aos problemas que o país de origem

enfrentou com relação ao terremoto¹, porém, é de extrema importância levar em consideração também os problemas já enfrentados antes do agravamento.

O histórico do país em questão revela os fatores que o levam a ter grande mobilidade da população ao longo do tempo. A começar pela luta contra os brancos e a conquista da independência por parte da população negra, fato histórico que, conseqüentemente, ocasionou o bloqueio econômico do Haiti por parte dos grandes imperialistas da época. Em 1825, o país pagou cento e cinquenta milhões de francos para os franceses com objetivo de colocar fim ao bloqueio econômico, porém a dívida externa o tornou dependente economicamente. Atrelada a esses fatos, a instabilidade política e econômica que acomete o país também influenciou na decisão da população de migrar em busca de melhores condições. Segundo Handerson (2015b), de 4 a 5 milhões de haitianos estão fora do seu país (dados levantados em 2005), ou seja, a metade da população, que totaliza hoje por volta de dez milhões de haitianos.

O Brasil integrou-se à rota dessa imigração, segundo relatos dos próprios haitianos, devido à maior facilidade de entrada no país. Embora o Canadá e os Estados Unidos fossem os países mais almejados, possuíam acesso e permanência dificultados. Entre 2010 e 2013, o número de haitianos que passaram pela Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru ultrapassou de sete mil. Em 2014, o número estimado de haitianos no Brasil girou em torno de 40 mil – vale ressaltar que a mobilidade dessa população é intensa, de forma que não é possível indicar valores com precisão, mas, sim, estimativas (HANDERSON, 2015b). Alguns desses dados apontam que o ápice da migração para o Brasil, a partir de 2010, chegou ao número de oitenta mil haitianos, lembrando que boa parte acabou migrando posteriormente para outros países como, por exemplo, o Chile (INSTITUTO DE MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2016b).

O Brasil, até 2017, contava com o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) criado no período do Regime Militar, que permitia a entrada e permanência de imigrantes de forma legal, priorizando os interesses nacionais, e também com o Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474/97). Com uma luta de décadas, a Nova Lei de

¹ O terremoto causou grande destruição, deixando 1,3 milhões de pessoas desabrigadas e mais de duzentas mil pessoas mortas. Devido ao desastre natural, as condições de vida como: acesso a água potável, alimentação e moradia se tornaram precárias, principalmente por conta da situação que o país já enfrentava em relação a esses problemas antes do terremoto (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Imigração (Lei nº 13.445/17) foi sancionada, em meio a prós e contras, dando origem a um novo olhar ao imigrante. Alguns elementos, além da facilidade ao acesso à fronteira, vão ao encontro desse novo destino. Diante do quadro de expansão da economia brasileira no período o país ganhou maior visibilidade internacional o que contribuiu para a atração desse contingente migratório. Outro fator foi a presença militar brasileira junto as tropas da ONU no Haiti, o que favoreceu a difusão da imagem brasileira no país, sem contar com a visibilidade que o país alcançou através da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016 (ALESSI, 2013; COTINGUIBA, 2014).

A porta de entrada desses imigrantes foi estados como o Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru, sendo o Equador uma das portas de entrada para a América do Sul. As cidades Tabatinga, Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia (AC) receberam grande fluxo, necessitando até mesmo da criação de abrigos para acolher essas pessoas. Além disso, traspondo a fronteira, eles se dirigiram a outras cidades na Região Sul e Sudeste, destinos esses em que lhes foram oferecidos empregos (MAMED; LIMA, 2016).

Segundo Gomes (2016), a Região Sul em 2010 passava por um período de crescimento econômico e, conseqüentemente, a necessidade de mão de obra para serviços como magarefes nos frigoríficos, indústrias de construção civil, auxiliares de linhas de produção, principalmente nos setores primários e secundários, fez com que as buscas por essa força de trabalho enxergassem a possibilidade de ocupação desses postos por imigrantes haitianos que estavam adentrando o país justamente com esse objetivo.

No norte do Paraná, a chegada dos imigrantes se fez presente no cenário da Região Metropolitana de Maringá e muitos municípios foram destinos dessa população devido aos setores industriais que, de certa maneira, impulsionaram sua escolha. Muitas empresas fizeram o papel de agenciadoras na vinda do Acre até o Paraná e algumas delas forneceram moradia em condições não muito favoráveis, já outras auxiliaram no processo de aluguel. Esse foi um apoio inicial, mas, com o passar do tempo, cada um ficou responsável por organizar sua vida em seu novo espaço.

A partir desses fatores, a área de concentração da presente pesquisa privilegia a região norte do Paraná, tomando como um estudo de caso o município

de Mandaguari, que desperta a atenção devido à escolha dos imigrantes haitianos como destino final. Levamos em consideração a oferta de emprego como um impulsor que, conseqüentemente, possibilita-nos analisar o trabalho em sua totalidade, as redes de apoio, o cotidiano e as condições de adaptação desses imigrantes ao novo modo de vida.

Ademais, Maringá foi um importante cenário para esses imigrantes, uma vez que o município foi um dos primeiros a abrigar esse novo fluxo na região norte do Paraná. O motivo não é de difícil compreensão, afinal, a cidade polo da região seria, obviamente, a maior facilitadora de emprego, pois no município estão instaladas grandes empresas frigoríficas como a Frangos Canção, Grupo GTFoods, Frango Maringá e outras.

Segundo Gomes (2016), algumas instituições passaram a atuar em prol desses imigrantes a partir do momento em que se depararam com as situações de vulnerabilidade de alguns grupos. A ARAS-Cáritas de Maringá, por exemplo, desenvolveu várias ações por meio de igreja católica, como atendimento humanitário, cadastramento, organização do curso de português, palestras para melhor direcionamento e várias outras possibilidades de acolhimento.

Em Mandaguari, município da Região Metropolitana de Maringá, o número de haitianos se faz notável, principalmente devido à dimensão do município. Quando analisamos o número total da população de Maringá que é de 342.300 habitantes segundo o IBGE (2010), a porcentagem de haitianos é de 0,25%, conforme os registros da polícia federal. Mandaguari, que abriga aproximadamente 34 mil habitantes, segundo o IBGE (2010), apresenta uma porcentagem de 0,50% de haitianos residindo no município segundo os registros da polícia federal. Esse fato justifica a escolha do município como um estudo de caso.

O município de Mandaguari conta com empresas que necessitavam de mão de obra em larga escala, porém havia poucas pessoas interessadas em realizar determinadas funções. Desse modo, os haitianos foram empregados tanto em frigoríficos, quanto em indústrias de base que empregavam diversas funções. Uma das empresas, a Romagnole, está no *ranking* das 100 maiores empresas do Paraná, a maior empregadora de haitianos no município, sem contar com os investimentos realizados pela Aurora no abatedouro desse mesmo local.

Ademais, durante a pesquisa, os fatores que atraíram os imigrantes para Mandaguari, bem como as ações decorrentes desse processo foram analisados.

Precisamos considerar que o mesmo não representa um município de grande porte e não costuma receber imigrantes em números consideráveis. A princípio, por volta de 2013 e 2014, a tentativa da igreja católica em prestar apoio não aconteceu, pois houve dificuldades de comprometimento entre os membros dispostos na comunidade, o que atrapalhou o andamento das ações. Em vista disso, uma das instituições de ensino do município se tornou o amparo desse grupo de haitianos através de aulas de português e geografia.

Essa dificuldade, relacionada à questão do comprometimento, fez com que os imigrantes, de certa forma, desacreditassem no apoio social. Foi então que, em 2015, houve a retomada da discussão sobre as dificuldades dos haitianos na localidade, por meio de outra Paróquia do município, a Paróquia Bom Pastor, que se prontificou a realizar ações para a melhoria das condições de vida dessa nova população. Assim, as ações começaram a ser realizadas por meio de reuniões entre autoridades, igreja católica e os haitianos, ações essas que serão descritas no decorrer na pesquisa.

O desenvolvimento de estratégias para inserção na sociedade local através das redes de apoio foram ocorrendo em diversos âmbitos, como a criação da Associação dos Estrangeiros de Mandaguari. Além disso, ocorreram também a organização de reuniões, a participação nas reivindicações dos direitos dos haitianos junto à prefeitura e à sociedade local e a busca pela educação principalmente relacionada à língua portuguesa.

A dinâmica de um processo migratório justifica-se por si só a importância de uma pesquisa. Quando se trata de um estudo migratório complexo que foge às características convencionais, principalmente por tratar-se de fluxo de países periféricos para países emergentes, a justificativa ganha respaldo de um fenômeno que ocorre a milhares de anos, porém com particularidades próprias. O conhecimento dos fatores atrativos desses imigrantes haitianos para o Brasil, bem como o registro das características de um novo fluxo migratório na região é de suma importância. As análises das condições de vivência na sociedade em geral possibilitaram a compreensão desse fenômeno em ocorrência.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a presença dos imigrantes haitianos no norte do Paraná, especificamente em Mandaguari. Dessa maneira, a análise parte desde a chegada ao município, sua relação com o mercado de trabalho, até a

formação das redes de apoio social, através de instituições como igrejas católicas e evangélicas, bem como a importância dessas ações no cotidiano dos imigrantes.

Um dos primeiros itens determinados como algo específico a ser compreendido foi a trajetória desses imigrantes, desde a saída do Haiti até a chegada ao município em questão. Assim, os fatores de decisão por essa ação foram levantados a partir do momento em que o destino foi selecionado. Conhecer os locais, as funções e as condições de trabalho também fizeram parte dos objetivos específicos, atribuindo o conhecimento da maior concentração de imigrantes em determinadas localidades do espaço.

Os problemas enfrentados do trajeto até os momentos atuais de vivência são fatores importantes que revelam como as estratégias de adaptação estão sendo direcionadas para solucionar os problemas e criar as territorialidades do grupo. O conhecimento dessas estratégias dá abertura para relacionar o papel social de instituições religiosas e escolares na vida dos imigrantes. Assim, a representação dos dados coletados através de gráficos e mapas finalizam os objetivos específicos e possibilitam a caracterização socioeconômica dos haitianos no município.

A pesquisa utilizou metodologias tanto qualitativas como quantitativas, pois foram realizados entrevistas e levantamentos de dados através de instituições públicas e departamentos, como o Departamento de Estrangeiros da Polícia Federal de Maringá e a Associação dos Estrangeiros de Mandaguari. As entrevistas ocorreram por meio de relatos orais com os haitianos e com figuras importantes para esse meio. Um dos campos mais importantes para obtenção dessas informações foram os encontros mensais os quais os haitianos realizavam no salão da Paróquia Bom Pastor em Mandaguari.

A metodologia da História Oral técnica baseada em relatos orais foi utilizada como fonte teórica para a realização das entrevistas. Segundo Meihy (2006), essa técnica consiste em buscar informações que, muitas vezes, os documentos convencionais não possibilitam, sendo dividida em três tipos: a história de vida, a história temática e a tradição oral. Para Portelli (1997), ao utilizar-se das fontes orais, o pesquisador, com um olhar sensível às entrelinhas dos fatos, pode compreender eventos desconhecidos do estudo em questão, ampliando olhares para diferentes aspectos da pesquisa.

Precisamos levar em consideração que os relatos orais de um determinado fenômeno podem apresentar versões diferentes, ou seja, olhares diferenciados

sobre um mesmo assunto ou uma mesma vivência. Segundo Portelli (1997), esses relatos são traduzidos com pontos de vista múltiplos, assim, cabe o narrador identificá-los e inseri-los no contexto histórico analisado. Para o autor, “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). No caso da imigração haitiana para o Brasil, os fatores de tomada de decisão podem apresentar motivos distintos uns dos outros ou não. O ponto de vista em relação à situação do país pode variar nos relatos conforme as condições de cada um, por isso, os relatos orais trazem o lado humano da pesquisa através da trajetória que cada migrante fez para estar nesse país em determinado Estado e município.

Dessa forma, foi possível realizar o cruzamento de dados qualitativos com dados quantitativos com análises baseadas nas teorias de Gaudemar (1977). Quando se trata da mobilidade do trabalho, apoiamos-nos nos demais autores importantes para o campo do fenômeno migratório como Sayad (1998), que traz em sua literatura experiências relacionadas à mobilidade e aos questionamentos de o que é ser um imigrante.

O primeiro capítulo da dissertação consiste em um histórico relacionado à história do Haiti, partindo da colonização, escravização dos negros africanos, luta pela liberdade e conquista da independência. Buscamos apresentar o contexto social, econômico e político pelo qual o país caracterizou-se ao longo de sua história e seu atual cenário. Essa caracterização é de suma importância para que a mobilidade haitiana, como uma constante no território, seja compreendida. Dentro desse processo de mobilidade, foi necessário um aporte teórico sobre as correntes migratórias no mundo e suas teorias.

Compondo a fundamentação teórica, o segundo capítulo apoia-se na compreensão dos motivos que levaram o Brasil a ser um dos destinos da imigração haitiana. Foram levantadas as hipóteses apresentadas por vários autores sobre o direcionamento do fluxo. Nesse fragmento, abordamos a política migratória e a nova Lei de Imigração, os percursos e desafios até a chegada ao destino final, as estimativas dos principais estados brasileiros “escolhidos” como destino, bem como as características que influenciaram nessa decisão e as funções que estão sendo desenvolvidas no mercado de trabalho.

O terceiro capítulo consiste na caracterização da chegada dos haitianos no Paraná, Estado em que ocorre a pesquisa. Foram levantados dados relacionados ao

número desses imigrantes, as funções no mercado de trabalho e a relação com o gênero. Foi possível, através das entrevistas realizadas, constatar nessa seção alguns meios de chegada desses haitianos aos municípios de Maringá e Mandaguari respectivamente. As características abordadas por meio de uma determinada entrevista revelaram todo o processo desde o Acre até Maringá. Em relação a Mandaguari, um próprio haitiano relatou todo seu percurso até o município. Ambos processos ocorreram através de empresas locais. Abordamos, também, as características econômicas do Paraná, Maringá e Mandaguari, relacionando-as ao período de maior fluxo da migração haitiana, considerando, assim, um polo de atração.

Durante o último capítulo, foram abordadas as características da imigração haitiana para Mandaguari. O trabalho, principal objetivo dos haitianos no município, foi um dos aspectos analisados, abordando as empresas e setores que mais empregam, as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, bem como as realizações. As redes de apoio criadas em Mandaguari foram analisadas como facilitadoras do acolhimento aos imigrantes no município, o que possibilitou o desenvolvimento de ações em prol da inserção dos haitianos na sociedade mandaguariense. Por fim, tratamos do cotidiano e suas projeções futuras. Relatos sobre a expectativa da reunião familiar, ascensão social e melhores condições de vida para a família que ainda reside no Haiti foram destacados sem desconsiderar os relatos sobre as dificuldades do cotidiano e as despesas que, muitas vezes, comprometem o auxílio para as famílias no Haiti.

1 O HAITI: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL, ECONÔMICA E A EMIGRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA

1.1 A HISTÓRIA DE “LIBERTAÇÃO” E SUBDESENVOLVIMENTO

O novo mundo, denominação dada pelos europeus ao se referir à América, serviu de contraponto e suporte para que o oriente se tornasse centro cultural e político do mundo na modernidade – através da riqueza em ouro e prata, aliadas a escravidão e comercialização dos africanos – fazendo que os europeus se destacassem no mundo moderno. Tal feito não foi possível sem o colonialismo, fato esse que Haesbaert e Gonçalves (2006) denominam como um sistema-mundo moderno-colonial. Esse sistema nos remete a um mundo contraditório o qual os europeus, detentores dessa dominação, conquistaram através da exploração dos povos da América. “É a importância do que é dominado, dos que são dominados, a razão de ser da dominação; há, sempre, o primado do dominado que, potencialmente, pode viver sem a dominação, ao contrário do dominador, cuja potência é a dominação” (HAESBAERT; GONÇALVES, 2006, p. 20-21). A relação em que o dominador apenas se consagrou potência devido ao dominado nos revela o grande papel do colonialismo na constituição desse sistema e a importância dos povos traficados e escravizados para essa composição, trazendo a reflexão de que esse contato não se deu de forma pacífica, sem qualquer forma de resistência.

Há sempre, é claro, entre os dominados, mais do que aquilo que neles veem os dominadores. Afinal, os povos originários e os afrodescendentes sequestrados e traficados para a América são mais do que ouro e prata, cana, tabaco ou algodão, assim como são mais do que *mão* de obra: são corpo inteiro e exatamente por isso sempre resistiram, (r)existiram (HAESBAERT; GONÇALVES, 2006, p. 21).

Muito além da simples mão de obra barata e da força de trabalho, esses povos, com toda sua resistência e organização, iniciaram lutas para sua liberdade, a começar pelos colonos ingleses que, com a Revolução Americana bem-sucedida, em 1776, firmaram a primeira luta pela libertação com os Estados Unidos, que até então estava sob domínio inglês, sendo o primeiro país da América a conquistar sua independência, mesmo que organizado em colônias.

A segunda e surpreendente revolução que acometeu o terror da sociedade europeia e das elites colonizadoras foi a Revolução Haitiana ocorrida em 1804,

quando o Haiti foi cenário de luta e revolta dos povos negros contra os brancos dominadores, batalha essa liderada por Toussaint L'Ouverture, que conquistou a Independência do Haiti. Segundo Haesbaert e Gonçalves (2006), tal conquista rompeu o colonialismo e com ele a colonialidade. Liderados pela massa negra e escravizada, “à época, o pânico do haitianismo tomou conta não só das elites colonizadoras europeias, como das elites *criollas*, que temiam uma independência radical, isto é, que se eliminassem a escravidão e a servidão” (HAESBAERT; GONÇALVES, 2006, p. 22).

Para compreendermos o histórico da vida política e econômica do Haiti, faz-se necessário retomar sua história, as condições que fizeram com que sua população buscasse a independência e, conseqüentemente, os rumos que o país tomou a partir desse momento.

A colônia Haitiana, localizada no Caribe, especificamente na ilha *Hispaniola* (São Domingos) até então sob domínio hispânico, passou a ter domínio francês em 1695 através do Tratado de Ryswick. A partir daquele momento, a ilha foi dividida entre Haiti a oeste (sob domínio francês) e República Dominicana a leste (sob domínio espanhol), tomando rumos distintos em que apenas o sistema colonial tornara-se um quesito em comum (GRONDIN, 1985; JAMES, 2010).

Figura 1 – Mapa político do Haiti



Fonte: Istanbul City Guide. Disponível em: <<http://www.istanbul-city-guide.com/map/country/haiti-map.asp>>

Figura 2 – Localização do Haiti e Brasil na América



Fonte: IBGE (2016), elaborada pela autora (2018).

Como afirmam Pires e Costa (2010), a revolução do Haiti foi iniciada com a liderança Mackandal² em 1758, sendo retomada em 1791 com suas forças revigoradas. Esse líder utilizou de uma característica comum a todos os negros para que, de fato, a união e a libertação se efetivassem.

Para Cotinguiba (2014, p. 76), a percepção do líder foi fundamental:

Com seus feitos, Mackandal entra para a história haitiana como o iniciador das revoltas que conduziriam os escravos à revolução. Tudo indica que Mackandal teve a percepção para captar algo comum aos negros ou à sua maioria, o vodu, elemento essencial e capaz de aglutinar os negros em prol de uma causa que lhes parecia e era comum, a aspiração pela liberdade. Podemos dizer que, metaforicamente, a força invisível do vodu, misturada com o sentimento de revolta e os maus tratos sofridos pelos escravos negros e os *marrons*, deu a liga necessária para a conquista da liberdade.

² Primeiro líder da revolução contra os brancos, Mackandal era um escravo originário da Guiné que, através de sua crença, o vodu, incita negros ao extermínio dos brancos. Ele foi capturado durante uma cerimônia de vodu e queimado vivo, porém continuou a ser venerado pelos haitianos como um profeta (HURBON, 1988 apud COTINGUIBA, 2014). Segundo James (2010), para tentar acabar com os brancos, possuía a estratégia de envenenar as águas de suas casas, porém foi denunciado e capturado.

Os escravizados – negros traficados de diversas localidades da África com culturas e religiões diversificadas, não tendo nem mesmo a língua em comum – foram mobilizados por uma única prática a qual foi assimilada por Mackandal como o vodu e utilizada a favor da união desses negros e todo sentimento de libertação que os dominavam. Segundo Grondin (1985), o vodu, além de recolher todos os traços culturais que foram se perdendo através do colonialismo, integrou e dinamizou essa classe que abrigava profundas diferenças. Essa prática possui como base o culto dos espíritos e divindades denominados por eles de *loa*. Os *loas* são os protetores de seus seguidores e podem realizar comunicações através de sonhos ou encarnações (possessões) as quais são manifestadas durante os rituais celebrados em locais abertos e públicos com um conjunto de elementos fundamentais para os ritos.

[...] geralmente o rito tem um conjunto de elementos fundamentais respeitados em cada cerimônia: saudações iniciais, desfile de bandeiras do *loa*, invocações, libações, desenho dos signos do *loa* no chão, ritos de orientação (pontos cardeais), sacrifício de algum animal, oferendas e transe. Essas diversas partes são acompanhadas de cantos e de danças apropriadas para cada família de *loas* e marcadas pelo ritmo dos tambores, que varia de acordo com as indicações do *houngan*, conforme os momentos de entrada ou saída de transe (GRONDIN, 1985, p. 80).

Outro detalhe dessa prática são as divisões relacionadas à participação na cerimônia. Os fiéis são chamados de *hounsi* e participam da prática colocando-se à disposição de um sacerdote, a autoridade, chamado de *houngan* ou *mambo* (no caso, quando essa for mulher), assim surgem as denominações “pai de santo” e “mãe de santo”. O santuário onde acontecem os ritos é chamado de *hounfô*. Essa prática enfrentou uma série de preconceitos no período colonial e a clandestinidade surgiu. Com ela, também surgiram as várias denominações sobre o vodu que disseminaram a imagem dessa prática vista como “maligna” em muitas partes do mundo todo (GRONDIN, 1985) Esse parêntese na história, destacando no que consiste o vodu, é fundamental para compreensão do contexto revolucionário, pois essa prática está inteiramente atrelada à cultura haitiana e foi um fator de integração, conforme já mencionado, para a organização da revolta contra os brancos.

Toussaint, filho de um escravo que foi chefe tribal na África, era bem instruído e conhecia os princípios da Revolução Francesa que os sustentava (Liberdade,

Igualdade e Fraternidade), disseminando sua força por todo cenário de luta a favor da abolição da escravidão “O significado da França revolucionária estava sempre em seus lábios, em suas declarações públicas, em sua correspondência e na intimidade espontânea de suas conversas particulares” (JAMES, 2010, p. 264). Segundo o autor, a consciência de Toussaint sobre o atraso social e condições primitivas que aquele povo estava vivendo era tão clara que o fez buscar a luta pela independência.

Segundo Pires e Costa (2010), a monopolização econômica e política do país se dava por uma elite de brancos e mulatos. Essa elite representava uma pequena parcela da população haitiana, mas detinha poder de decisões, como por exemplo, restringir a ocupação de negros em cargos públicos e na vida política. De 550.000 habitantes, 80% eram escravos. Assim, a recusa dessa organização, que estava sendo imposta no território pelos brancos, fez com que os negros escravizados se organizassem em tropas sobre o território. O apoio dos militares espanhóis³ foi aceito parcialmente pelos haitianos. Mesmo assim, expulsaram o exército francês, ateando fogo aos canaviais e causando toda uma revolta pelo território. Os negros venceram a rebelião⁴ tornando o Haiti o primeiro país no qual a população negra proclamou sua independência, sobre liderança de Toussaint, que posteriormente foi morto e torturado pelas tropas de Napoleão (JAMES, 2010).

Segundo Grondin (1985), após a conquista da independência em 1804, o sistema colonialista foi parcialmente liquidado, havendo uma resistência em trabalhar nas grandes plantações para os novos chefes negros ou mulatos que eram privilegiados da sociedade haitiana. Entretanto, tal resistência teve fim em 1845 quando se consolidou o pequeno produtor como nova forma de produção local através da distribuição de lotes de terra. Isso não significava que os ex-escravos possuíam poder de posse das terras em que trabalhavam, pois a elite negra tomou lugar da elite branca derrotada pela revolução, não diferindo as condições de um trabalho escravo por grande parte dessa população.

³ Segundo James (2010), como os haitianos já tinham presenciado seu território sob domínio hispânico, que perdeu para França no Tratado de Ryswick em 1695, a possibilidade de tê-los como aliados não representava algo bom.

⁴ A Revolução Haitiana contra os franceses iniciou-se em 1791 por Toussaint L'Overture e teve seu fim em 1804 com a vitória do Haiti (GRONDIN, 1985).

Depois de lutar por sua liberdade contra os brancos, os ex-escravos tiveram que lutar, durante quase um século, contra os mulatos e negros da elite pela terra que haviam libertado. Conseguiram a posse de pequenas parcelas de terra, mas seus direitos e títulos de propriedade são geralmente inexistentes ou duvidosos, sujeitos à intervenção dos poderosos (GRONDIN, 1985, p. 54).

Essa concessão à terra não assegurava sua posse, sustentando a ideia de que o país ainda estava sob dominação e interesse de outros e não do próprio povo, esse sentimento de pertencimento do Haiti estava apenas com a elite. Dessa forma, a posse de terra não era suficiente para que as famílias haitianas desenvolvessem uma agricultura de subsistência, como ocorreu na República Dominicana, sobrevivendo com uma produção menor que a considerável para essa categoria, sem nenhuma forma de excedente para comércio (GRONDIN, 1985).

Mesmo com todo seu histórico de lutas e dificuldades enfrentadas, o Haiti possui em sua bagagem histórica fatos que comprovam um potencial econômico, que infelizmente caminhou ao longo de sua história para o seu subdesenvolvimento. Segundo Grondin (1985), no período colonial, tornou-se uma das colônias mais prósperas do mundo, sendo capaz de produzir café, açúcar, anil e algodão durante uma mesma época. Com relação às riquezas haitianas no período colonial, afirma Grondin (1985, p. 53):

O Haiti contava, nessa época, com 792 engenhos (74.323 hectares), 3.150 anileiras (82.147 hectares), 3.117 cafezais, 789 algodoais (20.321 hectares), 69 plantações de cacau (2.083 hectares), 10.612 hectares de milho, 15.315 hectares de batatas, 9.854 hectares de inhame, 5.877 hectares de sorgo, 7.756.225 de pés de bananeira, 1.278.299 de pés de mandioca.

Segundo Grondin (1985) os produtos eram destinados a exportações que correspondiam a 40% do PNB (Produto Nacional Bruto) da França, sua metrópole. Toda essa riqueza extraída do solo haitiano não beneficiava a população local, mas a expansão do capital de seus exploradores. Com toda revolta dos negros, o país passou de colônia mais próspera do mundo à mais pobre da América através dos fatos que foram sendo sucedidos ao longo da história e que causaram o isolamento internacional do país. Ainda como consequência, caminhou para a subordinação e dependência da economia estrangeira devido a sua insuficiência em obter um mercado autossustentável. Porém a federação estava sob domínio com grandes

bloqueios econômicos por parte das forças mundiais capitalistas dos Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e, principalmente, da França.

O Haiti sofreu um bloqueio econômico por parte da França, da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos, depois de conquistar sua independência em 1804, até terminar de pagar à França, indenizações por uma guerra que havia ganhado, e por direitos de liberdade e independência que havia conquistado (GRONDIN, 1985, p. 88).

O imperialismo mostrou sua força para com os escravos quando Napoleão ordenou que franceses dizimassem o Haiti, destruindo todas as formas produtivas do país, queimando fazendas inteiras, o que resultou na esterilização do solo haitiano, marginalizando o país diante do mundo através desse sistema (GRONDIN, 1985).

O capitalismo se desenvolveu no país diante desse processo histórico de lutas por parte dos escravos, luta pela independência do país e libertação do sistema imposto. Contudo, esse desenvolvimento acabou dando origem à mobilidade internacional através da força de trabalho haitiana, definindo, assim, sua posição na Divisão Internacional do Trabalho e a migração forçada se tornou uma forma condicional de sobrevivência para muitos haitianos, como uma característica dessa população (COVARRUBIAS, 2010 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). Grondin (1985) aponta que o sistema imposto no território fez com que a busca pela maximização de lucros o mantivesse em uma relação estritamente dependente dos grandes centros econômicos mundiais. Dessa forma, a economia nacional criou elo com o sistema internacional através da sua evolução e das forças que se instalaram e se transformaram.

Em relação ao fim do colonialismo no Haiti, podemos enfatizar a representação ou mera substituição da elite branca por uma elite negra, mantendo os mesmos vícios do sistema, não assegurando a autonomia política, econômica e social tão almejada pela população durante a revolução. A elite haitiana, ao expulsar os colonizadores franceses por meio desses conflitos sangrentos, assumiu o posto de superioridade para aquele país recém “liberto” do colonialismo e ocupou o papel central no Haiti contemporâneo através dos comandos políticos (ROSA, 2006).

Atrelado ao bloqueio econômico que o Haiti sofreu, o desdobramento desse fato gerou a dependência internacional devido, principalmente, aos mandatos ilegais

e autoritários que as elites haitianas disseminaram pelo país “[...] o país tornou-se ao longo do tempo, uma colônia sem “donos” definidos, que sem conseguir sair do status de dependência estrangeira, perdeu o controle de seus alçozes colonialistas [...]” (ROSA, 2006, p. 9).

No que acreditavam ser o fim da dependência do colonialismo, o Haiti passou a ser uma localidade estratégica através da construção do Canal do Panamá, em 1904, principalmente durante o desenvolvimento da indústria nos Estados Unidos. Assim, com a intervenção americana, havia potencial para controlar a linha marítima que conduzia o canal. Tal ação era de grande interesse, pois, através dele e de outros países do Caribe, tornava-se possível a conquista de matérias-primas e de recursos naturais fundamentais para o bom andamento da indústria, sem contar com a força de trabalho conquistada tanto pela imigração quanto pela utilização no próprio território. Com isso, os Estados Unidos passaram a se tornar a maior potência imperialista a disseminar seu poder nessa região, determinando a política nacional do Haiti conforme os benefícios que gerariam para as indústrias ali fixadas (CASTOR, 1971 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

Os Estados Unidos dominaram o Haiti (economicamente e militarmente) durante 19 anos – de 1915 a 1934 – desestabilizando o país, desapropriando muitas terras camponesas, implantando grandes corporações relacionadas a indústrias açucareiras e bananeiras. Além disso, espalharam por aquele país, que tentava se reconstruir de maneira sólida, seu capitalismo e imperialismo, apropriando-se até mesmo do capital financeiro que o Banco Nacional da República do Haiti (BNRH) obtinha. Segundo Grondin (1985), a repressão sofrida pela população por conta dos norte-americanos, que posteriormente foi fortalecida com apoio do político François Duvalier (Papa Doc) (1957-1986)⁵, deixou traços marcantes no território “A ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular, a repressão a expressões culturais como o vodu, a criação de tensões raciais e transformações culturais importantes” (GRONDIN, 1985, p. 88). Essa repressão deixou muitas marcas no território haitiano e no cenário econômico. Em razão disso, permeia até hoje, no

⁵ Duvalier foi eleito em 1957, sendo o candidato que os Estados Unidos (devido à abertura da possibilidade de continuidade da ocupação militar), a elite negra e a burguesia do Haiti apoiavam para assumir o poder. Os americanos deram muito mais que um apoio, ele se deu de forma financeira e militar, em troca o presidente eleito fez do Haiti um satélite do país Norte Americano (GRONDIN, 1985).

imaginário popular, a falsa ideologia do haitiano como um povo “bárbaro” devido aos seus costumes, modos de vida e crenças, além, é claro, do preconceito racial que esse povo enfrenta (LOUIDOR, 2013 apud COTINGUIBA, 2014, p. 19).

Esse “Duvalierismo”, segundo Audebert (2011), foi caracterizado por um controle total dos indivíduos, não apenas político, mas social, econômico e cultural, levando à militarização e à personalização do poder político, como, por exemplo, caça aos adversários e tensões de classe e cor.

A instabilidade política do Haiti teve início a partir do primeiro governador negro e líder da revolução negra, Toussaint Louverture (1791-1802), que, após os conflitos com o general Rigaud (1797-1800), foi substituído pelo mulato Petion (1806-1820). Em 1820 até meados de 1843, o mulato Boyer comandou a presidência. Ao somar com o período de Petion, obtém-se 37 anos de mulatos no poder haitiano. Após a guerra com a República Dominicana ocorrida entre 1844 a 1846, assumiu o poder o presidente negrista⁶ Soulouque (1847-1855), sucedido pelos presidentes mulatos Greffard (1859-1867), Salnave (1867-1869) e, em 1879, pelo presidente negro Salomon, com o fim do seu mandato em 1888 (GRONDIN, 1985).

Com a intervenção dos Estados Unidos, os presidentes mulatos Vicent (1940-1941), Lecost (1941-1945), Estimé (1945-1950) antecederam Maglorie (1950-1956), presidente que foi forçado a renunciar seu mandato, apoiando Duvalier, o próximo a assumir o poder. Durante (1957-1986) praticamente três décadas, a ditadura Duvalier reinou no Haiti, vencendo as eleições e ganhando fama das mais fraudulentas da história, em 1957. Seu governo foi marcado por um líder sanguinário, eleito em meio a uma inquietação política que já havia passado por seis governos em apenas dez meses (GRONDIN, 1985; O GLOBO, 2017).

Duvalier era médico e chegou a exercer o cargo de Ministro da Saúde e do Trabalho no Haiti, sendo conhecido como um homem humanitário, concepção essa que caiu por terra quando o médico chegou à presidência, reduzindo o exército militar e criando uma força com autoridade para matar e saquear vítimas, chamada de *Tonton-Macoutes*⁷. Outro fato marcante aconteceu em 1964, quando se auto declarou

⁶ Com essa denominação devido a política apoiada pela massa negra e por um corpo de polícia percursores dos *Tontons-Macoutes* de Duvalier (GRONDIN, 1985).

⁷ *Tonton-Macoutes* (bicho papão no *criollo*) força autoritária presidencial, mataram e torturaram dezenas de milhares de haitianos (O GLOBO, 2016).

presidente vitalício. Apesar de sua morte, em 1972, seu reinado foi sucedido pelo filho Jean-Claude, aos 19 anos, que deu continuidade à dinastia e levou o país ao terror e ao caos, impulsionando, inclusive, a emigração (AUDEBERT, 2011).

A violência política no Haiti percorreu grande parte da história do país, implicando claramente na estrutura e desenvolvimento econômico, social e político. Com o poder de Jean-Bertrand Aristide⁸, a crise é agravada, causando rebeliões e descontentamento da população geral, levando-a a querer deixar o país.

Após esse momento, em 2004, foi criada a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), tropa militar liderada pelo Brasil com intuito de pacificar o país (FERNANDES; MILESI; FARIA, 2011). Em 1 de outubro de 2017, depois de 13 anos, a ONU encerrou a missão do Brasil no Haiti e os haitianos assumiram novamente o controle da segurança pública. A missão foi marcada pelo desmonte de milícias e diminuição da violência política, embora os homicídios continuassem a ser registrados. A posição dos moradores com relação ao papel da MINUSTAH no país é divergente, alguns relatam a pacificação da violência, no entanto, para outros, o uso excessivo da força por parte das tropas não deixou boas recordações, como o uso constante de gás lacrimogêneo entre outros problemas reportados (MAISONNAVE; VERPA, 2017).

Em 2006, René Préval assumiu a presidência, abrindo novos caminhos para a segurança do país, a estabilidade política e buscando a redução das gangues armadas. Apesar da contribuição para melhoria de conquistas no que se diz respeito aos direitos humanos, os desafios encontrados eram muito maiores. A falta de acesso à saúde e educação eram quesitos graves, principalmente porque a maior parte da população era constituída de crianças. A discriminação, a diferenciação entre homens e mulheres e o acesso à justiça continuaram sendo impasses grandes (PNUD, 2013).

Esse contexto, aliado à posição do país na Divisão Internacional do Trabalho, acabou tornando a inserção da população no mercado de trabalho um desafio e, conseqüentemente, a busca por condições dignas de sobrevivência explicam o motivo da tradição migratória que será explanada no decorrer deste trabalho.

⁸ Jean-Bertrand Aristide foi presidente do Haiti durante três mandatos 1991-1994, 1994-1996 e 2001-2004 (JAMES, 2010).

1.2 O CENÁRIO ECONÔMICO E SOCIAL DO HAITI

A capital do Haiti, Porto Príncipe, abriga 2,5 milhões de pessoas e a população total do país é de aproximadamente 10.890 milhões de habitantes, estando 61,6% dessa população com idade entre 15 a 64 anos, 33,9 % entre 0 a 14 anos e apenas 4,6% acima de 65 anos, com a idade média de 22,9 anos (CEPAL, 2016).

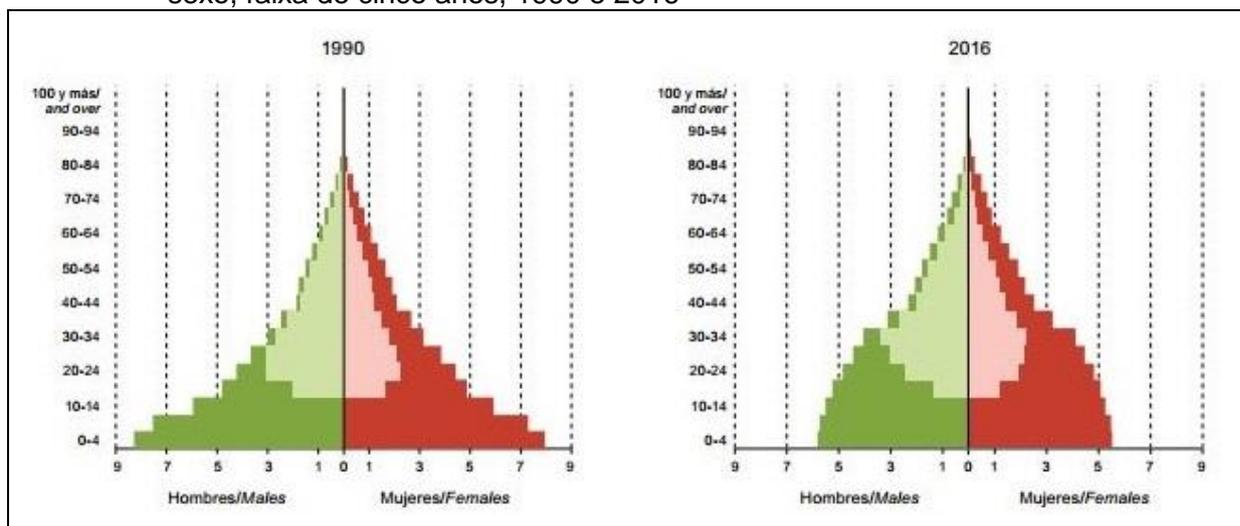
O contexto de exploração, dominação, conflitos, situações políticas e econômicas pelas quais o país passou são agravantes que refletem a desigualdade no Haiti até os dias atuais, levando em conta também os fenômenos de ordem natural e biológica representados por furacões, terremotos e doenças epidêmicas, como a cólera que acometeu o país⁹. Isso repercute claramente nos dados estatísticos, por exemplo, o Índice de Gini do Haiti era de 59,5 em 2001 e 61,0 em 2012 – de modo que o valor 0 representa desigualdade nula e o valor 100 representa total desigualdade (BANCO MUNDIAL, 2016) Segundo Durand (2010), como característica de países e regiões pobres que possuem a maior parte da população negra, a taxa de fecundidade é elevada: 2,9¹⁰. Já a taxa de mortalidade infantil é de 40,8%, apresentando menor esperança de vida da América Latina, com 63,6 anos (CEPAL, 2016).

Como podemos observar na Figura 3, as bases de ambos os gráficos são bem distintas, com uma diferença de 26 anos. Em 2016, a população de 0-14 anos é menor que a de 1990 devido à diminuição na taxa de natalidade. Já a população entre 20 a 30 anos de 1990 tem a sua diminuição devido à alta taxa de mortalidade. A concentração da população entre as faixas de 20 até 34 anos é maior em 2016 bem como a população economicamente ativa se mantém nessas faixas, com um certo aumento em relação a 1990.

⁹ Foram cerca de 8 mil pessoas mortas pela cólera em 2010. Atualmente, as infecções caíram, porém continuam preocupando o governo, somente em 2015 foram registrados 3 mil casos por mês (WORLD BANK, 2015).

¹⁰ Apenas a Bolívia possui a mesma taxa de fecundidade que o Haiti, apresentando valores próximos também no quesito da taxa de mortalidade infantil com 40,0 e a esperança de vida 69,4 anos, configurando, assim, os piores indicadores relacionados a esses quesitos da população da América Latina (CEPAL, 2016).

Figura 3 – Haiti: Distribuição da população total e da população economicamente ativa por sexo, faixa de cinco anos, 1990 e 2016



Fonte: CEPAL (2016).

O afunilamento de ambas as pirâmides nos possibilita visualizar a esperança de vida dessa população. Em 1990, a partir da faixa etária entre 20 a 24 anos, o número da população diminuiu progressivamente; já em 2016, o afunilamento em maior progressão aconteceu a partir da faixa entre 30 a 34 anos. Nas duas situações, a população idosa se mantém em menor número, porém, em 2016, há uma pequena presença de pessoas vivendo com mais de 84 anos, fato ausente em 1990.

O Haiti tem sido considerado um dos países mais pobres da América, apresentando a taxa de pobreza de 6 milhões de haitianos (59%) que vivem com menos de U\$ 2,42 por dia; sendo que 2,5 milhões (24%) estão em situação de pobreza extrema, com menos de U\$ 1,23 por dia. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) correspondeu a 0,483 no ano de 2014, colocando o país na posição 163º entre 187 países. Em relação à economia, as atividades desenvolvidas no setor terciário correspondem a 58% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo 23% no setor primário e 19% no secundário. Esse PIB per capita em 2014 foi de U\$ 846,00, sofrendo deficiências em serviços fundamentais para o desenvolvimento do país (BANCO MUNDIAL, 2016)¹¹.

Na economia do Haiti, as principais exportações tem sido vestuários, principalmente confeccionados com malhas, como camisetas, representando 40,9% das exportações do país e gerando U\$471 milhões. Os destinos de exportação têm países como os Estados Unidos, a República Dominicana, o Canadá, o México e a

¹¹ Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/haiti>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

França. Com relação as importações, os principais produtos importados são arroz (US\$ 229 milhões), tecidos de algodão (US\$ 162 milhões), malha (US\$ 153 milhões) e outros produtos, como o cimento (US\$ 81,1 milhões). Na liderança das importações, está a República Dominicana, seguidos de Estados Unidos, China, Índia e Peru, respectivamente (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016).

O terremoto, no início de 2010, e o Furacão Tomas, no final do ano, foram impactos alarmantes para situação econômica e social do Haiti. Situação essa que já não apresentava indicadores favoráveis para condições dignas de sobrevivência humana para a maior parte da população, revelando, por conta da tragédia, um país com dificuldades agravadas, ainda mais com a destruição de hospitais, escolas, comércios e organismos importantes para esse espaço, que sofre tantos problemas desde a sua colonização.

Haïti, le 12 janvier 2010. Un tremblement de terre ravage le pays, tue plus de 222 000 personnes et laisse près de 2,3 millions de personnes sans abri. En octobre de la même année, en amont de la rivière de l'Artibonite, des premiers cas de choléra se manifestent et l'épidémie se propage rapidement, faisant plus de 3 500 morts et 150 000 malades à la fin de l'année 2010. Le 5 novembre, l'ouragan Tomas contourne Haïti par l'ouest mais balaie malgré tout certaines régions du pays avec des pluies torrentielles et des vents atteignant 130 km/h. Tout au long de l'année, le monde entier reçoit les images bouleversantes de la vie brisée du peuple haïtien, de leurs combats quotidiens et de leurs besoins en eau, logement, emplois, éducation, et protection (PNUD, 2013).

No que tange à economia, o terremoto apenas agravou os obstáculos para a busca da estabilização e desenvolvimento econômico que tentava se sustentar desde 2004. Tal desastre enfraqueceu a tão almejada estabilidade por conta da destruição de prédios governamentais, como o Palácio Presidencial, Parlamento, o Supremo Tribunal Federal e todas as edificações relacionadas à administração econômica e pública que antes do terremoto já eram incipientes, sem contar com a perda de dezoito mil funcionários, sendo mil e quinhentos relacionados à educação (PNUD, 2013).

A situação econômica, antes do terremoto de 2010, possuía um quadro crítico: 78% da população vivia na faixa de pobreza, com menos de US\$ 2 por dia. Desse montante, 54% viviam em situação de pobreza extrema, com menos de US\$ 1 por dia. Não era apenas a taxa de mortalidade infantil que apresentava valores altos, um dos maiores da região com 78; na faixa etária menor que cinco anos, a taxa de mortalidade materna também chamava a atenção, com a maior delas sendo 630%,

devido à falta de acompanhamentos necessários e condições saudáveis para o desenvolvimento da gravidez e do parto. Outro dado importante é que 40% das famílias não possuíam fontes acessíveis e confiáveis de alimentos, 58% da população não contava com acesso à água potável e 30% das crianças sofreram de desnutrição. A questão do desemprego também era um fator de grande intensidade no território, com 47,7% dos jovens desempregados no país (PNUD, 2013).

O terremoto agravou a taxa de vulnerabilidade já elevada. No ponto alto de deslocamento, um número estimado de 1,3 milhões de pessoas estavam vivendo em acampamentos temporários na área metropolitana e 600.000 pessoas deixaram as áreas afetadas para procurar refúgio em outras partes do país (PNUD, 2013).

O custo desse fenômeno natural para a economia haitiana foi equivalente ao PIB de 2009, 7.804 milhões de dólares. O apoio para os desabrigados e para reconstrução do país ocorreu através de instituições governamentais, organizações da sociedade civil, que, mesmo debilitadas, contaram com os esforços da população, bem como com parceiros internacionais. Foram dois anos recebendo ajuda humanitária, significativos e importantes para avanços na reconstrução. Segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em dois anos, 80% dos detritos deixados pelo terremoto foram retirados, ritmo esse maior do que a remoção dos destroços de 11 de setembro em Nova York, mais rápido que Aceh¹², após ser devastada pelo tsunami. Esses avanços aconteceram com apoio da Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti, através de projetos elaborados com a comunicação entre os haitianos e a comunidade internacional (PNUD, 2013).

O Banco Mundial (2016) apresentou dados referentes à reconstrução do Haiti através do Fundo de Reconstrução do Haiti (HRF), que, em 2016, recebeu 401,4 milhões de dólares. Esse fundo foi criado em 2010 com apoio do Banco Interamericano, de vários doadores do mundo todo e das Nações Unidas. As contribuições foram diversas, tanto no recolhimento e acomodação dos desabrigados, quanto na reconstrução de locais públicos, melhorias no controle dos riscos que o país recebe em relação aos fenômenos naturais, desenvolvimento de

¹² O tsunami Boxing Day atingiu o Oceano Índico em 26 de dezembro de 2004, matando em torno de 250 mil pessoas em vários países da região. Aceh é um território da Indonésia que sofreu com a devastação do tsunami, matando mais de 170 mil pessoas (THE GUARDIAN, 2014).

serviços do setor privado e contribuição para investimentos na educação, energia e saúde.

1.3 A DINÂMICA DA MIGRAÇÃO HAITIANA

A emigração haitiana possui uma dinâmica relacionada a uma série de causas e consequências. A começar pelo próprio histórico de subdesenvolvimento mencionado, agravando a pobreza e as desigualdades sociais, que não se remetem apenas ao período do colonialismo, mas principalmente ao processo de libertação e conquista de poder da elite negra. Os caminhos que levaram à descolonização haitiana, através dessa elite, apresentaram mera transferência do poder e dominação no território, ao contrário do principal objetivo da revolução, a liberdade. Esses fatos reforçaram o poder específico ao qual aquele território se submetia com uma enorme sequência de dirigentes sem interesses de, de fato, construir a nação haitiana.

A desigualdade social existente no Haiti é uma das principais causas da emigração dos haitianos. Outros fatores apontados são o racismo e o alto índice de analfabetismo, que desprezam a possibilidade de os haitianos serem, de fato, detentores de direitos como cidadãos na política, na economia e na vida social. Assim, esse conjunto de situações dá impulso às correntes emigratórias no Haiti, ocorrendo, cada vez mais, a busca por melhores condições de vida, igualdade e ascensão social (ROSA, 2006).

Segundo Rosa (2006), a desigualdade social, disseminada após o período colonial, não se restringe à raça (a categoria de cor), mas, sim, à desigualdade de gênero, de língua e de formação política restrita a determinados grupos. Essas restrições também estão ligadas ao idioma. Tendo o francês como idioma oficial, o *criollo* falado por 90% da população, é o segundo idioma oficial (reconhecido em 1986). Os níveis dessas restrições estão principalmente ligados ao gênero feminino, que deveria falar apenas uma língua, ao contrário dos homens, que poderiam falar as duas. Isso é perceptível nas conversas e observações dos grupos de imigrantes haitianos em estudo.

A produção de conhecimento e a instauração de uma educação formal em uma língua colonial é um dos principais geradores das desigualdades instauradas no Haiti, já que são as mulheres monolíngues (falantes apenas do Kreyòl) e sem qualquer tipo de acesso à educação formal constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, pois embora os homens também compartilhem do mesmo grau de desamparo social, eles conseguem migrar em um percentual significativamente maior do que as mulheres [...] (ROSA, 2006, p. 20).

Outro fator que chama a atenção é que os homens também possuem restrições e são vulneráveis em relação à elite. Porém a emigração se dá em maior número e frequência, ficando a cargo das mulheres o cuidado familiar e a baixa exposição na sociedade, tornando-as limitadas ao Haiti. Em análise dos grupos de haitianos durante a pesquisa, notamos que a presença dos homens é significativamente maior que a das mulheres, as quais migram após um certo período em que o parceiro já se encontra no local de destino. Esse fato inicialmente se dá devido aos tipos de trabalho em que se emprega a mão de obra masculina. Segundo Rosa (2006), as primeiras formas de migração ocorreram para o plantio e colheita de cana-de-açúcar na República Dominicana e trabalhos em construções civis, posteriormente dirigidos ao Estados Unidos e Canadá.

Para Cotinguiba (2014), a emigração se tornou efetiva a partir do século XIX com o fim do período colonial e o início da independência, devido, principalmente, ao bloqueio econômico sofrido, à dívida com a França e aos problemas políticos e sociais que o país começou a enfrentar.

A questão política trouxe problemas gravíssimos durante a dinastia de Duvalier (1957 a 1986), que, aliados aos problemas de outras ordens, influenciaram uma emigração considerável a partir de 1950, devido, principalmente, aos pressupostos políticos com os quais a população não concordava, porém, insatisfeita, calava-se. Os principais destinos registrados a partir daquele momento eram países do Caribe e da América do Norte, como Estados Unidos e Canadá, sendo de uma localização geográfica facilitadora para a mobilidade.

A emigração de haitianos para a América do Norte deu origem à formação de uma grande comunidade vivendo fora do Haiti. Assim, dos cinco contingentes populacionais, três deles estão nos Estados Unidos. Nova Iorque, por exemplo, tornou-se uma das cidades que concentra um dos maiores grupos de haitianos fora do Haiti (COTINGUIBA, 2014, p. 45).

Segundo informações do World Bank (2011), a migração haitiana pelo mundo já teria ultrapassado cerca de 10% da população para os mais variados destinos, mas acredita-se que o número real ultrapasse essa porcentagem. A mais numerosa comunidade está nos Estados Unidos, seguida pela República Dominicana. Outros países da América e Caribe também recebem um grande contingente de haitianos, com destaque para o Canadá, Cuba e Venezuela. Na Europa, o país de maior afluência é a França (FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2011).

Segundo Handerson (2015a), a mobilidade haitiana teve início a partir do momento em que africanos escravizados e traficados chegaram ao país por meio do comércio negreiro e com a luta pela libertação, configurando a uma nova migração e mobilidade no território. A elite haitiana, que estava comandando o país, enviava seus filhos à França para estudar e ter uma formação de ensino superior. A partir do século XX, essa mobilidade internacional se estendeu a quatro grandes períodos de fluxos registrados com destinos como a República Dominicana, Estados Unidos, França, Bahamas, Guiana Francesa, Martinica e Guadalupe.

Inicialmente, os fluxos de mobilidade haitiana ocorriam com destino a países vizinhos. O primeiro deles, a República Dominicana, tinha como foco as indústrias açucareiras que estavam em processo de expansão e necessitando de mão de obra. Posteriormente, passou a ser um processo seletivo e restrito com a criação de uma política migratória, implantando medidas para que a regulamentação dessa migração ocorresse de fato, o que não se tornou um total empecilho para o fluxo (CASTOR 1971 apud MAGALHÃES; BAENINGER, 2016)

Para Handerson (2015a), esse primeiro fluxo está relacionado à ocupação do Haiti por parte das forças armadas americanas¹³, não somente ao Haiti, mas também à República Dominicana que recebeu essa ocupação de 1912 a 1924. O crescimento das indústrias açucareiras ocorreu também em Cuba, detentora das grandes plantações que, assim como a República Dominicana, precisava de camponeses para trabalhar no cultivo, atividade essa que foi desempenhada pelos haitianos em ambas localidades. Cuba chegou a receber temporariamente entre 30 a 40 mil haitianos, entre 1913 a 1931. Na República Dominicana, os dados

¹³ Com a Primeira Guerra Mundial, a ocupação americana nesses territórios surge como uma estratégia para que a instalação alemã na região não se efetivasse de fato, pois ela possuía uma presença econômica forte em relação ao país caribenho (HANDERSON, 2015a).

revelavam pouco mais de 28 mil haitianos em 1920 e mais de 50 mil em 1935, processos esses relacionados à geopolítica do momento.

O segundo fluxo cresceu em direção aos Estados Unidos a partir da familiaridade que o país ganhou entre os haitianos através dos sistemas culturais e educacionais que o governo Élie Lescot (1941-1946) implantou no país, sem contar com as igrejas protestantes de origem americana. O país norte-americano também passou a constituir um dos destinos dos filhos da elite haitiana para concluir seus estudos, principalmente aqueles que já haviam residido em outros países. Dessa forma, o perfil dos haitianos instalados em cidades como Nova York, Boston, Chicago, Miami, Montreal, Quebec, no Canadá, eram de intelectuais e profissionais dessa elite haitiana (HANDERSON, 2015a).

Com a ditadura de Duvalier, a emigração haitiana passou a ser constituída não apenas por parte da elite, mas também por várias camadas sociais e regiões do país. Só nos Estados Unidos, na década de 1990, viviam 225.393 pessoas originárias do Haiti, com uma taxa anual de crescimento dessa população em 8,4%. O terrorismo dessa dinastia espalhado pelo país impulsionou essa emigração (CEPAL, 2001).

Segundo Audebert (2011), a ditadura Duvalier gerou uma ligação entre o terror político e a crise econômica na segunda metade do século XX e criou ondas migratórias socialmente distintas. Como resultado, o país registrou suas primeiras ondas de migração em massa. Audebert (2011) aponta que durante a sua ditadura, cinquenta mil haitianos migraram oficialmente para o nordeste dos Estados Unidos e três mil e seiscentos para Quebec. Dessa maneira, a ditadura do filho de Duvalier, Jean Claude, apenas reforçou as dinâmicas migratórias, estendendo-as a todas as partes do país e da sociedade.

O terceiro fluxo considerado por Handerson (2015a) ganhou destaque quando o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, primeiro eleito democraticamente, foi deportado através de um golpe de Estado¹⁴, em 1990. Esse fato provocou intenso fluxo em torno de cem mil haitianos que foram em direção a países vizinhos, como

¹⁴ Foi derrubado por um golpe militar através de líderes da FHAP (Frente Haitiana para o Avanço e Progresso), que utilizavam do terror para com a população, e foram responsáveis pela morte de milhares de pessoas. Do exílio, em 1994 volta a comandar o Haiti, após a intervenção de 20 mil militares norte-americanos (FOLHA DE S.PAULO, 2004).

República Dominicana, Cuba e Estados Unidos (WOODING e MOSELEY-WILLIAMS 2009 apud HANDERSON, 2015a).

O mais recente, considerado quarto fluxo da mobilidade haitiana, teve início em 2010, possuindo não apenas um fator, mas vários já retratados pelos índices mencionados, como impulsores dessa corrente. O terremoto, agravante desse quadro crítico em que o país se encontrava, intensificou a busca por espaços novos para reconstrução e melhores condições de vida, ampliando o campo de migrações internacionais. Nesse âmbito, o Brasil se integrou como uma nova rota desse fluxo. Os motivos podem ser vários, lembrando que o rigor para a entrada nos países como Estados Unidos e França, principais destinos desse processo, acabaram implicando na decisão final (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016).

Para Handerson (2015a), essa nova rota não implicou em apenas um novo destino para a mobilidade haitiana, mas, sim, em uma nova concepção para as teorias migratórias, em que a unilateralidade prevaleceu, ocorrendo o sentido de países menos desenvolvidos ou emergentes para países desenvolvidos. Desse modo, o fluxo entre países emergentes tem ganhado destaque e se configurado como uma novidade. Somente em 2015, os que são originários de países em desenvolvimento e que migraram para outros países do mesmo plano global chegaram a 90,2 milhões. Já em relação aos originários de países subdesenvolvidos que migraram para países desenvolvidos, o número foi de 85,3 milhões de pessoas (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2016).

Ademais, a afinidade ou os laços com países colonizadores é uma característica importante para a escolha do destino, além de outros fatores como o conhecimento da cultura local e a proximidade com a língua, o que não se encaixa no novo destino em questão, o Brasil. Essas diferentes formas migratórias refletem a dinâmica da migração haitiana, bem como a característica de cada uma delas, apontando três diferentes perfis de emigrados, segundo Handerson (2015a):

- Aqueles que, pela primeira vez, deixaram as zonas rurais do país;
- Os que já haviam se deslocado internamente no território haitiano;
- Os emigrantes que já estavam ou que já haviam saído de seu território nacional, muitos vindos à Tríplice Fronteira.

O Haiti carrega em sua bagagem histórica características migratórias desde que declarou sua independência. Desde o século XX até os dias atuais, os

processos de mobilidade haitiana possuem quatro grandes fluxos em períodos diferentes, embora o principal destino ainda seja os Estados Unidos, que chegou a ter quinhentos mil haitianos migrando na década de 50 (HANDERSON, 2015a).

Essa anomalia relacionada ao perfil da migração entre países do mesmo plano nos faz refletir sobre as diferentes teorias relacionadas às correntes clássicas da migração no mundo. Assim sendo, torna-se importante esse conhecimento para que a análise da atual teoria possa ser difundida, reconhecendo os fatores que levaram essa mudança direcional dos fluxos.

2 A IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

2.1 TEORIAS DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS NA GEOGRAFIA

A migração pode ser compreendida como um fenômeno em que ocorre o deslocamento de pessoas de um determinado espaço a outro, podendo ser internas ou internacionais. A imigração, no seu conceito básico, faz referência à entrada dos imigrantes em um determinado país que não seja o de sua origem. Já a emigração é o fluxo de saída da população de um determinado território em direção a outro, ou seja, no país de onde sai é denominado emigrante, no país onde chega é denominado imigrante. Ao longo da história, diferentes concepções e correntes teóricas foram abordadas para explicar esses conceitos, de uma maneira mais complexa, bem como as causas e consequências desse movimento populacional pelo mundo. Damiani (1998) apresenta a migração como uma perspectiva histórica, estudada e analisada desde a antiguidade através da busca pelo conhecimento e povoamento do mundo, fenômeno compreendido através das migrações.

Para Sayad (1998), os deslocamentos de diversos grupos sociais pelo espaço devem ser analisados em diferentes contextos e por diferentes áreas, bem como a estrutura de suas relações sociais e a trajetória em que vão sendo construídos os espaços físicos e sociais habitados. O imigrante, na maioria das vezes, é considerado um ser “provisório” no espaço em que se insere, pois sua condição de estrangeiro será presente em sua identidade durante toda a vida. Aponta, ainda, que o imigrante acaba servindo como força de trabalho para o território em si, sendo também um problema de ordem social, dependendo das condições e do número.

[...] a imigração é um ‘fato social completo’, única característica, aliás, em que há concordância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas [...] (SAYAD, 1998, 13-14).

Segundo Heidemann (2004), o ser migrante não é uma condição humana ontológica, ou seja, de existência, mas, sim, parte de um processo de mobilização total e forçada, principalmente para o trabalho, característica essa da sociedade moderna. Em qualquer que seja o destino, a economia capitalista se faz presente,

valorizando a força de trabalho com uma rentabilidade cada vez maior, mesmo que esse não tenha sido o motivo da mobilidade. Esses imigrantes são motivados pela imposição à sua força de trabalho pelo mercado mundial, sendo necessário lembrar o sistema capitalista em que estão inseridos e as razões oriundas que os fazem migrar. Destacamos ainda que, atualmente, o fluxo migratório é muito mais intenso que o ocorrido no século XIX. Hoje, cerca de 10% da população mundial busca escapar das condições econômicas impostas e das suas consequências, como, por exemplo, o desemprego em massa, dentre outros motivos diversos já retratados. Segundo o autor, “os migrantes não constituem mais um “exército industrial reserva”, mas, sim, integram ‘lixo social’ de difícil reciclagem humanística” (HEIDEMANN, 2004, p. 29).

Podemos compreender por imigração a saída de um determinado contingente de pessoas do seu país de origem em direção a outro por vários motivos como: fenômenos naturais, condições sociais, políticas, econômicas, entre outros fatores. Segundo Becker (1997, p. 323), podemos compreendê-la como uma mobilidade populacional: “A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e seu ambiente físico”. Essas relações que se fomentam a partir da migração podem ser positivas ou não, conectadas com seu ambiente físico do qual serão materializadas suas relações de produção.

Salim (1992) aponta a migração como uma pluralidade devido aos fatores diversos relacionados ao contexto social em que está inserida, assumindo, assim, feições próprias conforme a caracterização do grupo ou indivíduo que pratica essa ação. Ela pode ser caracterizada conforme sua forma de movimento que, de acordo com o autor, pode ser: contínua, circular, intermitente, de retorno, por situações de domicílio, intra ou inter-regional. Destaca, ainda, que são três os elementos constituidores da migração:

- A distância do deslocamento;
- O tempo de permanência ou residência;
- Local de origem e destino do fluxo como etapa migratória única e última.

Esses elementos constituidores da migração não podem ser considerados isoladamente, pois o simples ato da mobilidade esconde os problemas que levam a

essa decisão, sendo necessária uma definição abrangente das várias formas de migração e o seu caráter não apenas numérico, mas também socioeconômico.

Mas a migração não se reduz à transferência de um contingente humano que, em determinado período, desloca-se entre duas regiões e muda de residência de forma permanente. Uma definição mais criteriosa teria que incluir outras possibilidades como, por exemplo, a migração de retorno dos naturais às suas áreas de origem e abranger também as migrações temporárias (SALIM, 1992, p. 121).

Salim (1992), em uma busca de representar o “estado da arte” sobre as diferentes concepções de migração, detecta que a maioria das teorias clássicas da época apontam a desigualdade como fator principal, buscando, assim, através da migração, um destino que atenuasse essa desigualdade vivenciada. Entretanto, muitas concepções se chocam ao abordar a desigualdade como principal fator, pois a origem do desequilíbrio do espaço e os fatores que impulsionam a migração são interpretados de maneiras distintas.

As três estruturas teóricas abordadas por Salim (1992) são: modelos neoclássicos contemporâneos; perspectiva histórico-cultural e mobilidade da força de trabalho. No viés neoclássico, ele aborda a migração como mobilidade geográfica dos trabalhadores, originada de desequilíbrios do espaço de produção que influenciam a direção do movimento e a sua intensidade. No ponto de vista positivo dessa corrente, a mobilidade se torna um ato em busca de equilíbrio desses espaços e a procura de outros espaços para se reequilibrar, tanto nas questões salariais, como na própria busca de emprego em que as empresas buscam maximizar seu lucro.

A corrente histórico-cultural, na perspectiva de Salim (1992), ao contrário da neoclássica, que visa uma análise mais individualista, está ligada a um fator social e uma análise mais generalizada que diz respeito à composição e a caracterização do grupo que está inserido no fluxo, como as classes sociais e os fatores socioeconômicos. As abordagens do contexto social, econômico e político determinam, nessa concepção, a natureza do movimento e a sua intensidade, buscando analisar características como a estrutura do fenômeno, sua relação com o espaço e os níveis de industrialização da região que irão possibilitar para esse tipo de corrente tirar conclusões gerais sobre o fenômeno.

A última estrutura abordada é a mobilidade da força de trabalho em que Salim (1992) aponta como foco dessa perspectiva de análise a relação capital e trabalho que, conseqüentemente, abrange a produção e a reprodução desses fatores. Nesse viés, a migração passa a ser analisada como uma consequência do próprio sistema que coloca propositalmente esse contingente populacional em movimento, sendo a mobilidade uma característica da força de trabalho.

Essa mobilidade tem como foco a expansão do capital e o desenvolvimento das relações de produtividade, aliados à exploração intensiva e extensiva da força de trabalho através desse capital. Essa teoria da mobilidade do trabalho tem seus estudos aprofundados por Gaudemar (1977), que aponta essas formas de mobilidade do trabalho como uma submissão, ao contrário da liberdade falsa que o ato de movimento possa transparecer, não ultrapassando as barreiras de uma simples estratégia de mobilidade capitalista na busca da materialização do capital.

Para Póvoa-Netto (1997), as concepções relacionadas às formas de migração e seu conceito são importantes para que haja a compreensão desses processos e uma análise correta dos enfrentamentos que residem ao se caracterizar o movimento. O campo de enfrentamentos políticos e metodológicos é amplo, sendo cada contexto histórico e social uma forma de considerar diferentes concepções. O autor aborda três dimensões de análise da questão migratória, concepções essas abordadas anteriormente por Salim, mas com análises diferentes.

A primeira concepção designada neoclássica traz a migração como um fator fundamentalmente econômico, pois o trabalhador acaba sendo o principal agente a deslocar-se no espaço geográfico. Esse migrante é o portador de trabalho e busca o máximo para melhorar suas condições de vida, quando aliado aos meios corretos de produção, favorece o desenvolvimento econômico. Essa concepção acaba excluindo os fatores históricos que implicam a migração, entendida apenas como uma busca de melhores remunerações para sobrevivência (PÓVOA-NETO, 1997).

Adotar a concepção neoclássica implica, por tudo que foi visto, em desconsiderar a dimensão histórica das migrações. Estas aparecem, a cada momento, como decorrência inevitável de impulsos, supostamente “eternos”, do indivíduo que busca se deslocar rumo a melhores condições de vida, entendidas em função da remuneração do trabalho (PÓVOA-NETO, 1997, p. 17).

Segundo Póvoa-Neto (1997), a concepção histórico-estrutural apresenta os fatores históricos e especificamente geográficos que são analisados para

compreender essa mobilidade, enxergando o indivíduo além do sistema capitalista com uma análise voltada para a pressão que os grupos e classes sociais sofrem. A migração é abordada como um fenômeno social que envolve muitos processos decorrentes da organização social, considerando a estrutura da região da qual saiu e da que pretende habitar, analisando de forma empírica o direcionamento dos movimentos.

Prioriza-se a percepção de processos sociais gerais, dentro dos quais a migração ganha sentido e tende a assumir um papel. Ela implica na saída de trabalhadores anteriormente inseridos em estruturas sociais tradicionais e na sua condução rumo ao mercado de trabalho propriamente capitalista (PÓVOA-NETO, 1997, p. 18).

A terceira concepção está baseada na teoria marxista com o viés da mobilidade do trabalho. Ressalta a migração como um fenômeno que não pode ser considerado longe da realidade do trabalho social, mas como um pressuposto econômico que, ao obter trabalhadores excedentes, obriga-os a realizarem os deslocamentos em busca de um espaço de trabalho.

Povóa-Neto (1997, p. 19) afirma “a migração não é, pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações adaptando-se às solicitações do sistema econômico. Ela configura, em suas diversas mobilidades, a existência de organização sócio-espaciais específicas”.

Para Gaudemar (1977), a única mercadoria do indivíduo no mercado de trabalho é a sua força e seu corpo para o máximo de produção e valor. Essa se efetiva no mercado dando origem ao valor de uso e de troca, sendo o dinheiro o principal estimulador da mobilidade da força de trabalho. Tal processo visa a acumulação do capital através da exploração dessa força, impondo o deslocamento como forma de sobrevivência ao sistema. O trabalhador, segundo Gaudemar (1977), é o próprio agente de sua liberdade de trabalho, porém tal liberdade é negativa devido à falta de opção que não seja outra sequer vender a sua força de trabalho, necessitando que ela seja móvel para os deslocamentos.

Segundo Povóa-Neto (1997), mesmo com uma definição conceitual sobre o ato de migrar, a caracterização do fenômeno ainda se torna cautelosa, não devendo ser analisada somente através do empírico devido a vários fatores como: a variabilidade em questão de áreas, espaços recenseados que podem mascarar a migração por não sinalizar deslocamentos intramunicipais/intrametropolitanos e a

instabilidade na permanência na residência e no local de destino. Essas são dificuldades apontadas por conta da intensa mudança dos fluxos com tempos incertos e reduzidos, como é o caso de trabalhadores temporários. Assim, a dificuldade fica clara para o autor: “Trata-se, acima de tudo, da dificuldade em se acompanhar um conjunto de movimentos só detectáveis estatisticamente quando cruzam limites políticos ou censitários e ao interceptarem os intervalos temporais considerados pelos censos” (POVÓA-NETO, 1997, p. 14), sendo necessário um olhar crítico para a análise desse fenômeno, impedindo que as divergências relacionadas ao conceito nos tornem ingênuos diante do fenômeno em questão.

Martins (1988), ao analisar estudos sobre migrações temporárias, apresentou grandes contribuições acerca dos conceitos. Para o autor, o desenraizamento que a migração causa, mesmo que temporariamente é devastador, expressando a dificuldade de sobrevivência em seu espaço de vivência. O capital e a mercadoria adquirem grande importância na vida do migrante, entrando em um círculo de relações sociais mediadas pelo mesmo. A migração altera e modifica o ser enquanto migrante, ao ponto de que ao retornar, não encontra a identidade deixada, devido aos arranjos sociais desenvolvidos.

Atualmente, as causas e consequências da mobilidade, num mundo cada vez mais globalizado, são analisadas por diversos autores. Para Milesi e Andrade (2010), essa mobilidade reflete a busca por condições mínimas e dignas de sobrevivência e abrange diversos fatores mundiais como os apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1– Considerações das causas atuais de mobilidade humana.

- Transformações ocasionadas pela economia globalizada;
- A mudança demográfica em curso nos países de primeira industrialização;
- O aumento das desigualdades entre Norte e Sul no mundo;
- A existência de barreiras protecionistas [comércio desigual];
- A proliferação dos conflitos e das guerras;
- O terrorismo;
- Os movimentos marcados por questões étnico-religiosas;
- A urbanização acelerada;
- A busca de novas oportunidades e melhores condições de vida;
- Questões ligadas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado;
- Os movimentos vinculados às safras agrícolas, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral;
- As catástrofes naturais e situações ambientais.

Fonte: Milesi e Andrade (2010), adaptado pela autora (2018).

Ainda, segundo Milesi e Andrade (2010), vale ressaltar que a mobilidade pode ocorrer pelo simples fato de optar pela saída do lugar de vivência para a busca de novas satisfações, sem que seja uma imposição ou uma condição de sobrevivência. Porém, a atual maioria que se enquadra nesse processo decorre de aglomerados de exclusão devido aos fatores enumerados, dentre eles principalmente a atual globalização que, com seus pontos positivos e negativos, atinge essa população mais vulnerável que é abarcada como um fluxo de mão de obra de acordo com os interesses econômicos do capital. Outra questão relevante é que esses fluxos migratórios causam certo incômodo para a sociedade escolhida como destino final em razão de problemas sociais e, principalmente, devido à ameaça ao mercado de trabalho e à violência, atribuídas a esses migrantes, o que torna restritos os acessos e as leis para essa população.

Outra análise atual sobre as migrações internacionais é defendida por Covarriubias (2010), que aborda uma visão de que esses fluxos são dominados e interceptados pelos grandes países centrais. Essa abordagem está pautada em cinco enfoques principais: Em micro social; fatores de atração e expulsão; enfoque neoclássico ortodoxo ou neoliberal; transnacional e, por fim, migração e desenvolvimento.

O enfoque micro social possui características de um individualismo neoclássico, ou seja, a tomada de decisão não precisa ser explicada nos fatos históricos e estruturais, apenas ocorre através de uma decisão familiar ou individual como estratégia de um fenômeno que se reproduz e possui tradições e culturas fortemente enraizadas. Os fatores de atração e expulsão possuem um viés teórico classificado como um esquema analítico dos elementos que dão origem a essa ação, no caso, o desequilíbrio econômico e social das regiões de origem. O enfoque neoclássico ortodoxo ou neoliberal considera a migração como uma inversão de capital humano, sendo uma decisão racional por conta das diferenças salariais e a decisão pelo ato de imigrar, tomada juntamente com a família, apresenta, para o migrante, um investimento familiar.

A concepção transnacional leva em consideração as práticas estabelecidas entres os imigrantes e o local de destino enlaçado com o de origem, formando uma rede constituinte de um capital social em um espaço transnacional. Apresenta, ainda, a globalização como fator responsável pelas migrações internacionais devido à rápida dissipação dos meios de comunicação e tecnologia. Essa concepção

transnacional resulta de uma jogada desses migrantes para a acumulação do capital, interesses do capitalismo contemporâneo e do Estado, omitindo as causas estruturais dessa migração.

Por fim, a concepção de migração e desenvolvimento caracteriza esse movimento como uma forma de pensar a qual sugere que, ao migrar, há possibilidade de gerar desenvolvimento tanto para os países destino como os de origem. Tal concepção também aborda uma visão unilateral em que os maiores beneficiadores desse fenômeno são os países “exportadores” dessas pessoas, tornando uma alavanca para o desenvolvimento.

Essas concepções buscam compreender o fenômeno da migração através de diferentes fatores estruturais, ou até mesmo sem levar em consideração o contexto social, político e econômico que engloba esse movimento, mas apenas a consequência que ele implica no país de origem e no que leva para o seu destino, principalmente a sua força de trabalho e sua bagagem cultural a ser reconstruída. Os grandes países centrais e os organismos internacionais apontam uma visão para uma migração contribuinte. Essa visão relaciona-se ao desenvolvimento da região de origem na busca pela diminuição da pobreza das famílias que continuam no país, embora seja preciso considerar que esse fator se torna relativo devido às condições e obstáculos que o migrante enfrenta até que, de fato, se efetive com sucesso no local de destino.

Segundo Patarra (2006), a globalização faz com que tenhamos um novo olhar sobre as faces da migração. Os paradigmas que sustentam as teorias acabam sendo modificados pelas transformações do mundo global, fazendo com que o conhecimento e o entendimento sobre esses movimentos internacionais no mundo sejam revistos de maneira imprescindível para a sua compreensão, pois “a migração internacional deve tornar-se parte integrante de estratégias nacionais, regionais e globais de desenvolvimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento” (PATTARRA, 2006, p. 19). As lutas e contradições existentes e causadoras do fenômeno em questão levantam a questão do compromisso que o mundo assume para ampliação e efetivação dos direitos humanos dos migrantes.

Não podemos nos esquecer de que esse movimento populacional atende a interesses dos grupos dominantes, bem como dos Estados (internacionais, nacionais e locais). As migrações internacionais acabam reestruturando toda uma

área territorial planetária relacionada à economia produtiva da escala global. Muitas vezes, a emergência da migração internacional acaba criando uma circularidade entre esses deslocamentos populacionais, produzindo redes que propiciam e reforçam a continuidade dessas correntes que vão sendo estabelecidas. Essas redes são comumente entendidas como favorecimento para a adaptação cultural desses imigrantes, bem como sua permanência (PATARRA, 2005).

Diante dessas concepções clássicas e atuais sobre as causas e os tipos influenciadores dessa migração, ao longo do trabalho, serão constatados os fatores de tomada de decisão para migração e as formas de seu desenvolvimento, que levarão a uma resposta sobre o enfoque teórico condizente com a realidade desse fenômeno atual. Para o claro entendimento desse processo, os fatores históricos já mencionados na parte inicial do trabalho dão consistência para os que serão relatados nos próximos desdobramentos.

2.2 O BRASIL DE PORTAS ABERTAS

O ato de migrar possui implicações que, na maioria das vezes, o próprio ator do movimento desconhece. Os motivos que o movem, como já explanamos, podem ser econômicos, políticos, sociais ou uma junção de todos em um único fenômeno, caso esse dos haitianos. Segundo Cotinguiba (2014), o terremoto de 2010, com magnitude 7.0 na escala Richter, deixou mais de um milhão de pessoas desabrigadas e duzentos mil mortos, sem contar que, em 2008, o Haiti enfrentou quatro ciclones, o que enfraqueceu sua economia e as condições de desenvolvimento do país. Como já mencionamos no início, a devastação do terremoto foi intensa e as pequenas oportunidades de emprego para aqueles que sonhavam com uma vida melhor tornaram-se ruínas em meio à destruição do país. Devemos considerar que o terremoto motivou a migração, porém foi apenas um agravante de todo o cenário enfrentado pelo país desde a sua independência.

Segundo Handerson (2015a), a escolha do Brasil como destino possui motivações que vão desde a facilidade no acesso, até a representatividade do país no cenário mundial, que, em 2010, alcançava a sexta economia. Em 2008 e 2009, o

governo implantou políticas contracíclicas¹⁵ em tempos de desaceleração da economia, ocorrendo, assim, uma ampliação significativa do PIB, de 7,6% em 2010, o melhor desde os anos de 1986, fato que deu visibilidade mundial à economia do país (SILVA; TERRA, 2012).

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da atividade econômica, com expansão do Produto Interno Bruto (PIB) projetada em 7,6% para o Brasil e 8,3% para o Paraná, de acordo com a mediana das expectativas de mercado do Banco Central (Bacen) e as estimativas preliminares do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). As taxas elevadas de crescimento são explicadas por cinco fatores determinantes: a ampliação do emprego e dos rendimentos do trabalho, o aumento do volume das operações de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, a retomada das exportações, as condições excepcionais para a produção de grãos, e a reduzida base de comparação, captando o primeiro semestre recessivo de 2009 (IPARDES, 2011).

As taxas de crescimento explicadas pela ampliação de empregos, o aumento de créditos e a retomada das exportações são fatores atrativos para o campo da mobilidade do trabalho. As exportações, principalmente as relacionadas à ampliação do abate de frangos, quando apresentam um bom crescimento, conseqüentemente aumentam as ofertas de emprego e os investimentos na área. Nesse sentido, sabemos que o Brasil realizou, no ano de 2010, alguns acordos com países como China e Rússia para a exportação desse produto. São setores que demandam de mão de obra, principalmente de menor custo e que gere maior lucro para empresa.

As boas perspectivas da produção nacional de carne de aves podem ser constatadas pelo seu desempenho recente. Em 2009, o Brasil teve 26,80% de participação no comércio internacional de carne de frango, resfriada ou congelada, de acordo com dados da divisão de estatísticas da Organização das Nações Unidas (United Nations Commodity Trade Statistics). Entre 2005 e 2009, o crescimento dessa participação foi propiciado por uma expansão anual de 15% (IPARDES, 2011).

Analisando o Brasil como a escolha de um destino favorável a esses migrantes, levamos em consideração vários requisitos além do salto na economia, ocorrido no mesmo ano do fluxo. Um dos fatores apontados é de que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 deram visibilidade ao país e a possibilidade de novas oportunidades de emprego. Tais empregos seriam gerados

¹⁵ Uma política fiscal é contracíclica a partir do momento em que o governo aumenta seus gastos nos momentos de desaceleração da economia, buscando amenizar as flutuações do produto durante esses períodos (WICHMANN; PORTUGUAL, 2013).

tanto área de construção civil, quanto em outros setores da indústria e dos serviços, atraindo olhares do mundo todo e apresentando um grande investimento para esses eventos internacionais que o país sediou (ALESSI, 2013).

O Brasil, através da expansão do capitalismo em desenvolvimento, mostrou-se favorável para liderar a missão de estabilização do Haiti, principalmente por seu interesse em alcançar um posto no Conselho de Segurança da ONU (MAGALHÃES; BAENINGER, 2016). A presença da MINUSTAH, no Haiti, também mostrou um quadro de proximidade com os brasileiros, relatando o acolhimento e o papel importante que esses soldados possuem para o país ao influenciar em algumas decisões e ampliar olhares para novos rumos em busca de melhores condições de vida.

Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU criou a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti), por meio da resolução 1542, para restaurar a ordem no país após um período de crise política que culminou com a deposição do então presidente Jean-Bertrand Aristide. O Brasil foi apontado pela ONU como líder dessa missão com objetivos pacificadores no Haiti (ALESSI, 2013, p. 82).

Segundo Magalhães e Baeninger (2016), o Brasil, ao liderar essa missão, transmitiu aos haitianos a imagem de um país potência no mundo, contribuindo para disseminar a ideia de um país de oportunidades, principalmente no momento em que grandes obras estavam em execução e a taxa de desemprego em descenso.

O conjunto de situações adversas tem estimulado, quando não forçado, expressiva parcela da população a deixar o país em busca de melhores condições de vida. O Banco Mundial (2011) estima que aproximadamente 10% da população do país tenha emigrado (1.009.400 pessoas), mas outras fontes indicam que a diáspora haitiana já tenha ultrapassado a casa de 3.0 milhões de pessoas (Hatian Diáspora-2011). Vários são os destinos escolhidos. A mais numerosa comunidade está nos Estados Unidos, seguida pela República Dominicana. Outros países da América e Caribe também recebem um grande contingente de haitianos com destaque para o Canadá, Cuba e Venezuela. Na Europa, o país de maior afluência é a França (FERNANDES et al., 2014, p. 11).

Apesar dessa relação entre militares brasileiros e o povo haitiano ser intensificada com a tragédia, devemos considerar apenas como um incentivo na escolha, porque, de fato, outras ações implicariam na chegada ao Brasil. Ações como a facilidade no acesso à fronteira que geralmente não é encontrada nos países mais almejados como destino para essa população, com severas restrições

na entrada de imigrantes, principalmente para aqueles que a tentam de maneira ilegal.

Em uma visita ao Haiti, um mês após o terremoto, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diante da desastrosa situação em que o país se encontrava, realizou um convite para que os haitianos emigrassem para o Brasil. Nesse mesmo ano, foram identificados os primeiros fluxos adentrando ao país, por volta de duzentos imigrantes, número que aumentou significativamente com o passar dos anos – por exemplo, em 2011, as estimativas eram de quatro mil haitianos atravessando a fronteira (FERNANDES et al., 2014).

Segundo Cotinguiba (2014), com a situação da fronteira agravada devido à alta demanda de imigrantes, em dezembro de 2011, surgiu a possibilidade do fechamento das fronteiras nas rotas de entrada. Anunciado pelo governo federal, o fechamento buscava o controle dessa entrada, o que resultou em um aumento significativo do fluxo de imigrantes adentrando ao país em poucos dias para que o fechamento não os prejudicasse. Assim, foi criada a resolução normativa nº 97 em busca de adquirir um maior controle sobre a fronteira da qual trataremos a frente.

Segundo Silva (2016), em 1º de fevereiro de 2012, a ex-presidente Dilma Rousseff realizou uma nova visita ao Haiti e reforçou o convite para população haitiana, relatando a necessidade de uma cooperação entre os países da América Latina, repercutindo na mídia local seus incentivos à migração. No ato, a presidente anunciou 1.200 vistos humanitários¹⁶ durante dois anos, através da resolução normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 12 de janeiro de 2012, em razão das precárias condições da população. Em 2013, o número de haitianos chegando ao Brasil ultrapassava os duzentos mil e, em 2014, foram contabilizados cerca de trinta mil haitianos vivendo no país (FERNANDES et al., 2014)

Esses vistos foram concedidos através da solicitação de refúgio do CONARE (Comitê Nacional Para Refugiados) ao CNIg (Conselho Nacional de Imigração). Segundo Milesi (2012), em entrevista com o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o refúgio foi criado para amparar as pessoas que estivessem sofrendo algum tipo de ameaça e perseguição. No caso dos haitianos, os problemas são considerados como origem em uma catástrofe natural, o que não prevê a Convenção de 1951 e na

¹⁶ Os haitianos foram os primeiros a receber essa forma de concessão de visto humanitário no Brasil.

legislação nacional (Lei nº. 9.474/97), não permitindo que o CONARE encontre total amparo, sendo necessário recorrer a outros meios. Segundo Godoy (2011), o fato da ausência de perseguição não torna menor a situação em que o Haiti se encontra, pois este ainda necessita igualmente de proteção internacional.

As solicitações de refúgios foram negadas várias vezes pelo governo por motivos internos e externos, pois, a partir do momento em que um país aceita essa condição de refúgio, precisa assegurar condições de abrigo e alimentação, ou seja, boas condições de vida para essas pessoas.

Vale-se, então, da Resolução Recomendada nº 08/06, do **Conselho Nacional de Imigração**, que no Art. 1º “Recomenda ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE [...], o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias (MILESI, 2012).

Segundo Milesi (2012) e Godoy (2011), a solução encontrada, através do CNIg, foi conceder o Visto por Razões Humanitárias. Esse visto é outorgado pelo CNIg com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), assim, pode ser concedido sem a necessidade de enquadramento aos critérios para a solicitação de refúgio previstos na lei. Nesse caso, o país deixa de se responsabilizar pelos imigrantes, ou seja, o destino dessa nova população no Brasil seria traçado por ela mesma, sem a possibilidade “culpar” ou “julgar” o país por falta de emprego, moradia e também por razões políticas.

A resolução normativa nº 97 buscou solucionar os problemas que já se faziam presentes com a grande demanda adentrando o país, principalmente aqueles relacionados à situação das cidades utilizadas como porta de entrada e normalmente localizadas na fronteira.

Não houve redução da chegada de imigrantes haitianos ao Brasil via fronteira norte e o número de vistos emitidos pelo consulado, 100 por mês, não conseguia atender à crescente demanda. Em novembro de 2012 todos os agendamentos para a concessão de vistos em 2013 estavam completos e o Consulado do Brasil abriu uma lista de espera. Assim, ao final de 2012 voltava-se a repetir na fronteira a situação observada antes da promulgação da RN n.º 97 [...] (FERNANDES et al., 2014, p.14).

A concessão desses vistos amenizou o problema de imediato, porém, um ano depois, os abrigos das cidades fronteiriças como Brasiléia, no Acre, já se encontravam superlotados e a espera por oportunidades de saída do Haiti no

consulado brasileiro crescia a cada dia. O Consulado Brasileiro no Haiti, ao se deparar com a crescente demanda por vistos direcionados ao Brasil, criou a normativa RN n.º 102, em abril de 2013, retirando o número máximo de vistos e aumentando a concessão de Consulados Brasileiros para vários outros países como Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana, países que fazem parte da rota desses imigrantes (FERNANDES et al., 2014).

Segundo Fernandes et al. (2014), vários problemas tornaram desafiadores o alcance dos objetivos inicialmente propostos pela RN nº 97, que foi alterada em outubro de 2013 para o aumento do prazo de vigência, prorrogado até 2015¹⁷. Assim, vários fatores contribuíram para limitar o alcance destas medidas. O principal deles foi a criação de uma rede de tráfico de imigrantes, dirigidos por agenciadores os quais eram conhecidos como “coiotes”. Tais agenciadores instalavam-se, principalmente, no trajeto que inclui a passagem pelo Equador e Peru, não sendo a única rota, como, por exemplo, percursos via Venezuela, Bolívia e Argentina. Logo, a regularidade desses imigrantes implicou em um caos às cidades receptoras do fluxo, de modo que não fosse possível garantir as condições de habitação no local e ofertas de emprego que viriam através de empresas não apenas locais, mas possivelmente de outras regiões do Brasil.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2016), a RN nº 97 foi prorrogada novamente em 2015 para mais 12 meses, tendo fim em 30 de outubro de 2016. Porém, no ano de 2016, o prazo foi prorrogado pela quarta vez consecutiva, com validade até outubro de 2017. Até o momento, o MTE afirma haver registro de oitenta mil haitianos com visto humanitário ou em processo de residência permanente, sendo prorrogado o prazo em função dos novos vistos lançados na embaixada do Brasil no Haiti (BRASIL, 2016).

Essas formas de permissão e acolhimento dos haitianos no Brasil estabeleceram-se conforme as necessidades. Para tanto, foi imprescindível uma reforma de políticas referentes a essa temática, pois o apoio pelo Brasil tem se dado por instituições que lutam pelos direitos desses imigrantes e buscam abrigo, trabalho e regulamentação, o que não ocorre nos quatro cantos do país.

¹⁷ Em novembro de 2016 o prazo para o pedido de residência permanente e regularização do RNE (Registro Nacional de Estrangeiros) estava finalizando e um dos problemas enfrentados é a falta de abertura por parte da polícia federal para que todos de fato fossem atendidos, assim a prorrogação foi concedida através do CNIg por mais 6 meses (IMDH, 2016a).

2.2.1 As políticas públicas brasileiras para estrangeiros e os novos rumos

O que não pode ser ignorado é que os países desenvolvidos possuem uma severa legislação quanto às correntes migratórias, porém o Brasil ao contrário do que aparenta, não é diferente. Com a crescente demanda, a necessidade por uma reformulação na Lei foi surgindo, pois, de acordo com IMDH (2017), parte da legislação brasileira que se refere aos estrangeiros foi criada ainda no período pós regime militar na década de 1980, através da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 sendo chamada de Estatuto do Estrangeiro. Alguns artigos deste estatuto nos apresentam de forma clara que o estrangeiro poderia entrar e permanecer no país, porém a prioridade se faz aos interesses nacionais, bem como a defesa da população nacional.

Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais. (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) (BRASIL, 1980).

A Lei também apresentava total reprovção para aqueles que entravam no país ilegalmente, sendo sujeitos à deportação, sem direito a qualquer documentação para obtenção de emprego. A busca pela atualização da Lei se deu, pois, por motivos de garantias e direitos dos imigrantes tanto como trabalhadores, como novos cidadãos da nação, criando uma facilidade para que houvesse a regularização e para que esses imigrantes não necessitassem solicitar refúgio como uma porta de entrada ao país (MILESI, 2012). O verdadeiro fato é que o país fez o “convite”, mas, realmente, não estava preparado para receber esses migrantes, sofrendo, assim, as consequências.

Atualmente, uma Nova Lei de Migração foi proposta através do Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013) para a reformulação do Estatuto do Estrangeiro e implementação da mesma. Esse projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em 2015, que, logo em seguida, encaminhou-o para a câmara dos deputados. Em 18 de abril de 2017, a Lei de

Migração e de regulamentação da entrada e saída de estrangeiros no Brasil foi aprovada pelo Senado Federal e encaminhada para a Sanção presidencial, que, com a aprovação, passou de Estatuto do Estrangeiro para Lei de Migrações. Esse avanço é de grande importância para a concepção de um imigrante ativo na sociedade, assegurado por garantias e direitos (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2017).

Conforme colocou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do SDC 7/2016 na CRE, a proposição de uma lei de Migração é um marco histórico brasileiro porque propõe uma mudança na forma como o estrangeiro é tratado no Brasil. “Muitas vezes a legislação pátria dedicou-se a acentuar suspeitas e as ameaças que os estrangeiros poderiam representar em solo nacional, o que implicou a criminalização da imigração e em hipóteses sumárias ou arbitrárias para deportar ou expulsar estrangeiros” (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2017).

Como já mencionado, o Estatuto do Estrangeiro, criado no período do regime militar, preocupava-se com as ameaças que algumas nacionalidades poderiam representar ao país, bem como a priorização dos interesses nacionais. Essa nova lei vem ao encontro de uma postura de sociabilidade para com o estrangeiro, a fim de preservar, acima de tudo, o direito à vida e à cidadania, independente da nacionalidade e da cor, superando preconceitos como racismo e xenofobia. O Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH (2017) apresentou alguns pontos que compõe a nova lei:

- Consagra o princípio da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, bem como a não discriminação em razão dos critérios ou procedimentos pelos quais a pessoa é admitida;
- O texto evita utilizar termos com peso discriminatório, por exemplo: Lei de Migrações (não lei de estrangeiros); o atual Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), passará a ser Registro Nacional de Migrante (RNM);
- Repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas;
- Prevê proteção a crianças e adolescentes que cheguem desacompanhados ao país;
- Garantia do direito de reunião familiar;
- Direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
- Adota uma nova política de vistos e residência, buscando resolver internamente o trâmite, sem necessidade de o imigrante irregular ter de sair do país para pedir sua regularização;

- Estabelece punição para o traficante de pessoas ao tipificar como crime a ação de quem promove a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro;
- Acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- Promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei.

Podemos observar que as mudanças apontadas estão relacionadas à minimização de qualquer preconceito contra o imigrante, assegurando-lhe os mesmos direitos concedidos à sociedade nacional, respeitando dentro dos limites e leis que regem o país, principalmente relacionados à entrada e à permanência dos mesmos. Além disso, repudia qualquer ação ilegal relacionada ao tráfico de pessoas, fato tão comum nas fronteiras comandadas pelos “coiotes”.

Em 24 de maio de 2017, a lei de migração foi sancionada pelo Presidente Michel Temer, sendo agora a Lei nº. 13.445/2017, publicada no Diário Oficial da união em 25 de maio. Foi aprovada em meio a vinte vetos feitos pelo então presidente e, entre os que mais chamaram a atenção, estão a anistia a migrantes indocumentados e a livre circulação de povos indígenas nas terras tradicionalmente ocupadas em regiões de fronteira, entre outros. Apesar dos vetos, a sanção pelo senado simboliza um grande avanço pela nova forma de abordar um imigrante, como um sujeito de direitos e deveres (DELFIM, 2017).

A nova lei possui como objetivo a igualdade entre os brasileiros e os imigrantes, deixando de lado os interesses de segurança nacional para ir ao encontro de princípios que estabelecem repúdio à xenofobia, discriminação. Ademais, promove possibilidades de um processo regularizador de fácil acesso a fim de consolidar de maneira ampla a política de vistos humanitários e proteção para apátridas, asilados e brasileiros que se encontram fora do país. Outro ponto abordado posiciona-se contra a detenção de migrantes irregulares e contra a perda de liberdade (DELFIM, 2017).

Essa lei é resultado de muitas mobilizações favoráveis ao longo dos anos, porém mobilizações contrárias também ocorreram durante o período de votação da

mesma em algumas cidades do país. A previsão para que a lei entre em vigor é em novembro de 2017 devido às regulamentações necessárias no processo.

Para compreendermos os processos ocorridos durante a vinda dos imigrantes haitianos para o Brasil, buscou-se conhecer seus desafios, como será elencado no próximo item, desde o momento de saída do país de origem, até o destino final. O conhecimento das portas de entrada para o País, bem como os estados brasileiros que mais abrigaram esse fluxo, permitem a análise dos fatores atrativos e conseqüentemente a inserção no mercado de trabalho.

2.3 OS DESAFIOS DO PERCURSO E A CHEGADA AO BRASIL

Os primeiros imigrantes haitianos no Brasil foram registrados no estado do Mato Grosso do Sul, na divisa com a Bolívia em 2010. A partir daquele momento, o fluxo migratório se intensificou, possuindo outros locais de entrada nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Peru, pelas cidades de Brasiléia, Assis Brasil e Epiaciolândia, no estado do Acre e, no Amazonas, pela cidade de Tabatinga. Essas cidades se configuraram em 2011 como principais portas de entrada do intenso fluxo registrado (CONTINGUIBA, 2014).

Até certo ponto, as rotas são parecidas, pois a maioria apresenta relatos de que a saída ocorre de Porto Príncipe em direção ao Panamá, ou muitos iniciam o trajeto já em São Domingo, na República Dominicana. A rota declarada em geral possui dois trajetos, aqueles que, por linha aérea, direcionam-se direto para São Paulo e aqueles que, através do Panamá, seguem rotas via terrestre, o que acontece na grande maioria dos casos. O primeiro percurso se dá pelo Equador, em seguida pelo Peru, alguns passam pela Bolívia podendo adentrar por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, mas a maior frequência ocorre no Acre e segue em direção a São Paulo. A partir de 2011, a fiscalização nas fronteiras aumentou, assim, os coites e agenciadores necessitavam mudar as rotas para que a travessia dos imigrantes no território brasileiro ocorresse. Devido a esse fato, as rotas são variadas nos relatos.

Outro fator que interfere na escolha da rota é o meio de transporte. Segundo Fernandes e Faria (2016), as facilidades e os interesses dos agenciadores em determinados trajetos determinariam o percurso. Os valores para a travessia variam

entre U\$ 1.000 a U\$ 4.500 e com eles a ilusão da chegada ao grande “Eldorado”, onde haveria oportunidades de emprego excelentes, ideia vendida também pelos coiotes.

Aos haitianos, o importante é entrar no Brasil, independente da “porta de entrada”, e seguir caminho rumo os grandes centros econômicos. No início do fluxo, notou-se que muitos imigrantes não tinham a noção de distância desse país de dimensões continentais, aproximadamente 300 vezes maior que a pequena porção insular caribenha. Havia um medo de saber de muitos de que São Paulo e Rio de Janeiro são bem distantes de Manaus ou Brasília (FERNANDES; FARIA, 2016, p. 99).

De acordo com o relato de Milesi (2012), em entrevista ao IHU, a chegada ao Brasil, depois desse trajeto, não é muito fácil. Toda economia do imigrante já ficou pelo caminho com passagens e pagamentos dos coiotes, sem contar os roubos. Nas entrevistas durante a pesquisa, esses relatos foram comuns, sobretudo no Peru.

Na hora cheguei lá em Peru [...] porque quando vai cruzar a fronteira a polícia segura nós, diz que estamos presos, pega todo o dinheiro e manda nós de volta para o Equador [...] fiquei dois meses no Equador de novo para depois tentar de novo. Eu tentei, mas na hora que chegou em um posto de polícia, só dar o dinheiro que deixa passar. A polícia de Peru rouba muito [...] muito [...] muito, pega todo nosso dinheiro e depois nos manda de volta¹⁸.

A travessia de Puerto Maldonado para Iñapari é onde os haitianos iniciam a entrada para travessia da fronteira com o Brasil. Segundo Mamed e Lima (2016), o trecho peruano, além de ser o mais longo, é o mais perigoso em razão das constantes extorsões sofridas pelos haitianos através da própria polícia local. No próximo relato, esse fato fica visivelmente explícito.

A primeira dificuldade que eu enfrentei é que um haitiano que morava em Equador e que me passou...como fala...para outro peruano para me atravessar na fronteira de Equador e Peru, então quando eu cheguei na fronteira de Peru ele falou “Kingson, seu dinheiro ta faltando” eu falei “ta faltando meu dinheiro?” Ele falou que sim, se não eu ia ficar, eu falei “eu não tenho nenhum dólar na minha bolsa” ele falou “então você vai ficar”, mas eu tinha um relógio e ele falou “se você dá esse relógio você vai” eu falei “com isso vai resolver?” Ele falou que sim, já tirei o relógio e dei para ele, era muito bonito [...] valia muito mais. Mas quando eu já cheguei lá em Lima, Peru, eles estavam pedindo 20 dólares cada pessoa, nós estávamos em 23 pessoas, mas eu não tinha nenhum dólar, uma polícia falou “você vai ficar aqui porque você não tem dinheiro” eu falei “ eu não tinha dinheiro, até meu relógio já pegaram” então ele me deixou passar¹⁹.

¹⁸ Relato de G.J., 7 de maio de 2017.

¹⁹ Relato de K.J., 7 de maio de 2017.

Relatos como esse são constantes e referem-se à viagem em parte do território peruano, que é mencionada como a maior dificuldade enfrentada até o momento. Logo após a entrada no Brasil, os imigrantes são encaminhados para regularização e direcionados para um abrigo. A necessidade básica é de um local onde possam ter pouso, alimentação e consigam obter documentos para, assim, deslocarem-se em busca de um emprego, o que nem sempre acontece devido, principalmente, à distância dos grandes centros econômicos.

Inicialmente, o Acre forneceu abrigos para esses migrantes e, no período de intenso fluxo, a cidade de Brasiléia recebeu imigrantes além de sua capacidade. Desse modo, as condições de infraestrutura não comportavam mais tantos habitantes a ponto de terem de tomar medidas como baixar os preços da passagem de ônibus para que os imigrantes haitianos pudessem deslocar-se para outros estados.

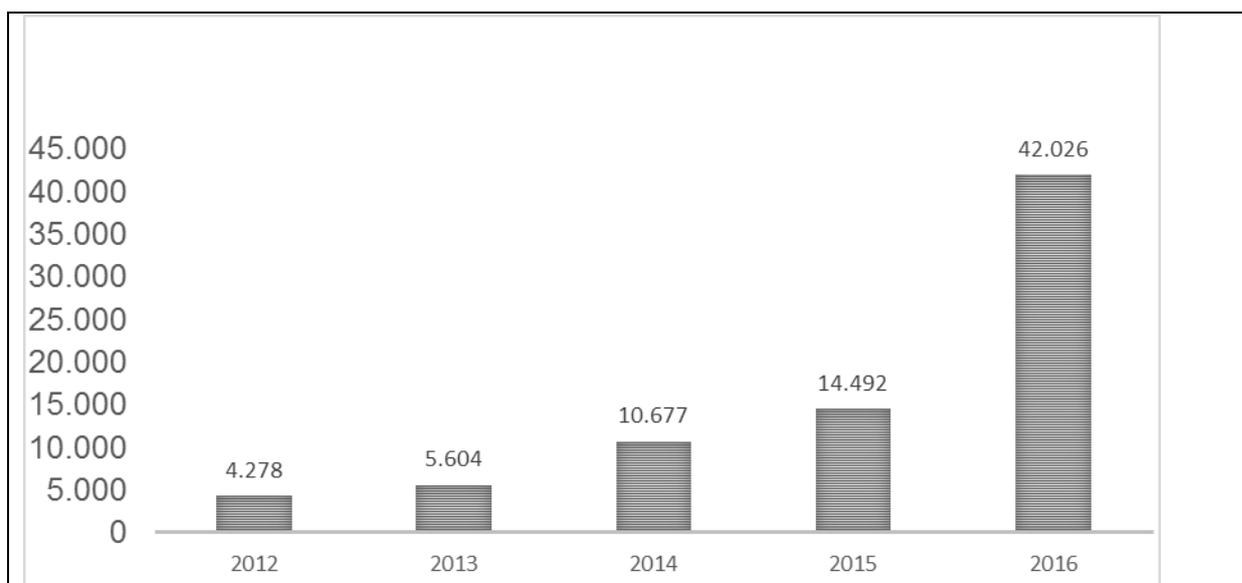
Em meio à falta de preparo do Brasil no que se refere à chegada dos migrantes, não está apenas o atraso político com relação às leis para estrangeiros, mas problemas sociais, como preconceitos e muitos outros que se fazem notórios. Os haitianos, enquanto trabalhadores no Brasil, levantam questionamentos relacionados aos direitos trabalhistas. A falta de conhecimento da legislação brasileira faz com que não lhes sejam assegurados todos os seus direitos pelos trabalhos exercidos. Muitas vezes, trabalham em condições precárias em frigoríficos, balcões de costuras, carvoarias e outras atividades. Tais situações não se restringem apenas às cidades grandes, mas, sim, às cidades de pequeno e médio porte também.

Atualmente, cartilhas relacionadas aos direitos trabalhistas já foram elaboradas em crioulo e português e distribuídas em locais de maior circulação de imigrantes. A cartilha chamada de “Guia de informação sobre trabalho aos imigrantes e refugiados” foi elaborada pelo Centro Zami, Serviço Jesuítas a Migrantes e Refugiados, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Irmãs Scalabrinianas, Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), no ano de 2015. Essa cartilha conta com orientações relacionadas aos direitos previstos na Constituição Federal e pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como os tipos de contratos que podem ser feitos, os direitos, deveres e o salário mínimo que um trabalhador no Brasil pode receber. Várias cartilhas foram criadas através de

outras instituições para assegurar a informação a esses imigrantes e evitar os problemas relacionados a essa ordem.

No que tange aos registros e à regulamentação dos haitianos no país, muitos não realizam essas ações. Assim, conhecer o número preciso de haitianos que adentraram ao Brasil torna-se uma tarefa difícil. Segundo Milesi (2016), no período de 2012 a 2016, por volta de 73.077 haitianos obtiveram algum tipo de registro, como, por exemplo, o Visto Humanitário emitido pelo Ministério das Relações Exteriores, representando 55,08% desse número. Outras fontes foram CNIg e CONARE, através de publicações, apresentando 40,51 % do número e por outros meios apenas 4,41%.

Gráfico 1 – Número de imigrantes haitianos que se registraram na Polícia Federal no período de 2012 a 2016



Fonte: CNIg/Dados da Polícia Federal (2016)²⁰, adaptado pela autora (2018).

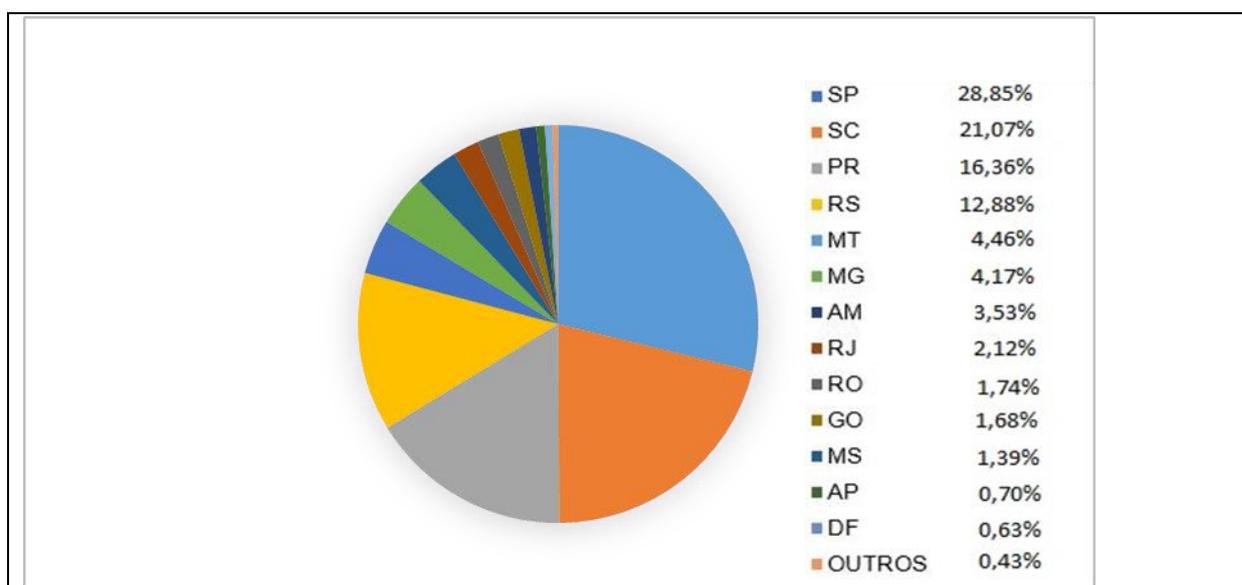
Através do Gráfico 1, podemos notar o crescente fluxo de haitianos que foram registrados pela Polícia Federal durante esse período. Os registros não contabilizam o total real de imigrantes no país, porém abrangem grande parte do número. Analisando o gráfico, podemos considerar a hipótese do salto de registros do período de 2015 para 2016 com a concessão do visto de residência permanente, uma vez que, para isso, era necessária a regularização da situação do migrante.

²⁰ Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>> Acesso em: 30 maio. 2017.

Esse prazo foi prorrogado, em 2016, para mais seis meses, como mencionado anteriormente.

O Gráfico 2 apresenta os Estados da Federação em que houve registros de entrada dos haitianos. O Estado de São Paulo lidera o *ranking*, com a maior porcentagem de registros. Esse fato se deve, é claro, por ser o centro econômico do país, assim, para o imigrante, esse estado poderia lhe ofertar maiores oportunidades de emprego e melhores condições de vida, o que, na verdade, nem sempre acontece. Se a grande cidade São Paulo se torna destino, os problemas de uma metrópole que acometem os brasileiros serão os mesmos problemas que acometeriam os estrangeiros, porém com maiores agravantes como a xenofobia, tão divulgada nos meios de comunicação. Por outros olhares, a metrópole conta com a casa do migrante e organizações que prestam apoio e acolhida para os recém-chegados e buscam a ajuda e encaminhamento para a adaptação no meio.

Gráfico 2 – Porcentagem de registros dos haitianos por Estado, no período de 2012 a 2016



Fonte: CNIg/Dados da Polícia Federal (2016)²¹, adaptado pela autora (2018).

Os Estados que receberam o maior número de registros possuem uma economia voltada para grandes indústrias e são importantes cenários econômicos para o país. O Estado de Santa Catarina (SC) ganhou o título de segundo maior

²¹ Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>> Acesso em: 30 maio. 2017.

empregador do Brasil em 2017²², com saldos positivos desde 2015, com 14.858 vagas, ficando atrás apenas de São Paulo, que obteve um saldo de 25.412 admissões. No caso de SC, os setores que mais empregaram foram a indústria, administração pública e agropecuária. Esses dois estados com maiores saldos empregadores são os que apresentam maior porcentagem como observamos no gráfico, seguidos do Paraná e Rio Grande do Sul.

Os demais Estados, embora estejam próximos às fronteiras de acesso utilizadas pelos imigrantes, apresentam dificuldades na conquista de empregos não permitindo sua fixação em grandes porcentagens. Por exemplo, Mato Grosso (MT) encerrou 2016, segundo informações do IBGE (2016), com um saldo de 158 mil pessoas em situação de desemprego, com um aumento de 9,8 % relacionado aos anos anteriores. Em Minas Gerais, a taxa de desemprego chegou a 11% no mesmo ano, somando um milhão de desempregados no Estado, segundo dados divulgados pelo IBGE (2016). O estado do Amazonas não fica atrás na porcentagem de desemprego, apresentando duzentos e trinta e oito mil pessoas desempregadas no segundo trimestre de 2016, o que representa 13,2% dessa taxa de desemprego. Segundo IBGE (2016), as maiores taxas de desocupação por Estado, no segundo trimestre de 2016, além das já mencionadas, foram Amapá (15,8%), Bahia (15,4%) e Pernambuco (14,0%).

Milesi (2016) aponta preocupação na divulgação dos dados relacionados ao emprego, pois aproximadamente 12% se declararam sem ocupação. No entanto, o autor leva em consideração que dentro desse número há membros da família, como os filhos desses imigrantes que se enquadram como estudantes não inseridos no mercado de trabalho e as esposas, mulheres que geralmente possuem uma dificuldade maior na conquista do emprego e acabam em ocupações relacionadas ao lar e à família.

²² Jornal de Santa Catarina. **SC é o 2º Estado que mais gerou empregos no Brasil em fevereiro**, 16 mar. 2017. Disponível: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2017/03/sc-e-o-2-estado-que-mais-gerou-empregos-no-brasil-em-fevereiro-9749828.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Gráfico 3 – Ocupação declarada no registro dos imigrantes haitianos no período de 2012 a 2016

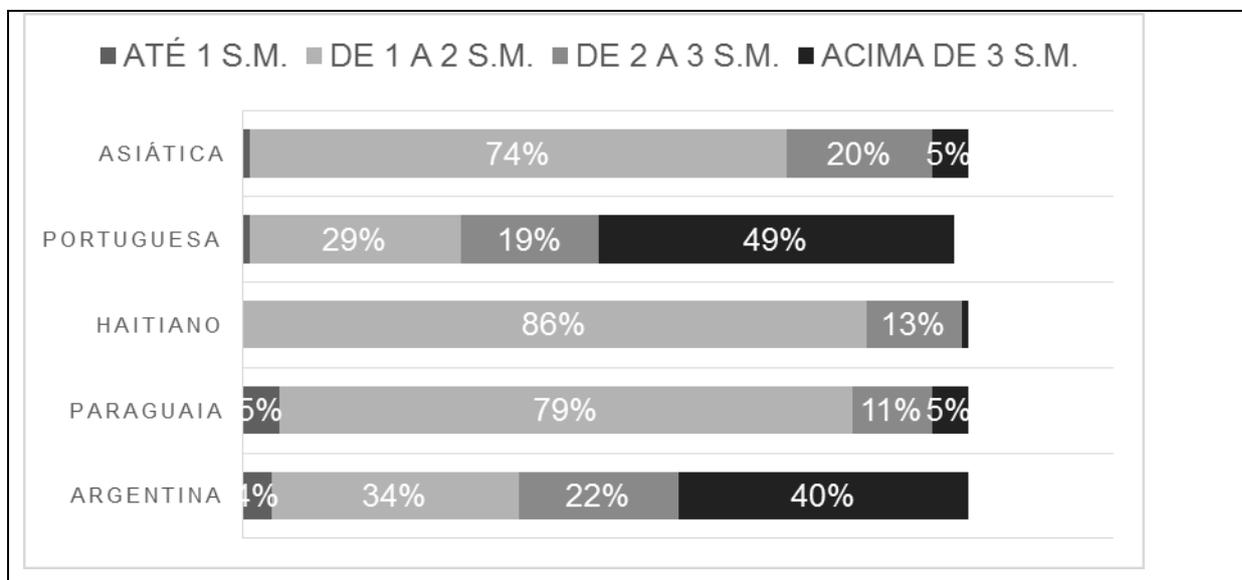
Fonte: CNIg/Dados da Polícia Federal (2016), ²³adaptado pela autora (2018).

A ocupação relacionada à construção civil e mencionada como a função de pedreiro, quando analisada, é a que possui maior porcentagem na empregabilidade considerando uma única função. A oferta de mão de obra para esse setor nos remete a uma análise de que essa ocupação seja conquistada em maior número devido à maior acessibilidade e menores restrições que, provavelmente, outras funções exigem. Trabalhos relacionados à mecânica e ao comércio apresentam maior demanda quando comparados a funções mais específicas como programador, eletricitista, professor, gerente, motorista, devido às maiores exigências que essas funções demandam, principalmente quando as dificuldades como a língua podem implicar no bom desempenho da função. A baixa ou a não ocupação de outros setores não significa a incapacidade de desenvolver o trabalho, pois muitos possuem até mesmo formação própria para determinadas funções, mas acabam não sendo aceitos por partes dos empregadores e da sociedade em geral por conta de fatores como documentação ou grau de escolaridade válida, assunto que trataremos nas próximas seções.

²³ Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>> Acesso em: 30 maio. 2017.

Outra porcentagem mensurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2014) está relacionada ao salário dos estrangeiros no Paraná, como apresenta o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Distribuição de Trabalhadores Estrangeiros segundo a faixa salarial, PR – 2014



Fonte: MTE-RAIS/Observatório do Trabalho (2014)²⁴, adaptado pela autora (2018).

Dentre as nacionalidades, paraguaios, asiáticos e os haitianos apresentam maior porcentagem correspondente à faixa de um a dois salários mínimos. Os haitianos apresentam apenas 1% da população estrangeira recebendo acima de três salários mínimos, sendo a nacionalidade com o menor valor pago no mercado de trabalho. Atribuir esse fator às dificuldades nas questões da língua e ao grande contingente migratório pode não ser correto devido à igualdade relacionada às outras nacionalidades. Todavia, o recente fluxo haitiano e o número expressivo podem contribuir para a efetivação dessas taxas.

A demonstração das taxas nos faz refletir a relação com o emprego e a escolha dos destinos que o fluxo apresentou no Gráfico 4, sendo uma das principais razões que influenciam as direções a serem tomadas, compreendendo que o objetivo da migração em questão é o trabalho, a construção de uma vida melhor e o auxílio à família. Esses fluxos impulsionados pela economia capitalista nos remetem à mobilidade do trabalho no qual o trabalhador deve ser “livre” para vender sua força de trabalho com uma mercadoria e essa deve ser móvel apta para

²⁴ Disponível em: < <http://obtrabalho.mte.gov.br/>>.

realizar os deslocamentos conduzidos pelas exigências do capital (GAUDEMAR, 1977).

Milesi (2016) aponta que se estima mais de 8.000 haitianos não regularizados com a concessão de residência permanente, apenas solicitação de refúgio, os quais, portanto, não entraram na contagem desses dados. À medida que a concessão é realizada, as listas com os nomes dos imigrantes contemplados são publicadas pelo Conselho Nacional de Imigração, geralmente no Diário Oficial da União.

O cenário econômico da área de estudo, necessita de uma atenção maior. Essa análise, que será realizada no próximo capítulo, tem o objetivo de justificar a escolha de muitos dos imigrantes haitianos, vivendo no Estado do Paraná. As relações econômicas e o investimento no setor industrial nos revelam indícios dessa atratividade.

3 HAITIANOS NO PARANÁ

3.1 A ECONOMIA DO PARANÁ

O Paraná passou por ciclos econômicos que configuraram o desenvolvimento de sua economia e povoamento, foram esses o ciclo do ouro e do tropeirismo iniciados no século XVII, da madeira com início no século XVIII, da erva-mate que se intensificou no século XIX e do café no século XX. Em Paranaguá, iniciou-se a exploração do ouro de aluvião, responsável pela colonização litorânea, no entanto, essa matéria-prima era escassa. No fim do século XVIII, Minas Gerais desenvolve a atividade mineradora com maior intensidade, assim cresce a criação de gado no Sul e o desenvolvimento do tropeirismo. O tropeirismo, responsável pelo transporte de mercadorias e até mesmo de ouro foi uma atividade que abriu caminhos para o povoamento principalmente da região dos Campos Gerais, porém teve seu fim com a abertura das ferrovias (WACHOWICZ, 2001).

O cultivo da erva-mate iniciado pelos índios teve sua importância na economia paranaense tanto para a formação de uma classe média que cultivava o produto, quanto para o comércio de exportação que, através do chá e principalmente do chimarrão, ganhou popularidade. Esse ciclo foi responsável pela emancipação política do Paraná, porém, em 1930, quando a Argentina começou a produção e a concorrência com o mercado paranaense, a erva-mate perdeu impulso como atividade predominante no Estado (PARANÁ, 2012).

A exploração da madeira, principalmente do pinho, também contribuiu para o desenvolvimento da economia paranaense. Com a criação das ferrovias, o seu transporte se tornou possível. Desde então, surgiram as serrarias e foram abertas as portas para exportação internacional que receberam até mesmo investimentos de empresas estrangeiras. Contudo, a devastação e extinção derrubaram o crescimento desse ciclo (SCHMIDT; FILIZOLA, 1998).

Com o fim do tráfico escravo, o Paraná recebeu um contingente de imigrantes europeus e asiáticos a fim de colonizar as áreas pouco povoadas e trabalhar nas terras formando colônias nos territórios habitados por eles. Essa imigração contribuiu para que, no século XX, a cafeicultura se desenvolvesse, principalmente no norte do Estado, configurando uma nova fase da economia paranaense. O

Paraná chegou a ser o maior produtor de café do país, impulsionando a produção agrícola e o setor industrial que era responsável pelo beneficiamento do café e de cereais.

No norte do Paraná entraram centenas de milhares de descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, japoneses etc., oriundos dos estados de São Paulo, Minas Gerais etc., atraídos que foram pela expansão da economia cafeeira. Esta é a chamada frente nortista (WACHAOWICZ, 2001, p. 157-158).

A expansão do capitalismo no Brasil propiciou a integração dos espaços regionais, porém, com o desenvolvimento produtivo superior, o Sudeste consagrou-se o centro econômico, onde as demais regiões realizavam articulações e produziam economicamente de forma complementar ao grande centro. Esse sistema de integração produtiva levantou possibilidades de uma certa autonomia para as demais regiões de acordo com o desenvolvimento próprio de cada uma. Mesmo com dúvidas relacionadas ao desenvolvimento autônomo das demais regiões, o Paraná apresentou crescimento significativo em sua produtividade devido, principalmente, à cafeicultura (TRINTIN, 2005).

Segundo Trintin (2005), com um desenvolvimento agrícola de grande potencial, o Paraná, ainda dependente do desenvolvimento industrial do centro econômico do País, enxergou a necessidade do rompimento dessa dependência, visto que havia se tornado grande importador dos produtos industrializados da região sudeste, mas era grande fornecedor de produtos primários e alimentos para o mesmo. Com a industrialização do estado, a possibilidade de autonomia era muito maior, deixando de ser uma economia submetida a outra.

Foram criados projetos para investimentos em infraestrutura e os financiamentos para a fixação de empresas foram facilitados, porém empresas de pequeno a médio porte não foram capazes de competir e alavancar um desenvolvimento industrial avançado, como já estava ocorrendo no sudeste brasileiro. Assim, os investimentos nos setores agropecuários e a conformidade em fornecer esses elementos primários trouxe ao Paraná não uma autonomia, mas um avanço em seu desenvolvimento econômico. Mesmo com a queda da economia cafeeira, os produtores, através de incentivos do estado para diversificar sua economia e modernizar suas propriedades, marcaram uma configuração de grande importância no Paraná (TRINTIN, 2005).

Segundo Trintin (2005), foi nos anos 1970 que os investimentos industriais ganharam força no estado por meio da criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR). Esse feito possibilitou a ampliação de rodovias e ferrovias do Porto de Paranaguá, auxiliou na oferta de energia elétrica e modernizou seus sistemas de comunicação. Após um período de grande crescimento, a economia sentiu os efeitos de uma desaceleração por volta de 1981, o que fez com que as indústrias se adequassem de maneira a possibilitar a competição da nova realidade.

No início dos anos 1980 as taxas de crescimento do produto industrial paranaense caíram para 4,0% em 1981, contra uma taxa observada de 23,3% no ano anterior, seguida de sucessivas taxas negativas até o ano de 1984. A recuperação só aconteceu a partir do ano de 1985, quando o produto industrial paranaense apresentou uma taxa de crescimento de 11,5%, seguida de taxas positivas até o final da década (TRINTIN; CAMPOS, 2013, p. 166).

Trintin e Campos (2013) afirmam que esse desenvolvimento econômico do Paraná foi resultado principalmente da dinâmica econômica nacional. Mesmo em contextos de baixas no crescimento, o estado progrediu industrialmente especialmente devido à participação de indústrias de bens duráveis e bens de capital, superior as de bens não duráveis. Esse grupo de bens de consumo não duráveis também obteve boa participação por conta da evolução da participação dos setores de produtos alimentares que, em 2008, passou de 27,54% para 34,14% e sofreu uma queda, em 2011, para 30,42%.

A partir de 2009, alguns investimentos foram realizados nos setores de produção de carne de aves, pois essa se tornou a mais consumida no Brasil. O abate de frango teve um aumento de 10,38%, resultado da ampliação nas exportações paranaenses de carne de frango in natura que de US\$ 1,213 bilhão no ano de 2009, passou para US\$ 1,481 bilhão em 2010 (IPARDES, 2011).

Podemos constatar que, com os investimentos e a recuperação da economia a partir de 2009, os saldos de empregos foram positivos, sobretudo em razão da ampliação das ofertas de vagas nos seguintes setores: serviços, indústria de transformação, comércio e construção civil. No Quadro 2, os registros do número de novas vagas nos períodos de 2010 a setembro de 2017 permite visualizar esses setores como os que mais empregaram.

Quadro 2 – Saldo de empregos com carteira assinada no Paraná. Janeiro 2010 – Setembro 2017

Número de novas vagas por setores							
Período	Indústria extrativa mineral	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, extrativismo vegetal, pesca, caça	Total
2010	416	41.527	20.346	38.990	53.125	-2.375	152.029
2011	448	23.937	10.913	33.452	51.907	170	120.827
2012	344	13.773	5.866	29.113	36.338	1.590	87.024
2013	249	15.177	3.111	28.135	39.196	2.195	88.063
2014	15	-8.231	3.219	13.507	32.050	-162	40.398
2015	-94	-46.812	-16.133	-12.526	-2.953	3.067	-75,681
2016	-304	-24.812	-14.790	-7.234	-11.375	-1.612	-59,483
2017*	-90	15.875	-1.134	-669	12.569	1.825	28.376

Fonte: IPARDES (2017), elaborado pela autora (2018).

Notamos, também, que a retração desse saldo de empregos foi significativa, chegando a ser negativa nos anos de 2015 e 2016. É relevante a queda do número de trabalhadores com carteira assinada na indústria de transformação, sendo registrado inicialmente em 2014 o primeiro saldo negativo acompanhado da agropecuária. A partir desse momento, os saldos negativos na indústria de transformação se tornaram cada vez maiores acompanhados da construção civil, do comércio e dos serviços com maior destaque nos anos de 2015 e 2016.

Dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), referentes à balança comercial brasileira, mostram que em 2014 o país registou déficit de US\$ 3,9 bilhões, com queda de 273,2% em relação a 2013, quando apresentou superávit de US\$ 2,3 bilhões. O resultado negativo foi reflexo da acentuada retração nas exportações, de 7,0%, concomitante ao fraco recuo nas importações (IPARDES, 2015).

Essas retrações são reflexos da crise econômica nacional em que o PIB da indústria obteve queda de 6,2 % e a indústria de transformação 9,7% com a eliminação de 59.861 postos de trabalho apenas em maio de 2015. Essas quedas repercutem a instabilidade devido ao aumento da inflação e dos juros, impactando, assim, o consumo, resultado presenciado nas vendas e produção (IPARDES, 2015).

Esse levantamento econômico do Paraná, bem como seu desenvolvimento e suas retrações ao longo dos anos são importantes para ilustrar o cenário da economia paranaense por ser um dos maiores receptores da migração haitiana no Brasil. Podemos analisar que os momentos de crescimento econômico foram ao encontro dos fluxos dessa imigração tornando o território um local de atração dessa mão de obra disponível. Diante desse fato, podemos analisar a chegada dos

haitianos no Paraná e suas principais ocupações relacionando-as aos períodos de crescimento econômico.

3.2 A CHEGADA DOS HAITIANOS NO PARANÁ

Inicialmente, não havia registros legalmente significativos para o Estado do Paraná acerca do fluxo de imigração haitiana, fato esse que se desenvolveu com a intensidade dessa mobilidade. Segundo Oliveira (2016), em 2013, o estado já totalizava um número de 2.516 haitianos empregados, o que representava, naquele momento, 26% do grupo que se encontrava no Brasil. No final de 2014, os registros foram para 19.163 haitianos empregados, número que cresceu expressivamente no período de um ano.

Em 2010, apenas 69.015 estrangeiros apresentavam vínculo de trabalho formal no país, número que saltou para 155.982 em 2014, um aumento de 226%! O Estado do Paraná conheceu, proporcionalmente, crescimento ainda maior do que aquele observado no país como um todo. Em 2010 havia 3.660 estrangeiros com vínculo formal de trabalho. Já em 2014, esse número havia saltado para 9.731, um aumento de 265,8% (OLIVEIRA, 2016, p. 251).

Figura 4 – Representação da localização do Haiti e do Estado do Paraná



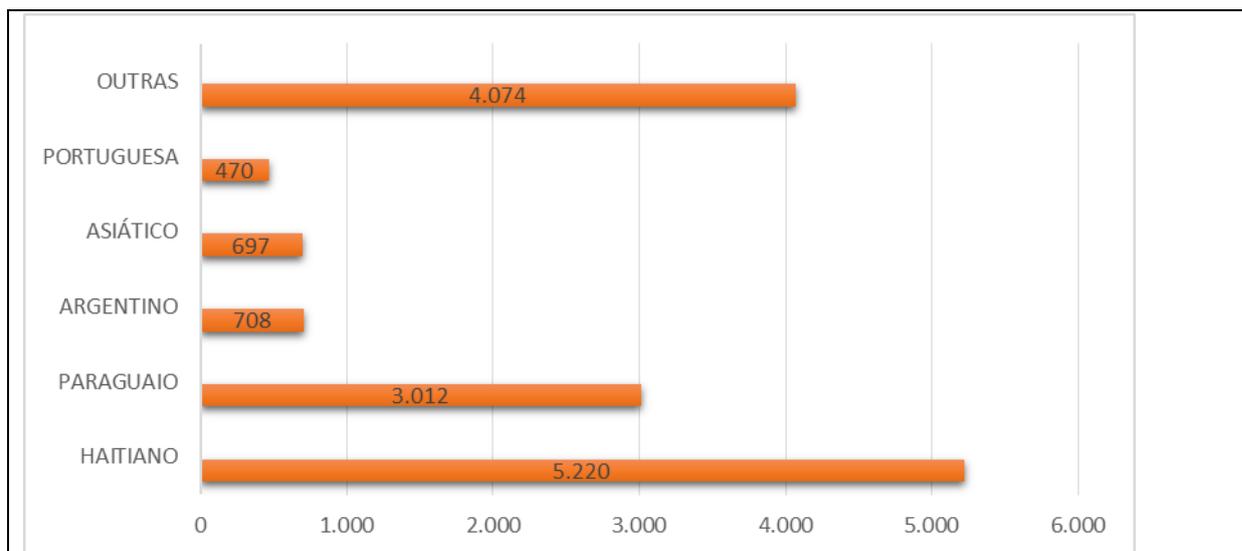
Fonte: IBGE (2017), elaborada pela autora (2018).

O crescimento dos imigrantes haitianos no Paraná acompanhou o crescimento desse fluxo no Brasil, e a explicação se dá através das ofertas de emprego em maior número no Estado e a melhor qualidade de vida em muitos municípios. Oliveira (2016) afirma que, entre os estados brasileiros, o Paraná empregou 19% dos trabalhadores estrangeiros, com a segunda posição como maior empregador. Só em 2014, dos 6.348 trabalhadores estrangeiros, 4.183 eram haitianos. Santa Catarina destaca-se por empregar 26% de estrangeiros e Rio Grande do Sul está em terceiro lugar, com 18% da empregabilidade, esse total representa 63% dos empregados.

A participação do Paraná no PIB do Brasil apresentou crescente evolução ao analisarmos os dados referentes aos anos de 2010 a 2014. Esses dados obtidos por organizações como IBGE, IPARDES e MTE-RAIS apresentaram a participação do Paraná na economia do país com um crescimento de 5,8% em 2010, para 6,30% em 2014. Esse crescimento acompanhou o aumento do número de imigrantes internacionais no Estado que em 2010 eram de 2.626 e em 2014 totalizavam 14.181 imigrantes. O crescimento ocorreu na mesma proporção em número de imigrantes internacionais no Brasil, que, de 49.439 em 2010, passou para 119.312 em 2014.

O Brasil consagrando-se como 6º economia mundial apresentou em seus dados a crescente participação do Paraná não apenas na economia, mas também no número de imigrantes internacionais recebidos atrelados ao período de intenso fluxo dos haitianos chegando ao território brasileiro. Segundo dados do CAGED (2016), a região Norte Central do Paraná foi a que gerou mais empregos no primeiro trimestre de 2016, de modo que 62% desses empregos foram gerados, segundo o IPARDES (2017), pelas cidades do interior do Paraná.

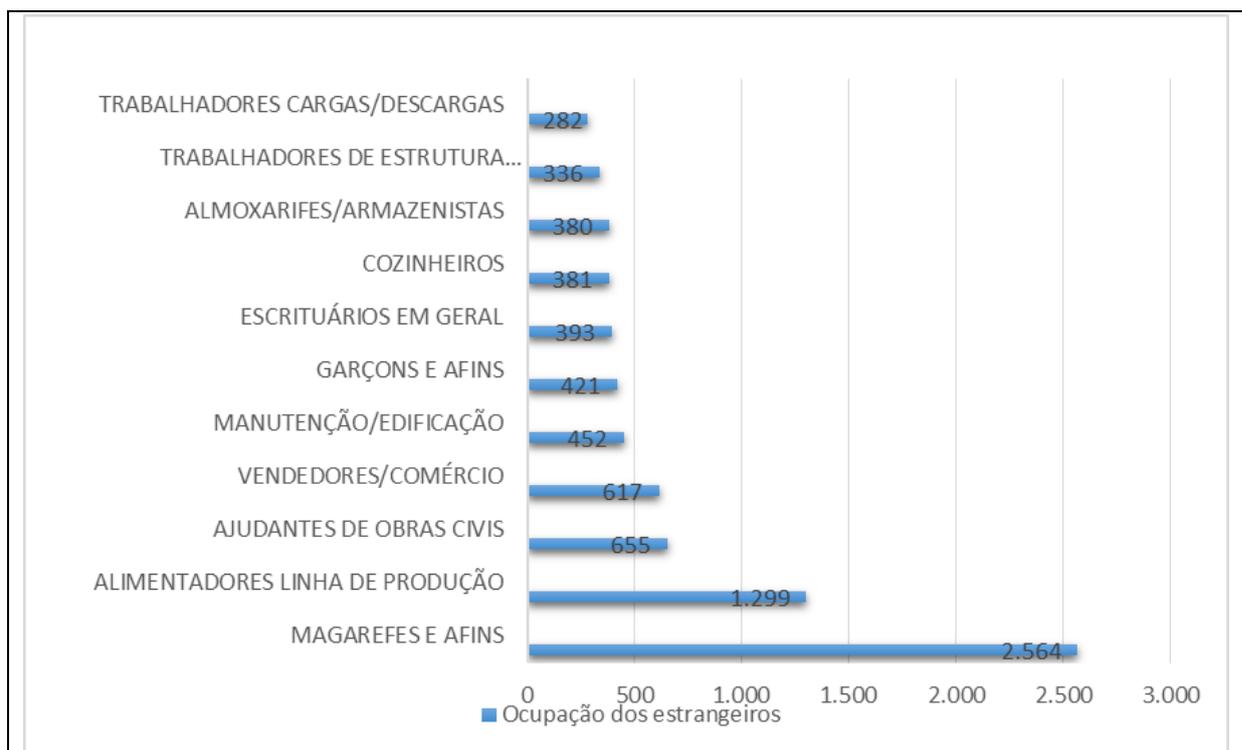
Entre as principais nacionalidades empregadas no mercado de trabalho no Paraná, estão os paraguaios e haitianos com números expressivos conforme o Gráfico 5. Os haitianos predominaram o número de estrangeiros empregados no ano de 2014, no auge do crescente fluxo. A participação econômica do Estado na economia brasileira, como mencionamos, possui influência para a escolha desse destino e os dados comprovam a atuação efetiva desses imigrantes nessa economia.

Gráfico 5 – Número de trabalhadores estrangeiros no Paraná em 2014

Fonte: Observatório do Trabalho – RAIS/MTE (2014)²⁵, elaborado pela autora (2018).

Ao analisar o Gráfico 6 referente à ocupação predominante dos trabalhadores estrangeiros, a ocupação de magarefes, que é o trabalho em abatedouros, representa o maior número de empregados; em seguida, estão os operários das linhas de produção e auxiliares de construções civis. Segundo Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), essas ocupações são trabalhos de difíceis condições, os quais, geralmente, boa parte da população local procura não realizar. Assim, devido às dificuldades em encontrar oferta de mão de obra, os imigrantes acabam sendo empregados não necessitando de qualificação para determinadas funções.

²⁵ Disponível em: < <http://obtrabalho.mte.gov.br/> >.

Gráfico 6 – Ocupações predominantes entre os trabalhadores estrangeiros ativos em 2014 – PR

Fonte: Observatório do Trabalho-RAIS/MTE (2014)²⁶, elaborado pela autora (2018).

Precisamos considerar que, na maioria das vezes, a qualificação desses imigrantes é superior ao trabalho executado aqui no Brasil, empregando jornalistas, engenheiros e até médicos em trabalhos industriais e braçais. Para Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), as dificuldades em relação ao idioma, à validação de diplomas e ao reconhecimento da profissão oficial arguida no país de origem impedem a ocupação de postos de trabalho de melhor qualidade para esses imigrantes.

Segundo Sayad (1998), a imigração é suprida pelos países e pelo mercado de trabalho através de um sistema constituído por dois polos: trabalho de qualidade para trabalhadores qualificados nacionais e trabalhos subqualificados ou de menor qualificação técnica e social para trabalhadores imigrantes.

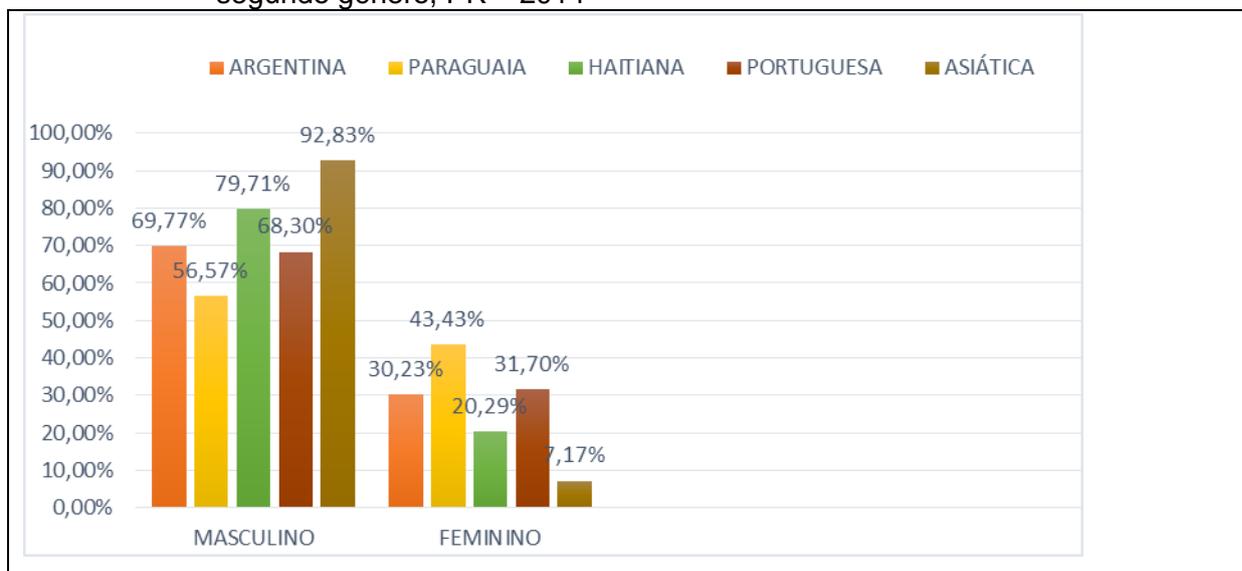
E na medida em que se reforça e se acelera a evolução que levou a essa redundância, ou na medida em que se acentuam a divisão social do trabalho entre mão-de-obra "nacional" (a quem se dá cada vez menos esse nome, adotando-se aliás o de "pessoal") e mão-de-obra imigrante – sendo que está deixando há muito tempo de ser apenas mão-de-obra complementar para torna-se mão-de-obra estrutural, uma mão-de-obra de substituição – e também, paralelamente a esta primeira divisão, a divisão técnica dos cargos segundo o nível de qualificação exigido [...] (SAYAD, 1998, p. 106).

²⁶ Disponível em: < <http://obtrabalho.mte.gov.br/> >.

Sayad (1998) afirma que todos os imigrantes são O.S., o que ele denomina de operários sem especialização. Embora de fato não sejam, socialmente são denominados dessa forma. Aponta, ainda, que o trabalho define a existência do imigrante o qual é observado a partir do momento em que ultrapassa fronteiras e muitas vezes têm sua formação ignorada bem como tudo o que antecede a sua chegada.

Com relação ao gênero, os serviços que possuem maiores vagas para ocupação são destinados predominantemente aos homens principalmente pelas atividades que serão exercidas. Em todas as nacionalidades, como podemos observar no Gráfico 7, o expressivo número é masculino. Entretanto, precisamos levar em consideração que, muitas vezes, as atividades que a mulher exerce no mercado de trabalho são informais, podendo não estar expressas em determinadas estimativas.

Gráfico 7 – Distribuição de trabalhadores das principais nacionalidades estrangeiras segundo gênero, PR – 2014



Fonte: MTE-RAIS (2014)²⁷, elaborado pela autora (2018).

A porcentagem que se apresenta com uma menor diferença entre o gênero masculino e feminino é registrada na nacionalidade paraguaia, embora a nacionalidade asiática apresente a maior diferença no número de homens e mulheres empregados. No caso da nacionalidade haitiana, a diferença entre ambos os gêneros também é considerável. Em uma análise geral, podemos dizer que

²⁷ Disponível em: < <http://obtrabalho.mte.gov.br/> >

apenas 20% dos trabalhadores haitianos são mulheres. Esse fato os preocupa bastante, uma vez que são constantes os relatos que abordam essa dificuldade, pois, ao trazerem família para o Brasil, a expectativa é que todos, tanto os homens quanto as mulheres, trabalhem para contribuir nas despesas e enviar auxílio para parte da família que ainda reside no Haiti.

Segundo Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015), o gênero é um fator diferenciador na ocupação do mercado de trabalho, pois, por exemplo, serviços de limpeza, cuidador de crianças e idosos são ocupados pelas mulheres exclusivamente. Já em outros setores, a exclusividade e preferência masculina predomina, principalmente nos setores que mais estão empregando imigrantes. O problema do desemprego feminino é comum entre os imigrantes, não somente haitianos, mas de outras nacionalidades também. Os fatores geralmente se concentram nas exigências das empresas, com relação ao perfil do trabalhador adequado para operar ou manusear tal equipamento, sem contar que as condições femininas relacionadas à maternidade e à saúde acabam gerando mais afastamentos no trabalho, o que esses tipos de empresas evitam.

Com essas características da imigração haitiana no Estado do Paraná, especificar sua economia como um fator de atração é de suma importância, bem como especificar os registros dos primeiros fluxos na região norte central do estado que foram direcionados a Maringá (PR) e Mandaguari (PR). Desse modo, será possível buscar a compreensão dos fatores que influenciaram a escolha desses destinos finais.

3.3 HAITIANOS NA REGIÃO NORTE CENTRAL DO PARANÁ: FATORES ECONÔMICOS DE MARINGÁ E MANDAGUARI

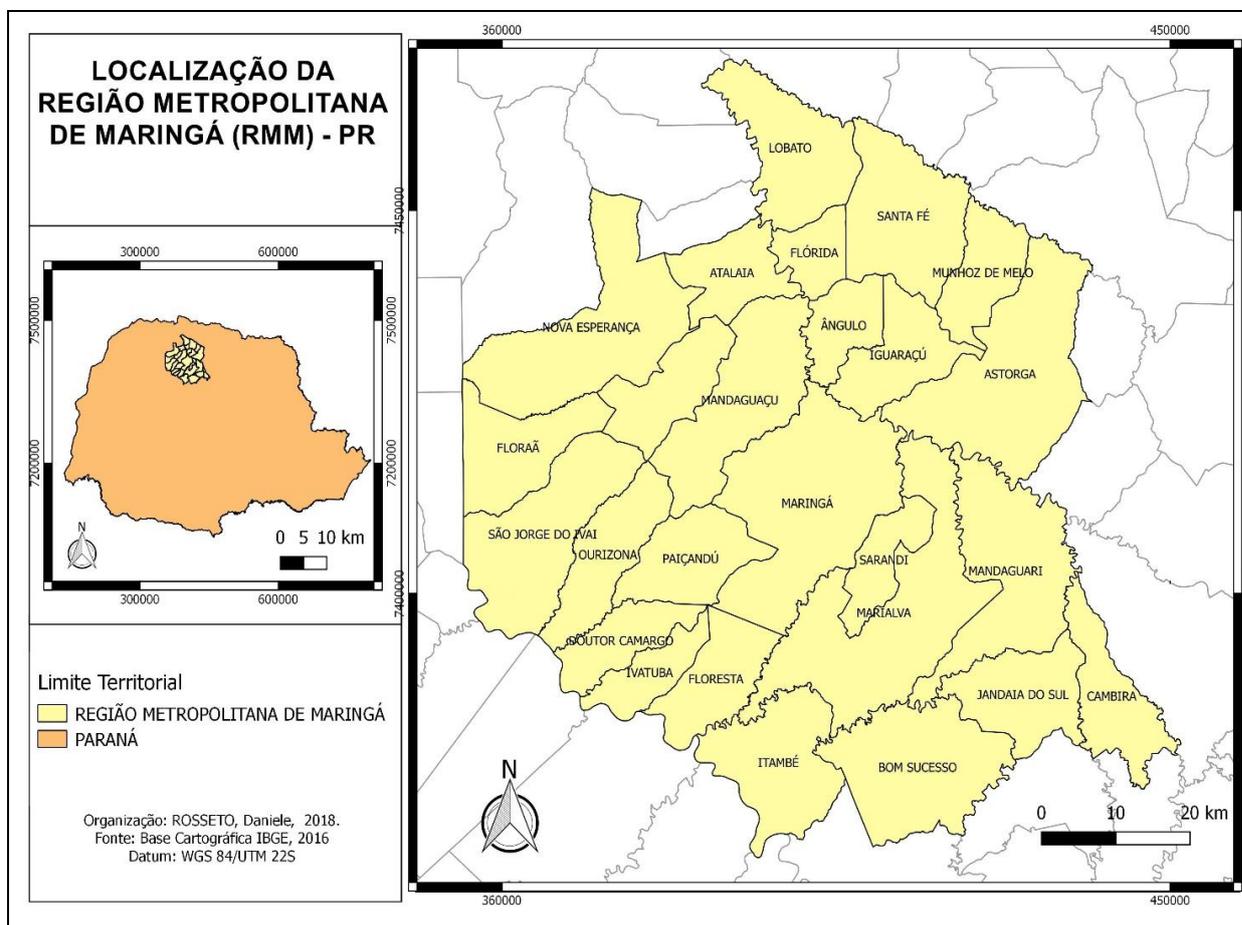
A caracterização da economia dos municípios de Maringá e Mandaguari, bem como seus aspectos gerais são importantes para compreensão de ambos os municípios como um dos destinos finais da migração em questão, levando em consideração a grande mobilidade dessa população entre os municípios da região e até mesmo de outros estados.

O município de Mandaguari compõe a Região Metropolitana de Maringá (RMM), sendo Maringá o município polo. A RMM passou por um processo de

metropolização em que as cidades periféricas se integraram a uma grande zona urbana, estabelecendo relações econômicas e desenvolvendo funções capazes de atender as necessidades regionais (MOTA, 2010). Esse processo de metropolização, segundo Freitas (2009), ocorre através de uma grande cidade, no caso Maringá, caracterizada com alta taxa de urbanização e de densidade demográfica, ocorrendo, assim, a polarização dessa região. Esse fato ocorre através da grande influência que esse município possui com relação aos outros, sobretudo economicamente, ocorrendo também movimento pendular entre a população da região.

Inicialmente, a RMM era composta por apenas oito municípios, Mandaguari, Marialva, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Maringá, Paçandu e Sarandi. Essa Região Metropolitana é composta atualmente por vinte e cinco municípios: Ângulo, Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Flórida, Floresta, Florida, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí e Sarandi.

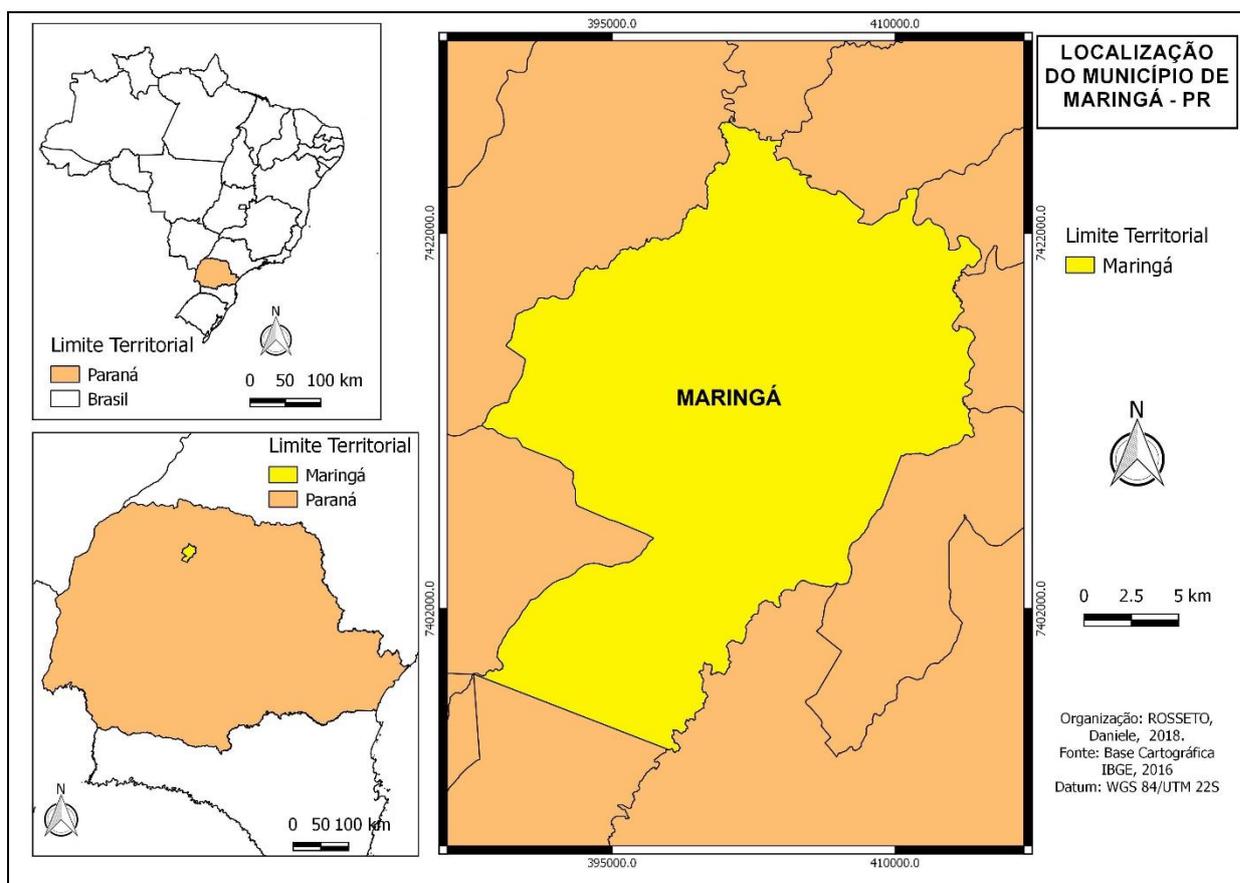
Figura 5 – Municípios que compõe a Região Metropolitana de Maringá



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O município de Maringá, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2014), é uma dentre as principais cidades que o estado abrange, entre elas estão Curitiba a capital, Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá. Ela conta com três distritos: Maringá, Floriano e Iguatemi, com uma área de 487,052 km² e uma população de 357.077 habitantes de acordo com o IBGE (2010).

Figura 6 – Localização do Município de Maringá no Estado do Paraná



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O PIB per capita do município, em 2014, segundo dados do IPARDES (2015), concentrou-se em R\$ 36.337,00. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é considerado alto, de 0,808, apresentando uma qualidade de vida elevada para a população. O Índice de Gini da renda domiciliar per capita é de 0,4937, ou seja, o grau de concentração da distribuição dessa renda, com um valor próximo a 0, assinala que a distribuição de renda domiciliar per capita por indivíduo é pertinente. A renda média domiciliar, por sua vez, estava concentrada em R\$ 1.187,53 no ano de 2010, cálculo que é realizado através da soma das rendas de uma família e dividido

pelo número de moradores. Podemos observar através desses dados que a qualidade de vida possui dados positivos quando comparados com os de outros municípios, não só do Paraná, mas do Brasil (IPARDES, 2015).

Com relação às atividades econômicas que mais obtiveram pessoas ocupadas, segundo o censo do IBGE (2010), a área de serviços, como podemos observar na Tabela 1, apresentou 49.080 pessoas empregadas em diversos ramos como transporte, saúde, educação, comunicação, atividades administrativas e etc. Em seguida, o comércio apresentou-se com o segundo maior número de pessoas ocupadas em Maringá e a indústria de transformação sendo a terceira maior empregadora.

Tabela 1 – População ocupada segundo as principais atividades econômicas em Maringá, 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, pesca, produção florestal e aquicultura	4.249
Indústria de transformação	28.813
Construção Civil	13.074
Comércio	45.420
Serviços	49.080
Serviços domésticos	9.917
Atividades não especificadas	10.700
TOTAL	161.253

Fonte: IPARDES (2017), elaborada pela autora (2018).

O comércio e os serviços são grandes geradores de renda do município, um dos maiores contribuintes para o PIB. A concentração de empresas de grande porte também é significativa. Abriga uma das maiores cooperativas da região, a COCAMAR, impulsionando o mercado agrícola, sem contar com a Usina Santa Terezinha, produtora de açúcar e álcool, uma das maiores exportadoras de Maringá. Empresas no ramo de produção e transformação também são grandes impulsionadoras da economia local e geradoras de emprego. Essas chegaram a gerar 28.895 vagas em 2014. A área da construção civil gerou em torno de 10.619 vagas, transportes e telecomunicações, em torno de 13 mil vagas cada uma (IPARDES, 2015).

Os frigoríficos e abatedouros também estão presentes no município através de grandes grupos empresariais como Frangos Canção, Grupo GTFoods, Frango Maringá e outras. Essas empresas abrigam boa parte da mão de obra barata da região por ser uma atividade com funções difíceis de desempenhar e muitas vezes não possuem condições no trabalho adaptáveis para muitas pessoas.

Podemos observar, por meio da Tabela 2, que esses números de empregos caíram em 2016 quando comparados a 2014. A indústria de transformação gerou 886 vagas a menos e a construção civil 1.615 vagas a menos. Os serviços que incluem educação, transporte, saúde, telecomunicação e vários setores de administração foram os maiores geradores de emprego.

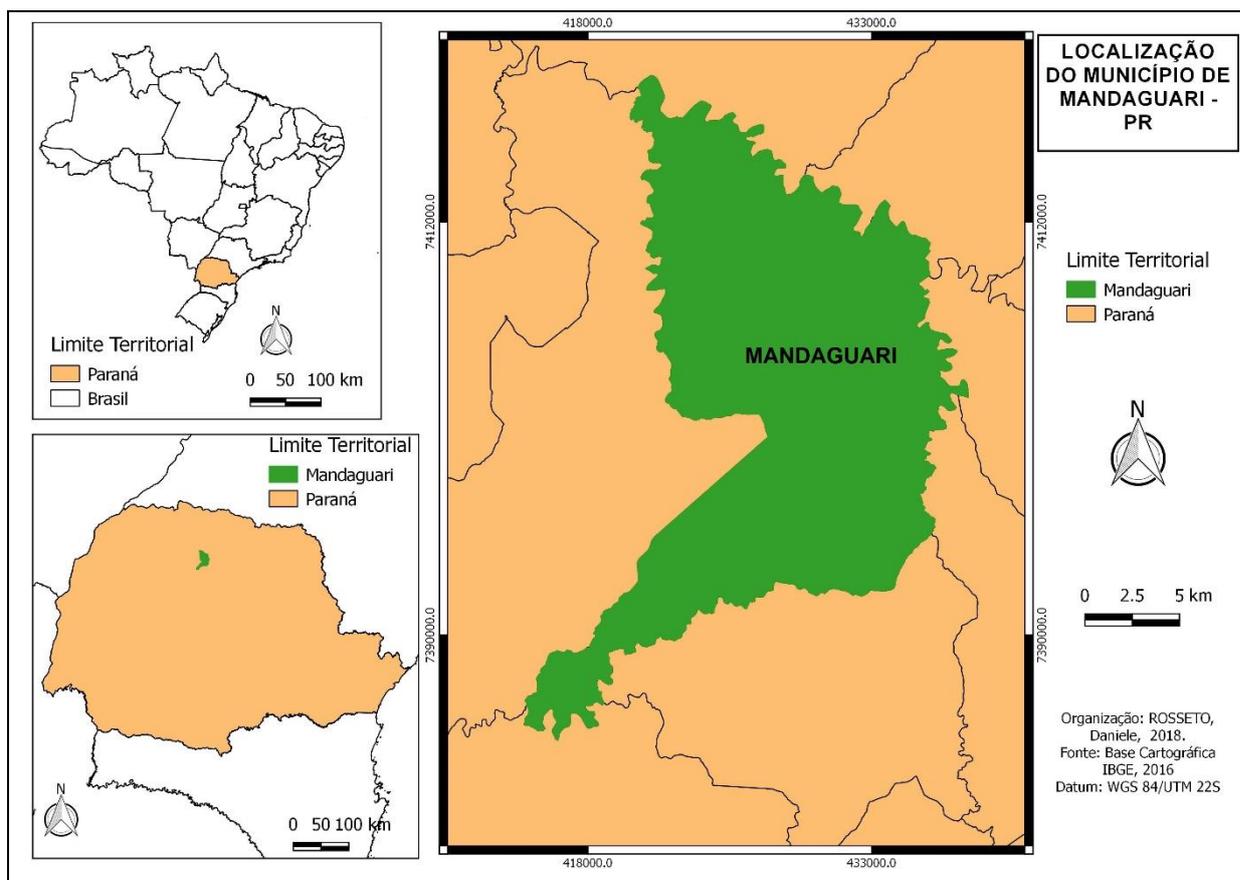
Tabela 2 – Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas em Maringá, 2016

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
Indústria	1.971	28.029
Construção Civil	1.107	9.004
Comércio	6.414	38.103
Serviços	6.704	78.386
Agropecuária	242	608
TOTAL	16.438	154.130

Fonte: IPARDES (2017), elaborada pela autora (2018).

O município de Mandaguari possui uma área territorial de 335,814 km², com uma população de 32.658 habitantes (IBGE, 2010). A fundação do município ocorreu através da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, composta por ingleses que, com apoio de brasileiros dos estados de São Paulo e Minas Gerais, colonizaram as terras férteis desde a região de Londrina, seu núcleo, até a região de Maringá, formando, assim, os povoados (FONTES; BIANCHINI, 1987).

Figura 7 – Localização do Município de Mandaguari no Estado do Paraná



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A economia de Mandaguari está concentrada nos serviços e na indústria. Seu PIB, em 2013, apresentou 34,39% da participação do setor industrial e 32,9% da participação dos serviços, consequentemente, são esses os setores que mais empregam no município. A renda per capita domiciliar, somada e dividida pelo número de moradores no domicílio, apresenta 13,08% recebendo até meio salário por pessoa, 67,39% entre meio salário a dois salários mínimos, enquanto que 16,02% recebem de dois a cinco salários e 3,5% mais de cinco salários mínimos (IPARDES, 2017).

Em 2016, conforme apresentado na Tabela 3, a participação da indústria e dos serviços na economia mandaguariense se manteve como as principais atividades do município, de forma que a indústria foi responsável pelo maior número de empregos gerados. Em seguida, podemos observar que os serviços e o comércio são outros setores que mais geraram empregos.

Tabela 3 – Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas em Mandaguari no ano de 2016

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
Indústria	236	5.896
Construção Civil	55	139
Comércio	427	1.753
Serviços	284	2.361
Agropecuária	90	325
TOTAL	1.092	10.474

Fonte: IPARDES (2017), elaborada pela autora (2018).

O setor industrial de Mandaguari é o maior gerador de empregos do município, possuindo grandes empresas conhecidas até mesmo internacionalmente e três parques industriais. Várias empresas se destacam na economia local como o Grupo Romagnole, a Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cocari), Aurora alimentos, Minorgan – Fertilizantes, IABV – Indústria de Artefatos de Borracha Vencedora, CHIPI – Implementos Rodoviários e a fábrica de colchões Prorelax, sem contar as mais de cinquenta empresas de médio e pequeno porte que movimentam a economia local.

A Cooperativa Agropecuária e Industrial investiu, em 2010, 55 milhões na modernização de suas unidades, na construção de um abatedouro avícola e de uma fábrica de ração para animais domésticos. Esse investimento foi resultado de um faturamento de 500 milhões de reais em 2010 devido à ascensão da economia em todo país, porém, a partir de 2014, os resultados não foram os esperados e não houve retorno dos investimentos. Assim, ocorreu a fusão com a empresa Aurora no município de Mandaguari em 2015. A Aurora é o terceiro maior grupo agroindustrial do Brasil, com origem na cidade de Chapecó (SC), investe tanto no abatedouro de frangos, quanto na fábrica de rações da cooperativa (IPARDES, 2015).

Quanto à ocupação, assim como as atividades que mais geram emprego, consequentemente, as que ocupam o maior número de pessoas são as mesmas. Conforme os dados apresentados na Tabela 4, o número de pessoas ocupadas na indústria supera os outros setores, seguido dos serviços, comércio e agricultura, respectivamente.

Tabela 4 – População ocupada segundo as principais atividades econômicas, Mandaguari, 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, pesca, produção florestal e aquicultura	2.166
Indústria de transformação	4.367
Construção Civil	1.059
Comércio	2.866
Serviços	3.879
Serviços domésticos	1.236
Atividades não especificadas	1.312
TOTAL	13.006

Fonte: IPARDES (2017), elaborada pela autora (2018).

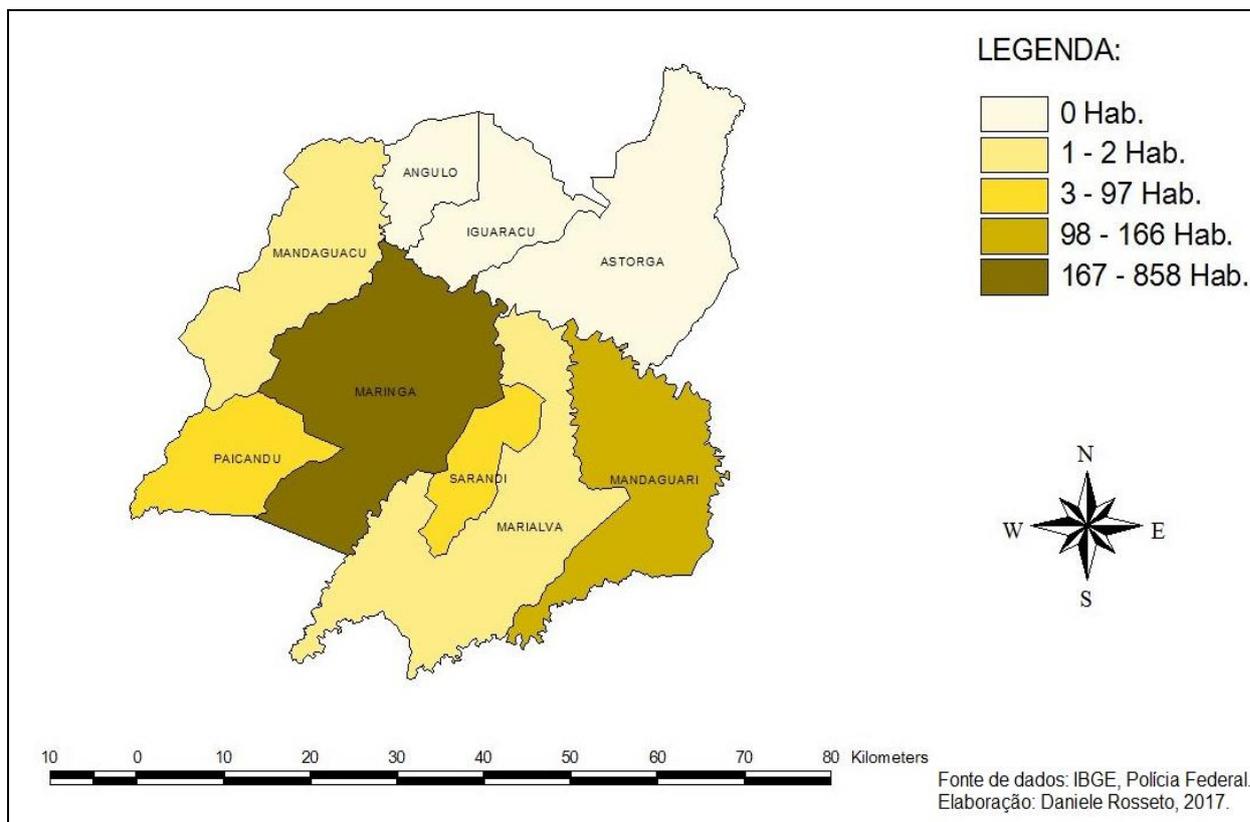
As indústrias de transformação, assim como os setores de serviços e as demais atividades que possuem maior número de ocupados, apresentam uma grande importância na economia municipal, uma vez que a crise nesses setores afeta a grande parte da população que emprega.

Em ambos os municípios, a indústria, os serviços e o comércio são os maiores geradores de emprego e, conseqüentemente, os que empregam a maior parte da população. A indústria de transformação é um dos ramos que necessitam de maior mão de obra, aquela que exige um esforço, muitas vezes, “físico” do trabalhador e conta com cargos indesejados por grande parte da população, principalmente os que possuem um nível maior de escolaridade. A escassez dessa mão de obra atrai os fluxos advindos do local onde a mesma encontra-se “ociosa” na busca de melhores condições para sobrevivência.

3.3.1 A presença haitiana em terras norte paranaenses

Em 2010, o primeiro grupo de haitianos chegou a região de Maringá. Segundo Kotsifas (2016), o número desses imigrantes foi estimado em 4.000, podendo ter ocorrido variações devido à grande mobilidade na região. Segundo dados de 2017 do Departamento da Polícia Federal de Maringá, a região que compreende os municípios apresentados no mapa da Figura 8 apresentou um total de 2.120 haitianos registrados. Dentre esses municípios, os que destacaram uma maior concentração foram Maringá e Mandaguari, seguidos de Sarandi e Paiçandu, respectivamente.

Figura 8 – Número de haitianos registrados na Polícia Federal por município da Região de Maringá, no período de 2010 a 2017



Fonte: Polícia Federal (2017)²⁸, elaborado pela autora (2017).

Segundo Gomes (2016), a economia nacional e regional estava em seu auge em 2010 após ter superado uma recessão econômica, necessitando de mão de obra para suprir as necessidades muitas vezes momentâneas da economia principalmente no âmbito industrial. Sendo assim, esses imigrantes ocuparam vários setores industriais como os frigoríficos, abatedouros e indústrias de transformação em geral além do comércio e serviços. A construção civil também foi um dos setores empregadores desses imigrantes.

Os dados do saldo de emprego no período de 2010 a 2016 divulgados pelo Ministério do Trabalho (MTE, 2017) juntamente com o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados CAGED (2017) demonstram claramente o crescimento no saldo de empregos em ambos os municípios destacados no mapa com número maior de imigrantes no período de crescente fluxo.

²⁸ Departamento de Estrangeiros, Maringá-PR, 2017.

Tabela 5 – Saldo de empregos no município de Maringá, no período de 2010-2016

Período	Admissões	Desligamentos	Varição Absoluta
2010	80.314	72.220	8.094
2011	99.103	82.712	6.391
2012	93.219	87.624	5.595
2013	97.584	90.947	6.637
2014	95.066	93.205	1.861
2015	75.054	78.569	- 3.515
2016	61.837	65.345	- 3.508

Fonte: CAGED/MTE (2017), elaborada pela autora (2018).

Em 2010, o saldo positivo de empregos foi o maior registrado nesse período, tanto a nível local e estadual, quanto a nível nacional (Tabela 5). Entre 2010 e 2013, em Maringá, houve queda nos anos de 2011 e 2012, quando comparados ao maior saldo, porém se manteve até 2013. Esse período registrou os maiores números de haitianos adentrando a fronteira brasileira, sendo, assim, o emprego um atrativo para essa mão de obra disponível. Porém, podemos notar que, a partir de 2014, a recessão econômica atingiu o país.

Em Mandaguari, houve crescimento no saldo de emprego ocorrendo oscilações. Conforme a Tabela 6, em 2010, o saldo era de 425, tendo queda em 2011, porém, em 2012, 2013 e 2014 os números foram os maiores registrados nesse período. Esse fato é devido ao investimento já mencionado no setor industrial do município, como por exemplo a abertura de um abatedouro através da Cocari que, em seguida, recebeu investimentos da empresa Aurora alimentos.

Tabela 6 – Saldo de empregos no município de Mandaguari no período de 2010-2016

Período	Admissões	Desligamentos	Varição Absoluta
2010	2.805	2.380	425
2011	3.383	3.062	321
2012	4.138	3.377	761
2013	5.649	4.697	952
2014	6.603	5.580	1.023
2015	4.083	4.898	- 815
2016	3.920	3.530	390

Fonte: CAGED/MTE (2017), elaborada pela autora (2018).

Acompanhando o cenário estadual e nacional, em 2015, o saldo de empregos foi negativo, voltando a ser positivo em 2016, porém com um crescimento pequeno quando comparado aos anos anteriores. Esses dados nos mostram a possível atração desses imigrantes para a região. Embora o município de Mandaguari seja de médio porte, abriga um centro industrial que necessita de mão de obra intensa,

principalmente, quando se trata de setores em que o trabalho exige um maior esforço físico do trabalhador.

Como afirma Gaudemar (1977), a mobilidade da força de trabalho assume essas características de um trabalhador móvel submetido ao capital e suas exigências, sendo uma condição necessária para a sua sobrevivência “A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como índice de seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192). São essas as características que encontramos ao analisar uma corrente migratória nessas condições em que o emprego se torna a atração e o motivo do movimento.

Quando indagamos e investigamos o porquê desses imigrantes estarem nessa região, surge a reflexão de como foi a chegada a Maringá e aos demais municípios. Como podemos observar, o emprego é um dos meios que atraíram esse fluxo. Através das entrevistas, algumas respostas são encontradas com peças-chave do processo. Durante algumas ações em prol dos haitianos desenvolvidas nos municípios, foi possível conhecer muitas pessoas envolvidas. Uma delas nos possibilitou uma entrevista e, assim, foi possível ter conhecimento de todo histórico de chegada desses imigrantes a Maringá do qual o entrevistado fez parte. Sua participação ocorreu por conta de sua profissão, professor de francês, que contribuiu para com a comunicação na busca desses imigrantes.

Esse professor de francês, em Maringá, foi contatado por uma empresa que desenvolve atividades na área frigorífica e no abatedouro. Em seu relato, revela-nos que o contato foi feito para participar de uma etapa para recrutar haitianos no Acre e trazê-los para Maringá. Seu papel seria o de traduzir todas as etapas da seleção, juntamente com um médico avaliador, mas, na verdade, ele foi quem selecionou os agentes desse tipo de mão de obra.

Eu fiz todo o trabalho de seleção. Expliquei o tipo de trabalho que seria feito aqui, quem que teria interesse e é claro que foi unânime todos lá tinham interesse. Expliquei as condições de trabalho, os benefícios, os deveres no trabalho [...] Lembro até que fiz um slide, eles passaram as informações e fiz um slide para poder mostrar para as turmas lá...Lá nós fizemos turmas o dia inteiro, durante três dias, que é o tempo que durou essa estadia lá no Acre.²⁹

²⁹ Relato de A.C.J., 30 de março de 2017.

Através desse relato, conseguimos imaginar a realidade dos haitianos em busca de um emprego. Foi necessária a organização de turmas durante três dias para que fossem esclarecidas as funções que seriam desempenhadas no trabalho e os detalhes pertinentes a empresa. Esse processo ocorreu na cidade de Brasília, por volta de 2012 a 2013, no auge do fluxo em direção ao Brasil. O número de haitianos à espera de um emprego era cada vez maior e eles sabiam que nem todos iriam ter essa oportunidade.

Tínhamos um número limite de haitianos, que seria três ônibus, uma quantidade de 144 aproximadamente, dividindo em três ônibus. Os ônibus, já estaria certo, que iam três ônibus daqui que iam para lá para trazer os haitianos, então esse era o máximo, a gente não podia [...] não tinha tempo de ficar selecionando, porque eram 144 em três dias, não ia dar para ficar desclassificando alguns e esperando ver se o outro está mais apto, então foi bem prático. Eles organizavam uma fila e a fila durava o dia inteiro né e tinha uma sala muito pequena que foi oferecida para gente mostrar esse slide e explicar sobre a empresa, como era. Estava muito calor na época, a sala tinha um ventilador e era muito quente [...] a sala era pequena, não dava para entrar muita gente por vez, eram 15 ou 20 haitianos de uma vez eu explicava, geralmente eles não tinham muita curiosidade de saber além do que eu falava, assim que eu falava eles diziam “nossa é isso mesmo, é isso que eu quero” eles queriam sair daquela cidade ser contratados por empresas³⁰.

As condições do local em que os haitianos estavam alojados foi um dos pontos que chamou atenção do entrevistado, pois o número impressionava os brasileiros. Segundo Mamed e Lima (2016), nos anos de 2010, 2011 e 2012, o acampamento público do estado chegou a receber, inicialmente 37 em 2010, 1.175 em 2011 e 2.225 haitianos em 2012. Em 2013 e 2014, o número foi de 10.779 e 14.333 haitianos, que foi reduzido em 2015, com o registro de 9.332 haitianos. No relato de A.C.J., a quantidade de pessoas e as condições sanitárias do alojamento realmente chamavam a atenção de todos.

Era um alojamento que só tinha teto, não tinha parede, vários colchões estendidos e o governo, naquela época, cedia, dava uma refeição almoço e janta, uma “marmitex” para eles. Banho era bem precário, acho que era banho com balde, mas era muita gente na época, chamou até atenção da mídia, tinha umas reportagens que foram lá, até da mídia internacional, dá França veio um repórter que eu pude falar com ele em francês e ele filmou [...] eles estavam impressionados com uma coisa tão diferente que estava acontecendo no Brasil e não era pequeno porque era muita gente, gente chegando sempre.³¹

³⁰ Relato de A.C.J., 30 de março de 2017.

³¹ Relato de A.C.J., 30 de março de 2017.

Essa viagem de volta para Maringá durou cerca de três dias. Segundo A.C.J., a empresa forneceu um banho por dia e duas refeições, no caso, um almoço e um jantar. Os esclarecimentos sobre o trabalho foram realizados logo na chegada para que fossem estabelecidas as regras, sanadas as dúvidas e obtido o conhecimento sobre o ambiente de trabalho. Os olhares desconfiados estavam presentes, pois, é claro, nenhuma garantia lhes tinha sido dada no momento da seleção, a única certeza era de que estavam indo para algum lugar na esperança de realmente encontrarem melhores condições de vida.

Estavam bem desconfiados, olharam o espaço, a paisagem e esticaram as pernas, digamos assim né, porque depois de três dias. Eu me lembro que houve uma reunião na hora. Após a chegada nós fomos para uma sala imediatamente, onde foi feita uma reunião e alguns deles reclamavam que estavam cansados e que aquele não era o momento de uma reunião [...] mas a empresa decidiu que aquele era o momento, para que certos pontos fossem esclarecidos a partir dali [...] Eles teriam três meses de alimentação, na empresa e alimentação no alojamento também durante três meses, como se fosse uma cesta extra, e não pagariam a estadia nesse alojamento, como se fosse um benefício, depois disso cada um pagaria um valor descontado em salário pelo quarto onde moravam, que foi em uma cidade vizinha, Flórida. O transporte era por parte da empresa³².

Através do relato, ficam claras as reais preocupações da empresa por parte dos imigrantes, a explicação das condições de trabalho, direitos e deveres, em um momento de exaustão por parte dos mesmos. A necessidade pela mão de obra, movimentaram a busca dos haitianos, que acabam tornando-se uma força de trabalho móvel as condições do capital.

Assim, através dessa mobilidade, foram surgindo, na paisagem maringaense, haitianos em números cada vez maiores. Passados os meses de benefício no alojamento em Flórida, eles começaram a se organizar no espaço dentro de Maringá, pois, nos relatos, a viagem de ida e volta todos os dias para o trabalho se tornava cansativa, então morar no município facilitava. Sem contar as condições de moradia no alojamento que não eram boas, ocorriam desentendimentos e outras situações que os faziam buscar outro local. As ações para acolhimento e apoio foram surgindo a partir desse momento através da ARAS-Cáritas, em Maringá.

Por volta de 2012 a 2013, a população de Mandaguari começou a receber novos integrantes que chamaram a atenção. Esse fato pode ser compreendido

³² Relato de A.C.J., 30 de março de 2017.

principalmente por ser um município colonizado por nacionalidades como: espanhóis (12,4%), italianos (6,4%), alemães (3,6%), portugueses (3,6%), japoneses (3,2%), poloneses (1,4%) e russos (1,2%) que tornam assim a população predominantemente originária de europeus (FONTES; BIANCHINI, 1987).

A presença haitiana em uma cidade de médio porte se tornou crescente a cada dia. Essa era uma presença inovadora no cenário, pois o município não recebia um número significativo de imigrantes desde os tempos de sua colonização. Os motivos começaram a ser relacionados, conforme divulgação da mídia sobre a vinda dos haitianos para o Brasil, principalmente à forte presença industrial.

Um dos entrevistados, G.J., de 28 anos, foi um dos primeiros haitianos a chegar em Mandaguari no ano de 2013. Os levantamentos abordados na entrevista foram vários como, por exemplo, os motivos da escolha por Mandaguari, como ocorreu sua chegada ao município, visto que em Maringá já havia sido constatado que, por meio de uma empresa, esses imigrantes chegaram a nossa região.

Eu não escolhi Mandaguari. Eu cheguei em Porto Velho, fiquei lá um mês sem serviço. Tinha um brasileiro que gostava muito de haitiano, ele era filho de uma pessoa responsável da Romagnole. Ele falou para mim, que se eu quisesse trabalhar em Mandaguari, a Romagnole estava pedindo 12 pessoas [...] falei sim. Depois ele colocou meu nome e pegou mais 11 haitianos. Ficamos uns dias ainda [...] depois ele foi lá em casa e falou "Você vai amanhã para Mandaguari". Ele comprou passagem deu para mim e deu R\$ 400,00 para nós, só para comer, cada um. Cheguei aqui em 17 de agosto de 2013³³.

A empresa Romagnole compõe o *ranking* das cem maiores empresas do Paraná, trabalhando na fabricação de artefatos de concreto, transformadores, ferragens eletrotécnicas, cabines para entrada de energia elétrica e estrutura solar, possuindo filiais nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Os relatos foram de acolhimento e boa recepção por parte dos mandaguarienses.

Quando eu cheguei aqui, tinha um quarto cheio de comida e roupa, eu fiquei muito feliz, na hora que a pessoa chega aqui não tem dificuldade para achar serviço, eu já tinha a Romagnole, mas quando cheguei tinha um monte de empresas chamando "vem nessa, vem nessa [...] é melhor" falei não, a Romagnole comprou passagem para nós, então [...].³⁴

³³ Relato de G.J., 7 de maio de 2017.

³⁴ Relato de G.J., 7 de maio de 2017.

A empresa pagou os primeiros meses de moradia até os imigrantes conseguirem organizar suas despesas. O discurso de que o município possuía bastantes oportunidades de emprego foi se espalhando por entre os que estavam aqui e os que ainda possuíam familiares no Haiti. Todos os entrevistados, com exceção do G. J., relatam a escolha de Mandaguari por conta de um amigo ou um parente morando no local.

Eu sai do Haiti de avião, não para chegar no Brasil. Sai do Haiti para chegar no Equador, de Equador, eu fui pegar ônibus para passa para Peru e entrar para o Brasil pela fronteira do Acre. Eu fiz um documento e eu peguei ônibus de novo para vim aqui em Mandaguari. Mandaguari, eu vim aqui porque eu tenho família aqui...tenho um primo aqui, que estava trabalhando na Romagnole e do Haiti mesmo eu fiz contato com ele. No contato com ele eu disse “então você vai receber eu lá?” Ele falou sim. E depois eu sai e vim direto aqui. Demorei cinco dias. Eu cheguei em 2014, vou fazer 4 anos aqui³⁵.

O mesmo discurso se repete nas outras entrevistas, com a chegada por intermédio de um amigo ou parente, esse, particularmente, apresentou uma experiência em outra cidade, Cuiabá, da qual não gostou e decidiu mudar:

Eu cheguei em Cuiabá, trabalhava primeiro, mas eu não gostei de lá para viver com minha família. Cidade grande muita coisa acontecia, eu não gostei de lá, eu falei “tem que escolher outra cidade para trazer minha família”, eu não gostei de Cuiabá. Tinha meu primo que estava aqui, liguei pra ele e falei “como é aqui?” Ele falou que é uma cidade pequena [...] é muito gente boa [...] vai achar serviço sim...eu falei “se vai achar serviço eu vou vir pra cá para ver como é, e depois vou escolher se vou fica aqui”. Cheguei aqui eu vi uma cidade onde todas as pessoas são gente boa, recebem os haitianos muito bem, é o lugar que eu acho que todos os haitianos que passam aqui em Mandaguari, se deixa [...] elas vão ficar com saudade, porque todas as pessoas aqui são amigos, fazem amizade com nós, eles prestam muita atenção para nós, por isso que eu gosto daqui e já escolhi aqui para trazer minha família³⁶.

Através desses relatos, podemos identificar que os primeiros fluxos de haitianos que chegaram à região, especificamente aos municípios levantados, foram impulsionados pela esperança de obtenção de um trabalho. Esse fluxo de mão de obra vem ao encontro da necessidade do capital.

Os homens não se deslocam portanto (no sentido lato de um espaço pluridimensional) por melhores salários, mas para satisfazerem as

³⁵ Relato de A.M., 7 de maio de 2017.

³⁶ Relato de E.A., 7 de maio de 2017.

exigências do capital; exigências que, porque o capital se estabeleceu como modo de produção dominante, são também as suas, isto é, as exigências da sua subsistência (GAUDEMAR, 1977, p. 278).

Segundo Gaudemar (1977), essa mobilidade acaba sendo uma condição imposta ao imigrante para a sua subsistência, sendo ela favorável ao desenvolvimento do capitalismo, que está sempre em busca dessa mobilidade móvel que satisfaça suas exigências no sistema de produção, utilizando, assim, a força de trabalho para a sustentação do seu crescimento econômico. Essa mobilidade para o trabalho fica clara nas entrevistas, afinal, essa é a principal motivação pela qual ocorrem os deslocamentos. Essa é até mesmo uma condição para que eles aconteçam, como no caso de muitos haitianos que estão em cidades às quais não se adaptaram.

Os meios que possibilitaram essa corrente migratória para o Brasil, através da abertura das portas por parte do governo brasileiro, apresentam uma face relacionada à organização das empresas para receber essa mão de obra. Em ambas as entrevistas ligadas à chegada desses haitianos aos municípios em questão, a vinda está relacionada a empresas que absorveram parte da mão de obra disponível nos períodos de crescimento econômico.

Através dos espaços de sociabilidade que aparecem nas falas dos imigrantes, identificamos que, além da mobilidade ser uma condição imposta a eles, o simples fato de encontrarem uma cidade pequena, acolhedora e industrializada os faz permanecer no local. Assim, conhecer as características desses imigrantes, bem como sua vivência desde o trabalho até o seu cotidiano esclarecem a permanência no município.

4 HAITIANOS EM MANDAGUARI: TRABALHO, REDES DE APOIO E COTIDIANO

4.1 O FLUXO MIGRATÓRIO HAITIANO PARA A CIDADE DE MANDAGUARI-PR

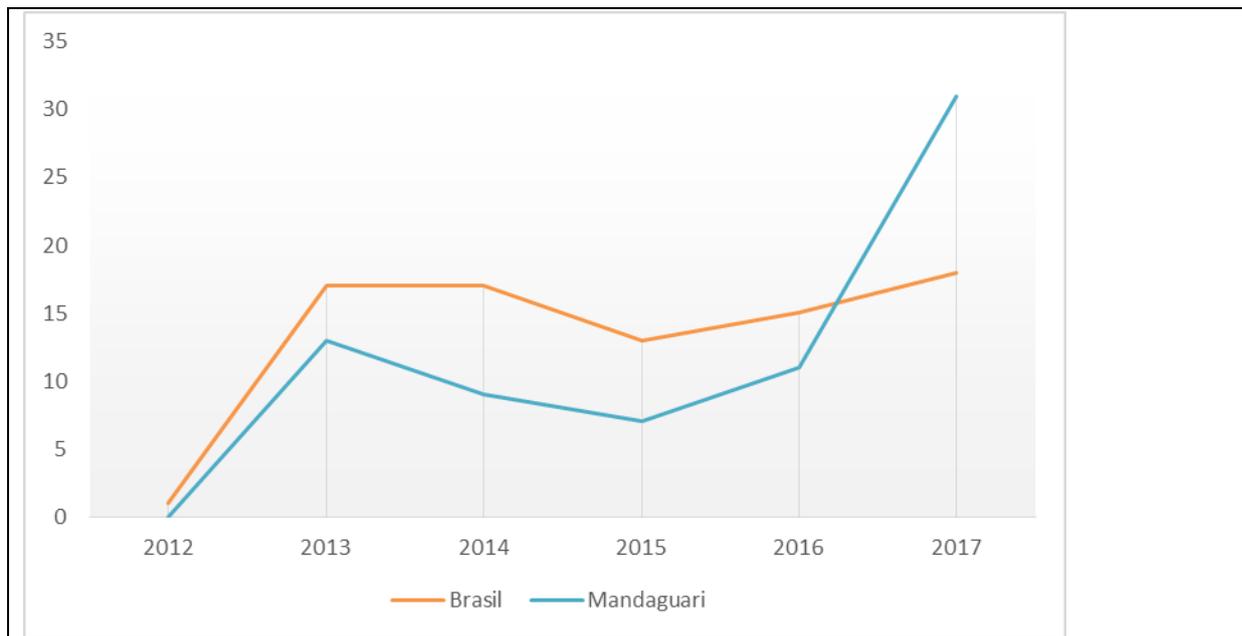
Através do censo realizado pela Associação dos Estrangeiros de Mandaguari e da organização dos dados quantitativos, obtivemos uma ampla visão sob essa população no município, bem como suas características. Foram no total oitenta fichas cadastradas pelo censo até novembro de 2017, ou seja, oitenta haitianos em um total de, aproximadamente, cento e sessenta, segundo o Departamento da Polícia Federal de Maringá. O objetivo é atingir toda essa população nos próximos anos. Alguns dados cedidos pela Associação dos Estrangeiros de Mandaguari (ASSEM), além desse censo, permitem-nos apresentar uma maior quantidade de informações em alguns requisitos.

A partir do ano de 2013, como podemos constatar através das entrevistas, um grupo de doze haitianos chegou a Mandaguari para trabalhar, esses são, provavelmente, os primeiros. A partir desse momento, o fluxo migratório para o município cresceu. Observamos, através do histórico econômico do município, que o período com maior crescimento no número de vagas de trabalho esteve relacionado aos períodos de migração haitiana para Mandaguari.

Em 2013, tanto no Brasil, quanto em Mandaguari, como apresenta o Gráfico 8³⁷, o número de imigrantes chegando no território foi expressivo. No país, esse número se manteve em 2014, obtendo queda em 2015. No município, apesar do crescimento no número de empregos em 2014 e 2015, a queda no número de imigrantes também ocorreu. Segundo IPARDES (2015), uma desaceleração da economia atingiu o Brasil, e seus estados obtiveram queda no número de empregos nas indústrias de transformação e produção, assim, o setor de serviços passou a ser o maior empregador naquele ano. Em 2015, o número de pessoas desempregadas aumentou significativamente “No prazo de apenas um ano, houve o ingresso de 2,68 milhões de pessoas ao contingente de desempregados, que passaram a somar 9,13 milhões no trimestre encerrado em novembro [...]” (IPARDES, 2016).

³⁷ O gráfico apresenta o número de haitianos que entraram no Brasil e no município de Mandaguari, no período de 2012 a 2017, segundo os dados da ASSEM. É preciso levar em consideração que os imigrantes que declararam estar no município a partir de um determinado ano, não significa que sua chegada ao Brasil ocorreu no mesmo, justificando a diferença dos dados.

Gráfico 8 – O número de haitianos que chegaram no Brasil e em Mandaguari no período de janeiro de 2012 a novembro de 2017



Fonte: ASSEM (2017)³⁸, elaborado pela autora (2018).

A partir de 2015, o crescimento nas vagas de emprego ocorre com a participação do resultado dos investimentos feitos por parte de algumas indústrias. É preciso considerar que, em 2016, a participação do Paraná no número de exportações de carne de frango *in natura* ocorreu de maneira intensa. De 5, 5 bilhões de cabeças de aves produzidas pelo Brasil, 33,6% dessa produção, equivalente a 1, 9 bilhões de cabeças, foram produzidas no estado, sendo o Brasil, naquele período considerado o maior exportador de carne de frango do mundo com o Paraná no topo da lista dos estados que mais exportaram o produto do Brasil (IPARDES, 2016).

Essa relação econômica em investimentos nas indústrias e, conseqüentemente, em ofertas de empregos está atrelada à retirada do número máximo de vistos que poderiam ser concedidos para os haitianos no auge da imigração. Devido a grandes problemas pela demanda crescente, bem como o aumento de consulados brasileiros, essa imigração a nível nacional para o Brasil, e também a nível local, para Mandaguari, ganhou um novo impulso.

Em 2017, o número de haitianos que vieram ao município de Mandaguari, segundo o levantamento de dados, foi superior aos anos anteriores. Enquanto a média de 2013 a 2016 foi de sete a treze haitianos declarando ter vindo ao município

³⁸ Associação dos Estrangeiros de Mandaguari. Mandaguari-PR, em 2017.

nesse período, em 2017, foram trinta e três os haitianos que declararam sua chegada. Esse fato chama a atenção e revela uma nova configuração da imigração haitiana para o Brasil, que já foi apontada pela ONU a partir de 2014.

Segundo relatório lançado pela ONU em 2017, a imigração haitiana passou por duas configurações, ou seja, de 2010 a 2013, um êxodo devido às complicações que o país passava e o seu agravamento com o terremoto. Um segundo momento vem sendo caracterizado a partir de 2014 como uma imigração familiar, ou seja, os familiares daqueles que imigraram na primeira etapa agora buscam a união da família com o principal objetivo, o trabalho para melhores condições de vida.

Este nuevo grupo, por ejemplo, se conforma en buena parte por familiares-directos e indirectos - de los migrantes ya instalados, lo que forzará las incipientes dinámicas institucionales previstas a abordar la reunificación familiar, la integración de familias y un proceso lento de feminización de la migración haitiana (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 17).

Como aponta o relatório, a partir desse momento, é possível notar a presença feminina na imigração haitiana para integração das famílias. Durante as entrevistas, os relatos daqueles que já estão em Mandaguari e que esperam suas esposas e suas famílias são constantes: “Eu vou trazer minha esposa que está lá no Haiti, quando ela chega vou continuar a trabalhar, também procurar outro serviço, aí eu vou ficar aqui no Brasil”³⁹.

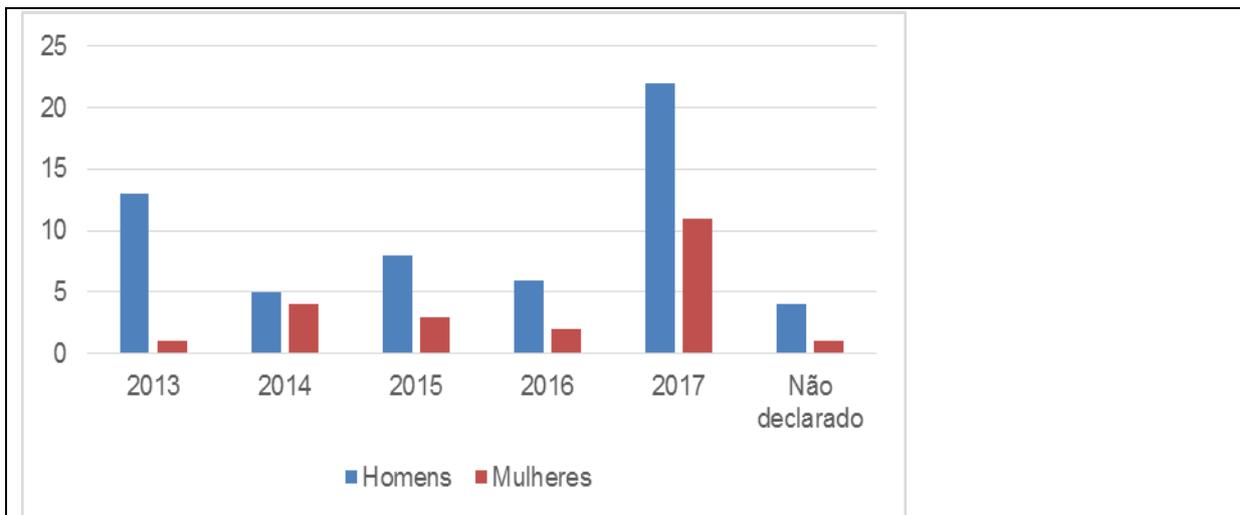
Minha namorada está lá também, eu estou trabalhando para trazer ela aqui em primeiro porque a bíblia concorda com isso, homem vai deixar a família para juntar com esposa...é por isso...então mais para frente eu vou orar pra Deus pra me ajudar e ajudar minha família também.⁴⁰

Podemos analisar, através do Gráfico 9, que no ano de 2013 apenas uma mulher haitiana declarou sua chegada a Mandaguari. Do total de vinte e duas mulheres, as demais declararam ter vindo ao município principalmente em 2017, porém, em 2014 e 2015, também constam alguns dos maiores números. Em 2014, não houve diferenças significativas no número de homens e mulheres, uma vez que, ao mesmo tempo que esse novo fluxo trouxe a presença feminina, carregou com ele os familiares que desejam construir uma vida melhor em outro país.

³⁹ Relato de O., 7 de maio de 2017.

⁴⁰ Relato de K.J., 7 de maio de 2017.

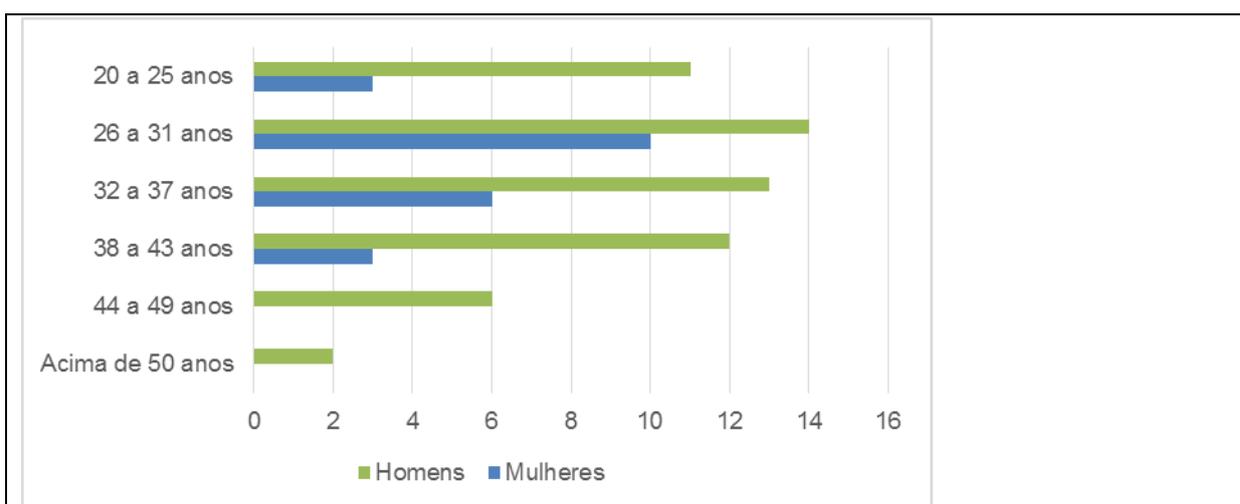
Gráfico 9 – Número de haitianos que chegaram em Mandaguari no período de janeiro de 2013 a novembro de 2017, segundo gênero



Fonte: ASSEM (2017).

A distribuição dessa população, com relação à idade, apresenta uma concentração entre 26-31 anos tanto para os homens, quanto para as mulheres. Como podemos observar no Gráfico 10, a população predominante é aquela em idade ativa para o mercado de trabalho. Dessa forma, o número de pessoas com idade acima de 44 anos começa a cair e não há presença feminina a partir dessa faixa etária.

Gráfico 10 – Faixa etária dos haitianos e haitianas residentes em Mandaguari, 2017



Fonte: ASSEM (2017).

Em Mandaguari, por meio dos dados coletados, foi possível obter amostragem de cinquenta e oito homens e vinte duas mulheres. Em 2017, o número

de haitianos que declararam ter chegado ao município revela a continuidade dessa mobilidade, o que provavelmente reflete-se em uma escala estadual e nacional. Esse novo fluxo pode não significar, necessariamente, que o haitiano chegou ao Brasil em 2017, mas que passou por outros locais, estados ou municípios até chegar a Mandaguari nesse ano. Alguns relatos nos permitem compreender que, de fato, essa mobilidade existe.

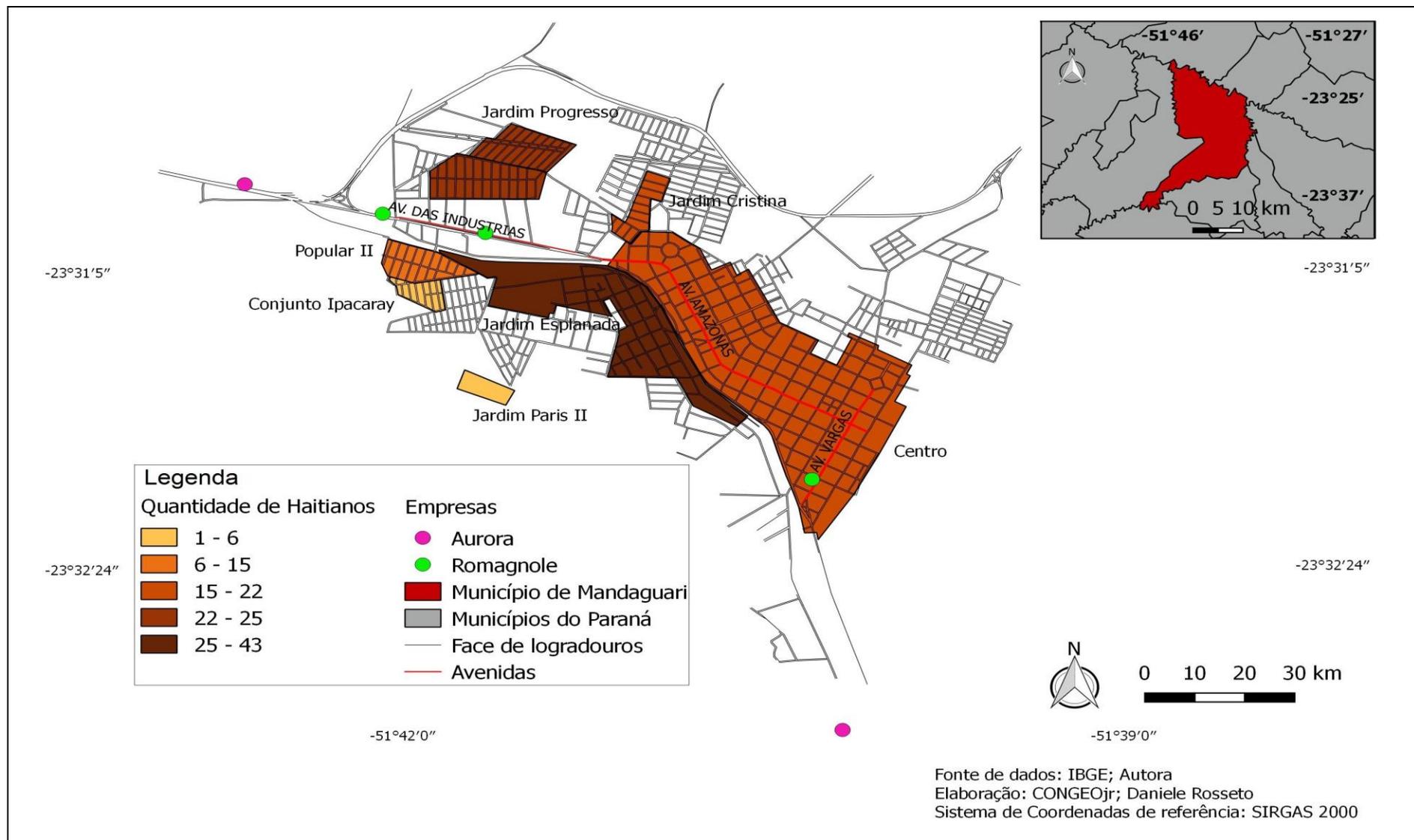
Está muito ruim, faz quase um ano e meio fica parado...sai da empresa de frango em Umuarama [...] amigo ligo para vir pra cá Mandaguari porque estava muito ruim lá [...] então veio pra cá e a Aurora não estava pegando mais [...] porque a empresa de Umuarama fechou...daí quando chega aqui, não estava pegando mais.⁴¹

Impulsionados pela busca por trabalho, um grupo de haitianos vindos de Umuarama chegaram a Mandaguari por volta de outubro de 2017 em razão do fechamento de um abatedouro de aves que empregava esse tipo mão de obra. Ao chegarem ao município, também se depararam com o desemprego. Essa busca por uma nova localidade alimentava a esperança em encontrar algo melhor, porém os planos de uma nova mobilidade não são descartados caso isso não aconteça, assunto do qual trataremos no próximo item.

A distribuição dos haitianos no município pode ser analisada através da Figura 9, em que a concentração está nos bairros da região central de Mandaguari. No Jardim Esplanada, o número de haitianos residindo é superior ao dos demais bairros, uma vez que a localização contribui tanto para se deslocarem ao trabalho quanto para a realização de outras atividades, como supermercados, agências bancárias e a rodoviária que fica à frente do bairro. Além disso, por ser um dos bairros mais antigos do município, os imigrantes conseguem um valor acessível ao aluguel.

⁴¹ Relato de A.L., 22 de outubro de 2017.

Figura 9 – Distribuição da população haitiana no município de Mandaguari por bairro em 2017



Fonte: IBGE (2010), elaborada pela autora (2018).

A região considerada centro também abriga um grande número de haitianos com maior intensidade nas localidades próximas ao Jardim Esplanada. Nos bairros Jardim Progresso e Jardim Cristina, podemos atribuir uma maior fixação devido à localização das empresas, principalmente da Romagnole, que se faz presente em parte do Jardim progresso, porém em área denominada Parque Industrial. Assim como esses dois bairros, o Conjunto Popular II também possui uma localização próxima às filiais do grupo Romagnole. Esse pode ser um dos aspectos que justificam a concentração e, por serem locais afastados do centro, possuem aluguéis mais baratos, facilitando a moradia.

Esses aspectos apresentados ilustram uma parte das características da população haitiana em Mandaguari e de sua chegada. Levando em consideração esses dados, trataremos estas características a partir das temáticas: trabalho, apoio, cotidiano e expectativas para o futuro visando obter uma abrangência sobre essa imigração no município de Mandaguari.

4.2 O TRABALHO

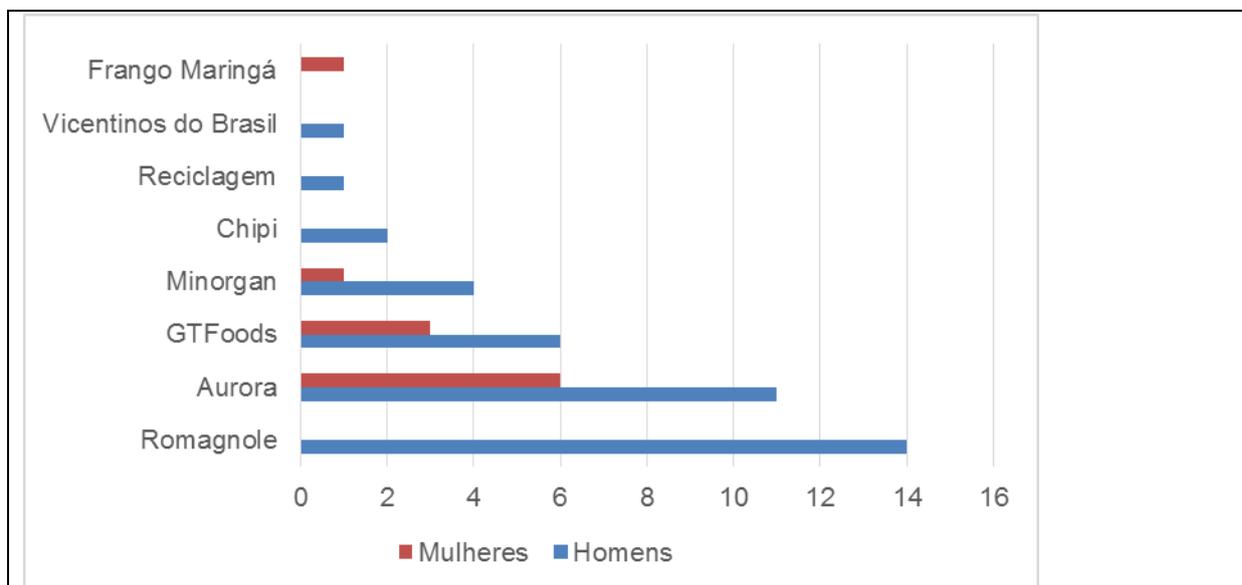
A imigração e o trabalho possuem ligações diretas, pois os objetivos dos sujeitos que buscam fazê-los são os mesmos quando analisamos sua totalidade. Para Sayad (1998), a imigração constitui um sistema justamente pela sua universalização, sendo dotada de uma lógica própria com efeitos, causas e condições próprias para manter o funcionamento. Esse sistema está presente em toda parte, mesmo que desigual, sendo o mercado de trabalho um divisor entre trabalho qualificado para os nacionais e trabalho subqualificado ou com menor qualificação para os imigrantes. Essa divisão fica clara quando analisados os setores em que mais são empregados imigrantes, revelando que as variáveis trabalho e imigração constituem sistematicamente uma área em comum.

E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e em lugar que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes (SAYAD, 1998, p. 55).

Ao analisar parte da população haitiana de Mandaguari e sua atuação no mercado de trabalho, constatamos que, assim como Sayad (1998) aponta, os postos de trabalho com menor qualificação são aqueles que ela ocupa. De modo geral, uma boa parte da população local também desempenha essas mesmas funções, porém muitos buscam trabalhos de melhor qualificação, surgindo, assim, para a indústria a necessidade em uma mão de obra que realize essas atividades.

Quando mencionamos um trabalho subqualificado ou de menor qualificação, referimo-nos àqueles que demandam maior mão de obra e que, muitas vezes, por parte do empregador significa menor custo. Aqueles que eram chamados de “trabalhos braçais” e que, atualmente, não requerem somente a força física, mas, sim, uma força emocional capaz de suportar as condições devidamente desempenhadas no seu decorrer. São setores que necessitam dessa mão de obra, os que mais empregam a força de trabalho desses imigrantes. O Gráfico 11 apresenta as empresas que empregam os haitianos residentes em Mandaguari. Através desses dados, tornam-se evidentes as principais áreas em que os imigrantes estão empregados.

Gráfico 11 – Locais de emprego da população haitiana residente em Mandaguari e o número da população empregada segundo gênero em 2017



Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

No gráfico, três empresas do mesmo ramo aparecem como empregadoras, a saber: Aurora, Frangos Canção e Frango Maringá, na produção de carne de frango *in natura*. Como já relatado anteriormente, houve um crescimento nas exportações

de carne de frango, o que tornou o Paraná um dos maiores exportadores do Brasil. Ligada diretamente a esse fato, surge a necessidade de mão de obra, ocorrendo a atração dos imigrantes e, sobretudo, uma maior atração dessas empresas pelos imigrantes. Notamos, também, que ocorre a mobilidade entre os haitianos residentes em Mandaguari. Cerca de oito pessoas declararam trabalhar no município de Maringá nos abatedouros da GTFoods e Frango Maringá, ademais, uma das únicas atividades com a presença feminina acontece nesse ramo. Tendo em vista tais considerações, o abatedouro Aurora ganhou destaque como a segunda maior empregadora de haitianos em Mandaguari.

A empresa com o maior número de haitianos empregados, segundo os dados levantados, foi a Romagnole, com cerca de quatorze haitianos declarando trabalho no local. A empresa emprega em torno de quatro mil funcionários, distribuídos em filiais denominadas: Onix, Transformadores, Postes e Ferragens com atuação no setor de produtos elétricos.

A empresa Minorgan, produtora de fertilizantes, também aparece nos dados empregando homens e mulheres, porém em pequena quantidade quando comparada às empresas mencionadas. As demais empresas que aparecem no levantamento são: a empresa Chipi, que produz peças e componentes para implementos rodoviários no município desde 2003. A reciclagem, com a ocupação de um haitiano nessa função, pois Mandaguari possui a ACAMAN – Associação dos Catadores de Mandaguari, que realiza o trabalho de reciclagem e coleta seletiva em parceria com a prefeitura do município. A empresa Vicentinos, que se localiza em Marialva, município vizinho de Mandaguari, atua na produção de produtos para rede de distribuição de energia elétrica de baixa e média tensão.

Com base nos dados apresentados, podemos notar que as empresas em que estão inseridos são do segmento da produção de bens e serviços, bem como indústrias de transformação. Essa configuração reflete em âmbito nacional como uma característica da população haitiana empregada.

Os Haitianos estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro, majoritariamente, no segmento de Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. Este segmento se manteve como aquele que mais emprega essa nacionalidade, de 2011 a 2013. Em 2011, empregava formalmente 58,4% dos haitianos no Brasil, passando para 72,1% em 2012 e 74,8% em 2013. Houve um crescimento de 525,3% de 2011 para 2012 e de 267,4% para 2013 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2015, p. 59).

A ocupação desses imigrantes moradores do município nos mostra os setores que empregam maior mão de obra haitiana em Mandaguari e nas empresas dos municípios vizinhos como Marialva e Maringá (Tabela 7). As funções que empregam em maior número estão relacionadas ao abate e corte de frango juntamente com as funções relacionadas a esse serviço como, por exemplo, a desossa. Outras ocupações com maiores números de declaração foram as funções de auxiliar de produção. Em várias empresas essa função aparece e totaliza 25% das ocupações, ficando abaixo apenas das atividades relacionadas ao corte de frango, que correspondem a 33%.

Tabela 7 – Ocupação declarada por parte dos haitianos residentes em Mandaguari, conforme a empresa empregadora em 2017

EMPRESA	OCUPAÇÃO DECLARADA	NÚMERO DE IMIGRANTES*
Aurora (Mandaguari)	Abate e Corte de Frango	6
	Auxiliar de produção	1
	Embalagem	1
	Lavador	2
	Operador de Máquina	2
	Total	12
Chipi (Mandaguari)	Auxiliar de produção	1
	Total	1
Frango Maringá (Maringá)	Desossa de frango	1
	Total	1
GT Foods (Maringá)	Auxiliar de produção	1
	Corte	1
	Desossa de frango	2
	Embalagem	1
	Operador de Máquina	1
Total	6	
Minorgan (Mandaguari)	Auxiliar de produção	1
	Carga e Descarga	1
	Total	2
Reciclagem (Mandaguari)	Auxiliar	1
	Total	1
Romagnole (Mandaguari)	Auxiliar nas ferragens	3
	Bobinador	2
	Galvanização	2
	Mecânico	1
	Produção de postes	1
	Produção de transformadores	1
	Soldador	2
	Total	12
Vicentinos do Brasil (Marialva)	Auxiliar de produção	1
	Total	1

(*) O número de haitianos que declaram a ocupação não ocorreu em todos os cadastros, não obtendo o total do número de haitianos da amostra.

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Embora Mandaguari possua muitas empresas além das que foram declaradas, percebemos que a mobilidade pendular ocorre com deslocamentos diários para os municípios de Marialva e Maringá. Essa mobilidade ocorre também pela falta da absorção dessa mão de obra no município. Entretanto, como apresenta a Tabela 8, mais da metade da população residente no município em 2017 está empregada. Mesmo com a mobilidade registrada, os postos de trabalho com maiores números de ocupação pelos haitianos ainda são em Mandaguari.

Tabela 8 – Número de haitianos empregados e desempregados segundo gênero, 2017

	EMPREGADOS	DESEMPREGADOS
Homens	38	20
Mulheres	11	11
TOTAL	49	31
PERCENTUAL	61,25%	38,75%

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Por meio da amostra de dados, podemos identificar que o número de homens empregados é superior ao número de mulheres, porém é preciso considerar que a população haitiana masculina possui uma presença maior. Do total de oitenta amostras, cinquenta e oito foram do sexo masculino e vinte e duas do sexo feminino. Metade das mulheres estão empregadas, mas essa ainda é uma dificuldade relatada pelos haitianos “Quando saí da construção civil, passei um ano parado, não acha nada...até agora minha esposa está aqui, eu trouxe ela pra cá...já tem um ano quase aqui no Brasil, nunca fez nenhum bico [...] nada”⁴².

Desde quando eu cheguei aqui, o serviço está complicado para as mulheres, agora está mais complicado...porque quando cheguei a Aurora e a Frango Canção abriu vaga para mulher, mas desde 2015 não contrata nenhuma, nem mulher e nem homem. Mas quando repetimos isso na reunião no mês passado para a Zélia e prefeitura, o Padre ficou de conversar com a Aurora lá e consegui vaga para 40 haitianos, mas só homem, mulher não. Mas acho que contratou só 25, não 40. Tem mulher com dois anos aqui sem serviço. A maior dificuldade é serviço para mulher⁴³.

O mercado de trabalho formal possui um vínculo maior com trabalhadores do sexo masculino. Algumas características podem explicar os motivos das empresas contratarem menos mulheres, principalmente devido ao tipo de função que precisam

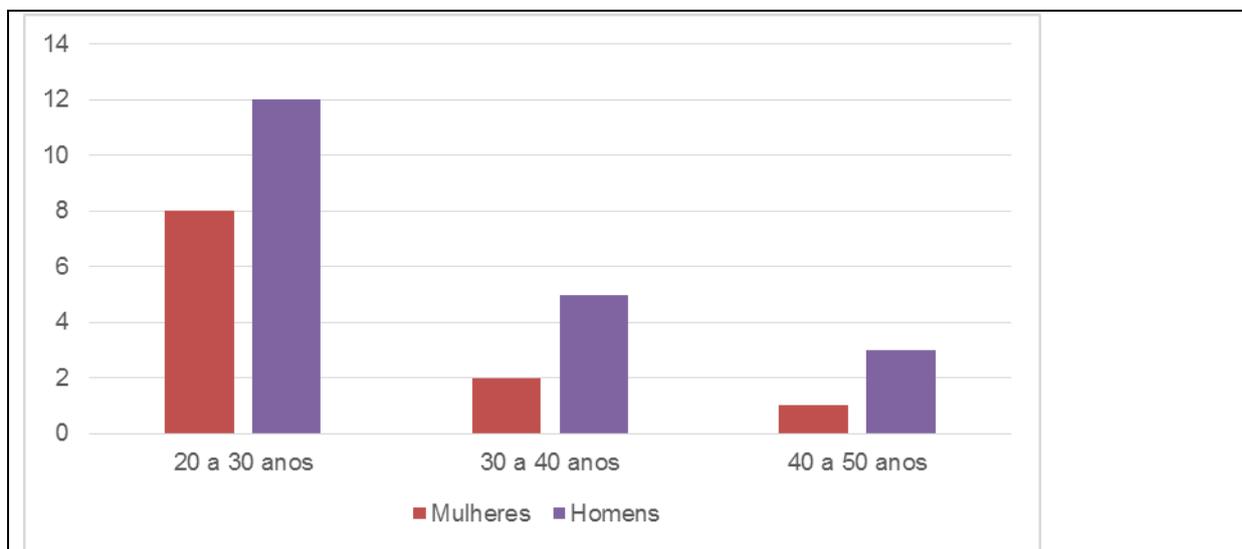
⁴² Relato de R.A., 22 de outubro de 2017.

⁴³ Relato de G.J., 7 de maio de 2017.

exercer, exigindo maior força física e saúde estável. O trabalho da mulher imigrante muitas vezes está relacionado ao trabalho informal como serviços gerais, cuidadora de crianças, idosos, sem contar que, ao engravidarem, necessitam afastar-se do trabalho por um período. Esse é um dos motivos que incomodam no momento da contratação de mulheres “Eu trabalhei em uma empresa vinte e dois meses e eu fiquei grávida também, depois que nasceu o neném me mandou embora. Fez quinze meses sem serviço, aí eu começo a trabalhar tem quatro meses na Aurora”⁴⁴.

A faixa etária dos haitianos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, como apresenta o Gráfico 12 está entre 20-30 anos, tanto para as mulheres, quanto para os homens. Do total da amostragem de haitianos empregados e desempregados, 40% dos imigrantes estão nessa faixa etária, sendo o maior grupo na faixa de 30-40 anos, representando 43,75% do total. Assim, podemos considerar que a dificuldade para o acesso ao trabalho formal ocorre com maior intensidade nessa faixa, pois apenas 16,25% do total estão entre 40-50 anos. Por isso, não podemos considerar que o número de ocupados é maior, mas, sim, que apresenta um número menor de haitianos nessa faixa etária.

Gráfico 12 – Faixa etária de homens e mulheres da nacionalidade haitiana desempregados em 2017



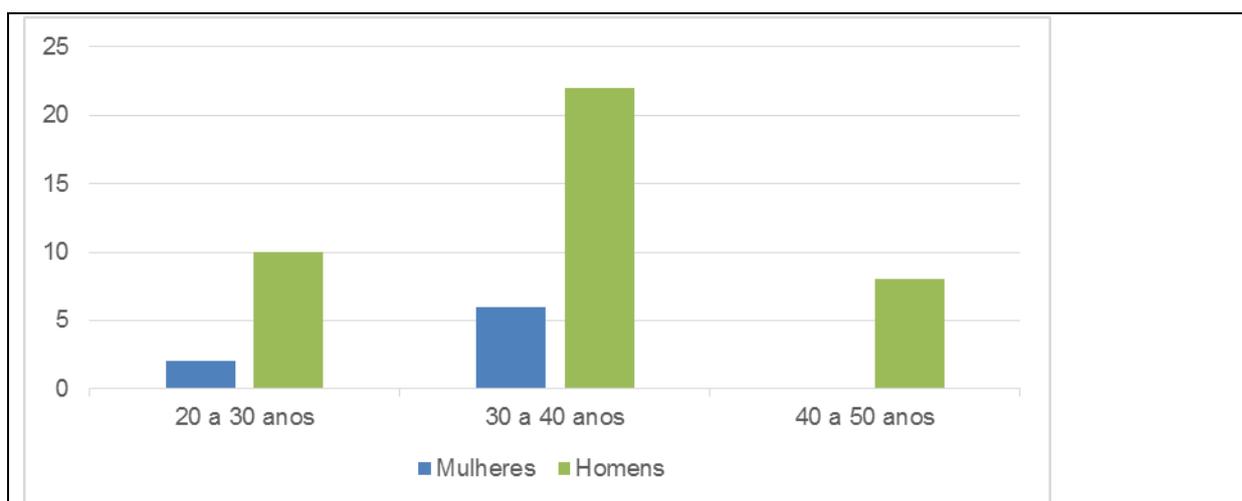
Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

O número de haitianos empregados tanto homens quanto mulheres está localizado na faixa etária de 30-40 anos (Gráfico 13), ou seja, pessoas em idade

⁴⁴ Relato de S.A., 14 de outubro de 2017.

produtiva com uma força de trabalho propicia para o mercado, principalmente para as grandes empresas capitalistas. Na faixa de 40-50 anos, não há registros de mulheres empregadas e, como já mencionado, o grupo de haitianos que migraram nessa faixa de idade é bem menor em relação ao grupo compreendido entre 20 a 40 anos.

Gráfico 13 – Faixa etária de homens e mulheres da nacionalidade haitiana empregados em 2017



Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

As dificuldades para conquistar um espaço no mercado de trabalho atingem a todos, imigrantes e nacionais, porém a peculiaridade de um imigrante trabalhador está justamente no objetivo pelo qual o faz migrar. O fluxo vai ao encontro do seu objetivo principal, e o capital conduz o movimento conforme as suas necessidades, de acordo com os interesses econômicos do momento, sem levar em consideração se a absorção do mercado será total, ou seja, até que ponto esses trabalhadores serão necessários.

[...] o capital produz, numa escala sempre alargada, os trabalhadores de que tem necessidade. O trabalho produz as suas próprias condições de produção como capital, e o capital produz o trabalho sob forma assalariada, como meio de se realizar como capital (GAUDEMAR, 1977, p. 284).

As entrevistas apresentam características desse movimento. A mobilidade em busca do trabalho percorre caminhos longos visando uma economia que esteja em crescimento e, conseqüentemente, utilize a mão de obra excedente, como é o caso desse imigrante entrevistado.

Eu trabalhava de pedreiro [...] lá não acha serviço [...] não tem serviço lá [...] não acha. Eu passei num emprego lá em São Paulo [...] depois fui para construção civil em Umuarama. Cheguei lá em São Paulo [...] quando cheguei lá no Refugiado [...] o ônibus leva a gente lá em São Paulo, depois um emprego foi lá buscar nós pra trabalhar num abatedor de frango [...] só passou três dias para conseguir. Quando sai da construção civil, passa um ano parado, não acha nada. Muita dificuldade, porque fez um ano procurando, fui Pato Branco, Porto Alegre, não achei nada e voltei [...] e gasta dinheiro para pagar ônibus, depois volta pra cá. Está ruim de serviço não está pegando gente. Aqui no Brasil antes era muito melhor agora está difícil pra conseguir achar um serviço⁴⁵.

Nesse caso, como em muitos outros, o movimento não obteve sucesso. No momento em que chega à cidade de São Paulo, a vaga de emprego está a sua espera em um abatedouro de frango, com um ônibus pronto para levá-los ao trabalho. A recessão econômica trouxe o desemprego e, assim, um imigrante móvel em busca de trabalho. Apesar do município de Mandaguari apresentar um elevado número de indústrias, as oportunidades são pequenas em um local de aproximadamente 34 mil habitantes, fazendo com que o imigrante tenha a necessidade de buscar outras possibilidades em outros locais “Cada lugar que passa, sempre faz cadastro e a empresa nunca liga, não faz entrevista [...] não liga, por isso que está difícil”⁴⁶.

Gaudemar (1977), através dos estudos de Marx, denomina essa mão de obra excedente como exército industrial de reserva que se mobiliza por meio do capital e leva aos deslocamentos. Essa mobilidade é atraída pelos polos econômicos e, muitas vezes, a queda dos salários e a reprodução cada vez maior do capital ocorre como consequência desse processo. Assim, a mobilidade dos trabalhadores ocorre em função do lucro, mudando constantemente conforme a necessidade do capital.

Nas condições capitalistas actuais, a mobilidade de mão-de-obra significa, na realidade, despedimentos, desclassificações, desenraizamentos frequentemente dolorosos. Consequência do desemprego que persiste em certas regiões ou profissões, a mobilidade reforça o desenvolvimento desigual das regiões (GAUDEMAR, 1977, p. 390).

Como afirma Gaudemar (1977), a mobilidade abrange um significado de despedimentos e desenraizamentos constantes. Notamos esse fato nos depoimentos durante as entrevistas, afinal, por diversas vezes o próprio imigrante

⁴⁵ Relato de R.A., 22 de outubro de 2017.

⁴⁶ Relato de A.L., 22 de outubro de 2017.

não percebe que faz parte desse processo e, portanto, não encara esse fato como uma dificuldade.

Quando eu cheguei a primeira vez eu trabalhei quase três meses diários, eu não tinha carteira de trabalho [...] depois consegui e trabalhava na Embraco, pintava casa, mas comecei a ficar com dor de estomago já me mandaram embora, fiquei quatro meses no emprego, foi em Sorriso no Mato Grosso. Em Mandaguari ainda não encontrei dificuldade. Em novembro um rapaz foi atrás de gente para trabalhar, então Claudete me ligou: “tem entrevista hoje, vem pra cá” Então quando cheguei Júlio falou para mim: “vamos para Curitiba trabalhar” Eu fiquei feliz porque eu estava precisando muito, então depois de dezenove dias o irmão dele e ele falou: “vamos para Mandaguari passear, e segunda a gente volta para Curitiba” Na segunda ele nem ligou pra gente. Fui na casa do Júlio, ele falou pra nós e outro haitiano também “não vamos voltar porque o dono do serviço falou que tinha que pagar mais que 30 mil reais nesse mês, o serviço está fraco agora, não vamos voltar” nos deixou de dezembro até fevereiro, daí eu consegui a vaga no Frango Canção⁴⁷.

Apenas nesse depoimento duas situações de despedimentos ocorrem durante um curto período na vida do imigrante. Primeiramente, a situação de Sorriso – MT, com trabalho sem registro e diário. Contudo, quando registrado, ao primeiro sinal de que algo estava errado com o trabalhador devido à função que ele desempenha, há desclassificação. Em seguida, utiliza-se sua força de trabalho em curto período para o desenvolvimento de um serviço com a ilusão de que seja algo fixo e promissor.

Compreendemos que, tanto nesse relato, quanto no próximo a ser explicitado, apesar das afirmações contrárias, é possível notar as dificuldades de um imigrante. Quando o haitiano diz não ter encontrado dificuldades em Mandaguari, ao mesmo tempo, revela a conquista de um emprego apenas em municípios diferentes. Outro aspecto é a tentativa de empregar esses imigrantes sem o devido registro em carteira, fato que ocorre em ambos os relatos, sem a aceitação dos haitianos os quais buscam um emprego que garanta seus direitos.

Na verdade, quando cheguei em Mandaguari fiquei dois meses sem serviço, primeiro eu cheguei fazendo duas semanas eu encontrei serviço com um senhor. Meu primo me ajuda com o senhor lá em Marialva que vai me ajuda e querer que eu trabalho de pedreiro com ele. Quando eu fui lá de pedreiro eu não estava gostando porque eu não tinha carteira registrada, só trabalhava por dia eu falei assim “eu não vim no país para trabalhar só por dia, eu quero que tenha carteira registrada, eu sou estrangeiro quero que tenha carteira registrada” eu falei “eu vou sair, quero outro serviço”. Depois

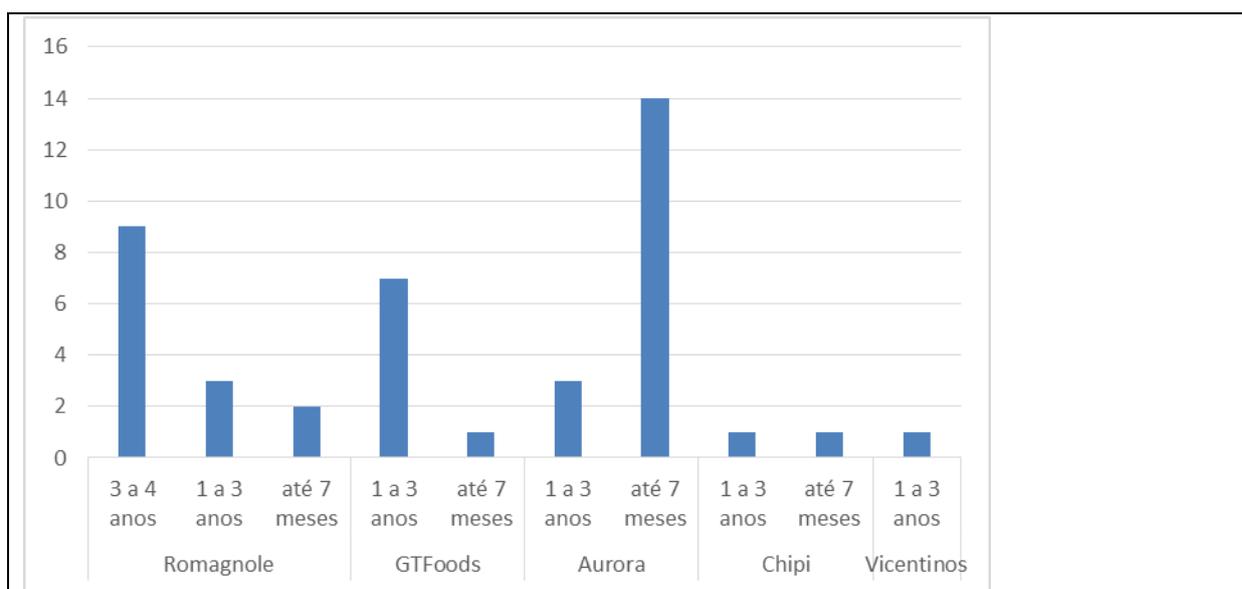
⁴⁷ Relato de K.J., 7 de maio de 2017.

meu primo liga na empresa que a esposa pega serviço e pergunta se na mesma empresa não tem mais serviço e a empresa fala que sim⁴⁸.

Podemos perceber ao longo das entrevistas que a busca por trabalho formal é um objetivo para o grupo, conhecendo rapidamente os benefícios que o mesmo lhes traria, diferente do trabalho informal. O conhecimento de que um trabalho informal poderia ser precarizado e que os direitos trabalhistas do país poderiam não ser respeitados, foram de rápida assimilação.

Levando em consideração toda a mobilidade do trabalho, precisamos destacar que o tempo de permanência de alguns trabalhadores em determinadas empresas é considerado alto. Como podemos observar no Gráfico 14, do número de haitianos trabalhando na empresa Romagnole, mais da metade permanece no emprego há mais de três anos.

Gráfico 14 – Tempo de permanência no emprego declarada pelos haitianos em 2017



Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

A empresa GTfoods também foi citada pelos haitianos que permaneceram no mesmo emprego entre um a três anos. Embora a empresa aurora também registre esse tempo, os maiores números de haitianos declararam estar trabalhando até sete meses. Nas demais empresas apresentadas no gráfico, como a Chipi e Vicentinos do Brasil, apenas um haitiano declara permanência maior de um ano. As empresas que não foram citadas possuem permanência declarada em menos de sete meses.

⁴⁸ Relato de M.M., 7 de maio de 2017.

Há empresas que dão suporte e possibilidade para que essa permanência ocorra como vale-alimentação, auxílio transporte, plano de saúde, cursos de aperfeiçoamento, além de possuírem um ambiente de trabalho agradável. Assim relata um haitiano em relação ao seu emprego e a sua satisfação:

Eu trabalho na Romagnole faz três anos e nove meses, desde que cheguei no Brasil em Mandaguari. Eu cheguei em 7 novembro de 2013 e comecei a trabalhar dia 12 de janeiro de 2014. Não pretendo trabalhar em outro lugar, o chefe, as pessoas, muito amor e brincadeira, muito companheiro, companheira, é maravilhoso. O tempo que eu tenho para trabalhar, eu quero trabalhar lá. Estou satisfeito, aqui não tem outra empresa que vai me pagar melhor. Eu trabalho no transformador, faço o suporte [...] faço muitas coisas e eu não sabia, aprendi com meu chefe que é trabalhador [...] algum companheiro me ajuda na hora da solda, vai aprendendo muito [...] fiz um curso lá também de solda⁴⁹.

Apesar da permanência, também é preciso destacar as dificuldades relatadas em algumas entrevistas, dificuldades essas que estão ligadas ao tipo de serviço desempenhado entre outros fatores. Durante a entrevista, há o relato de dificuldades. Embora o imigrante afirme que isso não ocorre, fica claro quando mencionado o problema de saúde ocasionado e as condições atuais do trabalho.

Não tive muita dificuldade pra mim, a Romagnole mandou embora e Graças a Deus eu já estou trabalhando [...] mas só lá [...] serviço é ruim [...] tem muita poeira [...] mas tem que trabalhar fazer o que...não tem como eu fica. Eu estava fazendo serviço pesado lá ai eu senti uma coisa no umbigo [...] era uma hérnia [...] ai quando eu fui lá no ambulatório e dá um papel pra mim ir lá na Santa Casa, pra marca dia pra eu fazer o exame [...] depois o dia chegou pra mim ir [...] eu aviso o chefe que vou fazer um exame [...] eu aviso ele cedo de manhã as 10h ele me manda embora. Mas para trabalhar lá no Minorgan eu fazer exame o doutor pediu se eu estava sentindo doendo eu falei que não, que não dá problema pra eu trabalho, daí eu trabalho⁵⁰.

Outro tipo de dificuldade observado durante os depoimentos está relacionado à difícil aceitação, por parte do imigrante, em exercer uma função abaixo do nível de sua formação, revelando o desejo em utilizar de sua formação no mercado de trabalho e alcançar, assim, uma ascensão social.

Em Mandaguari, tive dificuldade para conseguir trabalhar, porque eu passei mais de três, quatro, cinco meses sem emprego. Encontrei o patrão de uma empresa na rua e ele falou “você pode vir trabalhar pra mim?” Eu falei que

⁴⁹ Relato de D.C., 22 de outubro de 2017.

⁵⁰ Relato de D.D., 22 de outubro de 2017.

podia, mas depois de seis dias ele me mandou embora eu falei, “mas porquê? Seis dias!” ele falou “ok, pode ficar tranquilo”, mas depois de um mês e três dias ele me manda embora. Agora trabalho na Aurora. Na verdade, a dificuldade pra mim é porque eu tenho formação contabilidade e gestão de projetos, trabalhava de ajudante [...] tá ruim pra mim, tá ruim. Na verdade, quando morava no Haiti, não sabia que Brasil era assim, não sabia não. Tem gente que falou pra mim, traduzir papel do curso e falou vou ver se encontro outro emprego, porque trabalhar na linha de produção é ruim pra mim⁵¹.

A busca por melhores condições de vida inclui um emprego que favoreça o propósito. Analisando o grau de escolaridade dos haitianos (Tabela 9), através dos dados da ASSEM, notamos que 5% possuem ensino superior. Dessa porcentagem, apenas um haitiano está empregado, o que não significa que exerça uma profissão condizente com sua área de formação.

Tabela 9 – Grau de escolaridade dos haitianos com ocupação e sem ocupação no ano de 2017

GRAU DE ESCOLARIDADE	OCUPADOS	SEM OCUPAÇÃO	TOTAL	PERCENTUAL
Fundamental	17	13	30	37,5%
Fundamental Incompleto	3	0	3	3,75%
Ensino Médio	18	9	27	33,75%
Ensino Médio Incompleto	6	4	10	12,5%
Ensino Superior	1	3	4	5%
Ensino Superior Incompleto	0	0	0	0%
Não declararam	4	2	6	7,5%

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

O grau de escolaridade da maioria dos haitianos empregados foi declarado como ensino fundamental completo e ensino médio completo, porém não maior que o número de pessoas sem ocupação que possuem apenas o ensino fundamental completo. A generalização escolar acaba por desvalorizar a força de trabalho:

Então a escola surge mais numa perspectiva de valorização da força de trabalho [...] O papel valorizador da escola transforma-se aqui no seu contrário: a generalização da escola tende a desvalorizar as forças de trabalho dos empregados do comércio. Desvaloriza-se no sentido em que a instrução primária generalizada permite um largo acesso das camadas populares a estas profissões que ao mesmo tempo perdem os seus privilégios de minoria instruída (GAUDEMAR, 1977, p. 328-329).

Nessa perspectiva, podemos analisar o papel do imigrante no mercado de trabalho como uma mão de obra móvel que é submetida aos processos de

⁵¹ Relato de O.T., 7 de maio de 2017.

desenvolvimento do capital na objetivação da maximização do lucro. A atração para o polo industrial de Mandaguari e região pode ser observada através das indústrias que oferecem maior número de vagas nos setores que mais empregam haitianos no Brasil, como mencionado anteriormente.

Constatamos que 61,25% dos haitianos residentes em Mandaguari estão empregados. Segundo as amostras de dados analisadas, desse total, 22,4% praticam a mobilidade pendular, trabalhando nos municípios de Marialva e Maringá. Contudo, várias dificuldades foram relatadas pelos trabalhadores não apenas com relação à dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, mas também acerca das dificuldades após sua entrada. O município, ao mesmo tempo em que abre suas portas para essa mão de obra, não possui um mercado com amplitude considerável no número de vagas para inserir a todos.

Com toda a atração do mercado de trabalho do município, algumas demandas foram surgindo ao longo do fluxo, pois, como analisamos, 38,75% dos haitianos não obtiveram sucesso nesse quesito, surgindo, assim, a necessidade das redes de apoio para dar suporte as famílias recém-chegadas e aquelas em que, por exemplo, apenas um morador está empregado. Desse modo, há necessidade em acompanhar os encaminhamentos das redes de apoio aos imigrantes haitianos em Mandaguari.

4.3 AS REDES DE APOIO

O apoio inicial para com os imigrantes haitianos que atravessavam a fronteira em direção ao Brasil ocorreu no Estado do Acre. Através do governo federal, criou-se um acampamento para a acolhida desses imigrantes, pois a região fronteira com Peru e Bolívia recebia números cada vez maiores de imigrantes, principalmente a partir de 2013. Segundo Mamed e Lima (2016), o giro local era em torno de 500 a 1.000 pessoas, de forma que a capacidade do acampamento era de apenas 200 pessoas, no máximo 300 pessoas.

Ao chegarem ao Acre, debilitados após semanas de viagem, sem perspectiva de ocupação na região e sem dinheiro para prosseguir até os grandes centros do país, os imigrantes são acolhidos por um complexo de serviços do Estado brasileiro, estruturado em parceria pelos governos federal e estadual. O núcleo disso é o local que serve de acampamento ais

imigrantes e já passou por vários endereços nas cidades gêmeas de Brasília e Epiaciolândia (a 230 km da capital Rio Branco), pois precisou sempre ser cada vez maior em razão da demanda de estrangeiros recebidos. Em abril de 2014, o acampamento foi transferido dessa região de fronteira para a capital acreana e atualmente está em seu oitavo endereço, o segundo em Rio Branco (MAMED; LIMA, 2016, p. 143).

A chegada dos haitianos ao Brasil, em partes, constituiu-se por meio de uma rede de ajuda mútua. Segundo Silva (2017), aqueles que não possuíam condições para arcar com as despesas ou recorriam a financiamentos e venda de pertences, ou tinham amigos e parentes que contribuíram para o processo migratório. Um exemplo pode ser explanado no relato a seguir:

Na verdade, eu sai primeira vez do Haiti para República Dominicana porque está muito pertinho do meu país, eu acho que três horas de viagem de ônibus, eu morei sete anos lá. No terremoto eu estava na República Dominicana, então eu tinha um amigo aqui que chama Emanuel, estava aqui desde 2013 em Mato Grosso, Sorriso. Então como ele é meu amigo estávamos juntos na mesma igreja na República Dominicana, ele mandou dinheiro para eu fazer passaporte, depois ele mandou dinheiro para comprar passagem de avião para vir aqui [...] Eu cheguei em Mato Grosso, Sorriso, em 18 de junho de 2015, então eu fiquei desempregado quatro a cinco meses, então eu estava falando com um primo que estava no Haiti, ele me ensinou a tocar piano, ele me disse “ei tem um primo meu que tem uma irmã lá no Brasil!” Eu perguntei em qual cidade que ela morava ele disse “eu não sei, vou passar o número dela” então ele passou o número e eu escrevi para ela “onde você mora?” Ela me disse “no Paraná, uma cidade que chama Mandaguari” ela falou “se você não está trabalhando, você pode vir aqui”⁵².

Esse relato é um exemplo claro da atuação das redes de contato entre os imigrantes. Segundo Póvoa-Neto (1997), essas redes acabam tornando-se forças vitais que estabelecem pontes tanto na ordem de lugares, quanto de informações, tornando a mobilidade uma estratégia para a sobrevivência do imigrante.

Adentrando ao país, a necessidade em abrigar-se de maneira rápida devido à longa viagem é sentida pelos imigrantes, pois, sem muitos recursos, acabam dependendo de abrigos e instituições que os acolham. Em Tabatinga (AM), o apoio humanitário ocorreu através das Igrejas Católica e Evangélicas.

Aqueles que ainda tinham algum recurso alugaram casas e quartos, que foram compartilhados entre familiares e amigos; quem não tinha teve que contar com o apoio humanitário da Igreja Católica, que arcou com o ônus da acolhida naquela cidade. Igrejas evangélicas também participaram, porém, oferecendo apenas seus espaços para o culto em língua materna (SILVA, 2017, p. 104).

⁵² Relato de M.M., 7 de maio de 2017.

Essas são exemplos de formas de apoio que ocorreram com a chegada dos haitianos ao Brasil. Em Mandaguari, esses imigrantes foram recebidos aos poucos a partir de 2013, ganhando proporções maiores com o passar dos anos. De início, houve uma grande procura por instituições religiosas por parte dos haitianos em busca de ajuda para superar algumas dificuldades. Os fatores abordados eram dificuldades na língua, no aluguel de casas e na comunicação com a família que estava no Haiti.

Alguns mandaguarienses que trabalhavam nas empresas e sabiam das situações dos imigrantes que estavam empregados no mesmo ambiente buscavam, através da igreja católica e suas paróquias, contribuir para com o grupo. A procura se deu, a princípio, por volta de 2014, com o auxílio de atuantes da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, que acabaram organizando reuniões para que os haitianos pudessem expor suas necessidades e, assim, compreender a melhor maneira como poderiam ajudá-los. Logo algumas reuniões foram realizadas com os haitianos, porém eles apenas expuseram seus problemas e não houve avanços com relação às ações que poderiam ser realizadas. A desorganização por parte dos brasileiros dessa comunidade acabou afastando os haitianos.

A acolhida aconteceu por uma instituição educacional cuja diretora organizou aulas de português e geografia na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Foi um momento de muita importância, pois foram arrecadados agasalhos durante o curso, eram servidas refeições nos intervalos das aulas e um café na acolhida. Esses fatores foram os pontos de apoio inicial no ano de 2014 no município de Mandaguari.

Em 2015, houve a retomada da questão dos haitianos na localidade por meio de outra paróquia católica do município, a Bom Pastor, que se prontificou a realizar ações para a melhoria das condições de vida dessa nova população. Uma das primeiras reuniões com o maior número de haitianos presentes ocorreu por volta de outubro de 2016, quando a Paróquia convidou o Padre Onax Axenat, que é haitiano e estava trabalhando na paróquia de Flórida no momento. Ele realizou uma missa, traduziu a reunião e houve um momento de acolhida, conforme os costumes da cultura haitiana, com cantos próprios e com suas orações na língua crioula.

Figura 10 – Foto da reunião para os haitianos na Paróquia Bom Pastor, 2016



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Em entrevista com a secretária da paróquia Bom Pastor, buscamos compreender como ocorreu, de fato, a tomada de decisão para que esse apoio fosse realizado e quais os encaminhamentos após a primeira reunião, que foi de suma importância para desenvolver futuras ações.

Há dois anos que iniciamos os trabalhos com os estrangeiros, mais precisamente os haitianos. A pedido do Padre Milton Antônio Bossoni que olhássemos com carinho a existência deles ao nosso redor. Com apoio de nosso Pároco Dirceu Alves do Nascimento, fizemos convites e espalhamos pela cidade, empresas, cine, igreja, rádio etc. para que viessem participar deste nosso primeiro encontro. Também tivemos apoio do padre haitiano Onax Axenat que primeiro celebrou a missa com participação de haitianos e logo após nos reunimos no salão paroquial onde colocamos que nossa intenção era nós fazermos próximo e ajuda-los através da paróquia e Aras Cáritas de Maringá. Foi um momento muito importante para nós e também para eles. Tinha um interprete para que o diálogo acontecesse. Para finalizar servimos a sopa de abobora prato típico deles⁵³.

Na reunião, a presença estimada foi de aproximadamente duzentos haitianos. Entre os pontos abordados, estavam principalmente questões relacionadas ao trabalho e à moradia. Muitos haviam chegado recentemente e estavam desempregados. A dificuldade maior, contudo, relacionava-se às mulheres, pois as vagas de emprego que surgiam eram exclusivamente para os homens. Em

⁵³ Relato de Z. B, 14 de novembro de 2017.

entrevista com a secretária da ARAS-Cáritas de Maringá, a mesma questão foi levantada.

Dentre as mulheres a primeira reclamação foi o emprego porque a discriminação com mulheres é extremamente alta. Primeiro porque elas vieram agora então nenhuma fala muito bem a língua, segundo porque a maioria dos trabalhos que eles dão para os imigrantes é mão de obra pesada e a mulher não agüentam [...] então eles não querem contratar. Então elas são a maioria desempregada, com isso elas ficam o dia todo dentro de casa não trabalha a língua então não consegue falar o português[...]⁵⁴.

Essa dificuldade persistiu e persiste de forma que a busca por apoio na paróquia é constante. A secretária afirma atender pelo menos três haitianos por dia em busca de emprego, seu o principal objetivo. A procura por ajuda para regularizar documentos e, principalmente, para trazer seus familiares também ocorre de maneira intensa.

A partir desse primeiro encontro abrimos as portas da secretaria paroquial para que nos procurassem no que for preciso. E eles começaram a vir sim. Sempre com um, com mais facilidade no falar o português. E começamos a nos conhecer, relacionar. Atendemos nas questões de documentação, passaporte, identidade, carta para acelerar o visto nos Países, cesta básica, pedido de emprego, roupas, mobília, dinheiro, viagens, reforço com aulas de português. O que mais desejam é emprego para poderem trazer a família que ficou no Haiti [...]. Vem humildemente com suas carteiras de trabalho acreditando que temos força para prover trabalho. Muito embora não adianta dizer, eles acreditam e pronto. Pedem, e voltam a pedir até encontrar. E depois somem [...] Mas voltam com um parente, amigo. É muito difícil um dia não atender um deles. Em média devo atender três por dia⁵⁵.

A ARAS-Cáritas⁵⁶ de Maringá possui um importante papel para dar suporte aos atendimentos desses imigrantes na região, dando apoio também para as paróquias que estão empenhadas nessas ações. De acordo com Kotsifas (2016), os estrangeiros que chegam à Polícia Federal são direcionados para a ARAS-Cáritas onde são realizados os procedimentos necessários para obtenção de documentos. A demanda desses imigrantes é alta, de modo que o trabalho realizado muitas vezes

⁵⁴ Relato de Andressa Gongora, 5 de outubro de 2017.

⁵⁵ Relato de Z.B., 14 de novembro de 2017.

⁵⁶ A Aras (Associação de Reflexão e Ação Social) é uma entidade de Maringá, foi criada na arquidiocese pelos leigos, a mais ou menos onze anos. Quando estava completando um ano que a ARAS já existia, como uma entidade social para trabalhar as questões sociais na arquidiocese, a Cáritas brasileira se filiou a Aras em Maringá. Então ela é filiada a um organismo da igreja católica internacional que é a Cáritas. Relato de Andressa Gongora, secretária da ARAS-Cáritas, 5 de outubro de 2017.

não consegue suprir todas necessidades dessa população, mas várias experiências já foram realizadas e são repetidas para que esses imigrantes se sintam acolhidos.

Muitos já conhecem Cáritas e sabem do trabalho, então já chegam procurando. Uma parte é por isso, outra parte é porque a própria polícia federal já faz o encaminhamento para entidade, então aí a rede deles é uma rede muito forte, muito rápida entre os imigrantes [...] então um conseguiu, resolveu o problema dele aqui [...] ele já vai passando para o outro e assim só vai aumentando o trabalho, basicamente é isso.⁵⁷

Segundo Gomes (2016), instituições desse porte, ao se depararem com a situação de vulnerabilidade dos imigrantes, passaram a atuar em prol dessa nova comunidade. A ARAS-Cáritas de Maringá desenvolve ações por meio de igreja católica, atuando com atendimento a todas as paróquias da arquidiocese e com várias temáticas. No campo das migrações, o maior apoio prestado pela entidade atualmente está relacionado ao atendimento humanitário, cadastramento, organização do curso de português, palestras para melhor direcionamento com relação as leis trabalhistas no Brasil, os direitos e deveres e várias outras questões. Ademais, há o apoio da Universidade Estadual de Maringá, que, através de um projeto de extensão do curso de Letras, possibilitou a ampliação de aulas de português para os haitianos. A busca pela validação de diplomas e uma política de inserção do imigrante na universidade também são questões que estão sendo debatidas.

Na reunião que ocorreu no dia 10 de julho de 2016, em Mandaguari, a presença da ARAS-Cáritas foi de suma importância para que os imigrantes pudessem sanar suas dúvidas com relação à documentação, à solicitação de refúgio e permanência, à reunião familiar e várias outras questões que, a princípio, o município não conseguia de fato resolver.

Durante essa reunião, também foi levantada a hipótese da criação de uma associação para esses imigrantes para que, de alguma forma, eles possuíssem uma organização e um ponto de referência, sem contar com outros benefícios, principalmente para aqueles que ainda chegariam. Em outras reuniões mensais, foram escolhidos os coordenadores, a direção e todos os trâmites para que a criação da associação fosse possível. Em 1 de abril de 2017, foi realizada uma cerimônia de fundação da ASSEM – Associação dos Estrangeiros de Mandaguari

⁵⁷ Relato de Andressa Gongora, 5 de outubro de 2017.

denominada assim para abranger também outras nacionalidades. A associação é composta por haitianos na diretoria e brasileiros, de acordo com a legislação.

Figura 11 – Diretoria e coordenadores da Associação dos Estrangeiros de Mandaguari, ASSEM, 2017



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Em Maringá, a tentativa da criação de uma associação ocorreu, porém sem sucesso. O apoio à criação da Associação dos Haitianos de Maringá (AHM), assim denominada, também foi dado para que, dessa maneira, fosse possível solucionar problemas de várias ordens relacionados aos imigrantes, entretanto, devido a alguns aspectos, a associação não foi devidamente registrada. A questão da associação, segundo a secretária da ARAS-Cáritas, ainda é levantada por parte de alguns imigrantes que demonstram o desejo de fundá-la.

Um ponto que eu achei bem interessante foi a vontade deles de montar uma associação igual foi feito em Mandaguari. Então eles pediram todo um apoio nosso para construir a associação, tanto que nós entramos nesse diálogo com um advogado aqui de Maringá que é da OAB, na questão de migração que ele é migrante também, então ele está fazendo todo esse processo, domingo teremos a primeira reunião para criação do estatuto.⁵⁸

⁵⁸ Relato de Andressa Gongora, 5 de outubro de 2017.

Segundo Araújo (1999), essa formação de associações está presente na história desde o século XX, com a finalidade de buscar espaço na sociedade em que buscam se inserir, garantir seus direitos, ajuda mútua e a realização de seus interesses. A imigração, muitas vezes, acaba separando os indivíduos socialmente e as associações foram sendo criadas para que um grupo possa agir socialmente e compartilhar ideias.

Em Mandaguari, a partir da ASSEM, outras atividades começaram a ser desenvolvidas para esses imigrantes como bazar para arrecadação de fundos, o cadastramento dos haitianos e melhor organização na busca de empregar a todos e também integrá-los na sociedade “Estamos cadastrando para ter noção geral de quantos estão aqui e suas condições. Para assim poder acionar o poder público no direito do estrangeiro”⁵⁹. Segundo Silva (2017, p. 112), a formação dessas associações se faz importante para os imigrantes, uma vez que dá visibilidade e promove abertura para a sociedade em geral.

A formação de associações nos locais onde residem é outro exemplo de participação e de empoderamento dos haitianos, objetivando criar canais de diálogo com o contexto brasileiro, já que o Brasil é, no momento, uma das “pátrias que lhes dá o pão”, como acertadamente definem os scalabrinianos(as) a condição do migrante. Porém, não somente o pão da prosperidade material, mas também a possibilidade de trocas e recriações culturais.

Outros avanços também ocorreram, como doações de máquina de costura para as mulheres desempregas e a organização do curso de português para os haitianos. Esse curso ocorre nos finais de semana com professores voluntários, que os auxiliam tanto na fala quanto na escrita do português para que a inserção no mercado de trabalho seja facilitada. Nas aulas, são treinadas a oratória, a escrita e desenvolvidas atividades, como, por exemplo, a elaboração de currículos.

⁵⁹ Relato de Z.B., 14 de novembro de 2017.

Figura 12 – Aula prática do curso de Português para os haitianos



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

A ASSEM, no dia 6 de maio de 2017, aniversário de Mandaguari, foi convidada a participar do desfile cívico da cidade. Um texto foi elaborado com a participação dos imigrantes para que fosse apresentado no local, explicando os motivos da migração, as dificuldades enfrentadas até o momento e o agradecimento pelo apoio. A participação foi importante para visibilidade dos haitianos perante a sociedade do município, fato esse os motivou estar presente. Essa é uma das formas da qual podemos notar, o desejo em anunciar sua cultura e sua identidade perante a sociedade, mostrando a busca por um espaço de respeito, de direitos e igualdade.

Figura 13 – Haitianos no desfile cívico de Mandaguari



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Essas ações aconteceram a partir do envolvimento da igreja católica no auxílio aos haitianos do município. Um fator em especial, entretanto, foi de suma importância para que esses imigrantes acreditassem nesse apoio: a vinda do Padre Onax Axenat, que é haitiano, trouxe confiança e atraiu muitos imigrantes.

Aqui [...] foi o Padre Onax, ele é haitiano. Primeiro fizeram o convite para nós haitiano que ia ter uma reunião, uma missa aqui e depois, ele vai fazer uma reunião com os haitianos que fica com muita dificuldade dos papeis por exemplo tem que ter passaporte [...] e não consegue fazer [...] ele vem para fazer essa reunião com nós. Nessa reunião que eu cheguei a conhecer essa igreja. Foi um apoio para nós e até agora é, nos ajuda muito [...] até nos ajuda a monta uma associação de haitianos aqui⁶⁰.

Esse foi um ponto de partida importante para que os próprios haitianos se socializassem. Eles relatam que não conheciam os outros haitianos e não possuíam amigos de fato além daqueles com quem moravam e trabalhavam juntos.

⁶⁰ Relato de E.A., 7 de maio de 2017.

Se chega a ter um amigo haitiano, essa igreja que me dá, porque começou a fazer reunião, o padre daqui abriu sua porta para nós entrar e falou “o local é de vocês, pode vim a hora que vocês quiserem” Os haitianos já tem sede disso, já começaram a reunir depois, já começou a fazer amizade com os haitianos, por isso que é muito importante para mim⁶¹.

Tais ações, por parte da igreja católica, com relação aos imigrantes independente de sua religião são históricas. O papel social de acolhimento possui registros desde as imigrações para a América. Segundo Scalabrini (2011), um dos pioneiros na atenção aos imigrantes, a igreja católica possuía a necessidade de abrir-se ao meio social, criando, assim, o Serviço Pastoral aos Imigrantes. Segundo Silva (2017), esse trabalho ocorreu com várias nacionalidades de imigrantes, porém grande parte deles eram adeptos da religião católica. Os imigrantes haitianos possuem esse diferencial, do qual a grande maioria pertence a denominações evangélicas, recebendo e participando das redes de apoio criadas pela igreja católica.

Precisamos levar em consideração que não ocorre esse apoio apenas por parte da igreja católica, outras denominações religiosas também realizam ações sociais e se fazem presentes no meio. O apoio das igrejas evangélicas também foi mencionado durante algumas entrevistas, porém em escalas menores. Alguns relatam que esse apoio ocorreu com cestas básicas, utensílios para a casa, não ocorrendo, ainda, em Mandaguari, o auxílio das mesmas para resolver questões mais complexas “Eu vim aqui na igreja pedi ajuda, a igreja foi ajuda nós. Só a igreja que nos ajuda aqui. A igreja presbiteriana ajuda na comida, com cesta”⁶².

O pastor da minha igreja ajuda eu quando estava grávida, leva eu para o hospital para ter o bebê e depois buscou eu e trouxe para casa. Todos os amigos haitianos que chegam no brasil eu faço convite para ir na minha igreja, mas não ficam, só frequentam eu e meu marido, e o sobrinho do meu marido já casou lá⁶³.

A predominância no que se refere à religiosidade dos haitianos está nas religiões evangélicas. Como podemos observar na Tabela 10, a maior porcentagem declara seguir essa denominação, sendo que apenas 2,5% afirmam que o Vodou faz

⁶¹ Relato de E.A., 7 de maio de 2017.

⁶² Relato de A.L., 22 de outubro de 2017.

⁶³ Relato de S.A., 14 de outubro de 2017.

parte de sua prática religiosa, o que pode se justificar por conta dos olhares preconceituosos.

Tabela 10 – Religião declarada pela amostra de haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017

RELIGIÃO	NÚMERO DE IMIGRANTES	PERCENTUAL
Católica	21	26,25%
Evangélica	31	38,75%
Vodu	2	2,5%
Não declararam	26	32,5%
Total	80	100%

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

A religião católica foi declarada também pelos haitianos, porém em menor quantidade. Além disso, o número de imigrantes que não declararam a sua religião foi superior ao número de católicos. Apesar de a maioria pertencer a denominações evangélicas, é importante destacar que a acolhida e a integração desses imigrantes em Mandaguari através da igreja católica ocorreram de maneira significativa, não sendo a religião uma barreira no primeiro momento. Desse mesmo modo, ocorreu a experiência de Tabatinga (AM) com a acolhida dos haitianos pela igreja católica.

A filiação religiosa desses imigrantes não constituiu, portanto, uma barreira para o acolhimento deles pela Igreja Católica, pois, para a Pastoral do Migrante, a defesa da pessoa humana e de sua dignidade antecede qualquer forma de pertencimento religioso ou condição social (SILVA, 2017 p. 110).

Essas ações acabam influenciando a decisão de outros imigrantes. Como afirma Truzzi (2008) em seus estudos sociológicos, as redes criadas por esses imigrantes disseminam com rapidez as informações sobre o fluxo, sendo importantes fontes para aqueles que ainda decidem imigrar. Essas relações sociais fortalecem as tomadas de decisões devido às informações sobre a trajetória, o local, as condições para o trabalho, influenciando todo o sistema.

A pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo, do que nos folhetos de propaganda distribuídos por um agente recrutador, cujos lucros dependiam apenas do número de indivíduos que conseguisse colocar a bordo de um vapor. Assim, os contatos pessoais tornavam-se mais importantes, porque mais confiáveis do que as informações não pessoais (TRUZZI, 2008, p. 206).

Assim, segundo Truzzi (2008), essas redes nos ajudam a compreender o motivo de alguns locais tornarem-se vinculados ao fluxo com maior facilidade, canalizando e determinando os destinos, fazendo com que ocorra um sistema migratório através dessa cadeia. Analisando as entrevistas explanadas, podemos afirmar que muitos dos que migraram para Mandaguari possuíam uma ligação com as redes de informações sobre o local realizada por parentes e amigos. Essa rede favorece, também, a integração dos indivíduos no ambiente, facilitando no momento da chegada. Vale ressaltar que a constituição dessas redes, unidas a Igreja Católica e outras instituições, propiciam a formação desse grupo de haitianos na região, reconstruindo sua identidade no Brasil.

As características desses imigrantes, seus locais de vivência e sua relação com o trabalho nos permitem lançar um olhar voltado para as estratégias utilizadas com relação à inserção nesse novo espaço. O cotidiano desses imigrantes revela não apenas as formas de inserção, mas, sim, as dificuldades, os enfrentamentos que surgem dia a pós dia, bem como as expectativas para o futuro que os indivíduos desse grupo almejam.

4.4 O COTIDIANO E AS PROJEÇÕES PARA O FUTURO

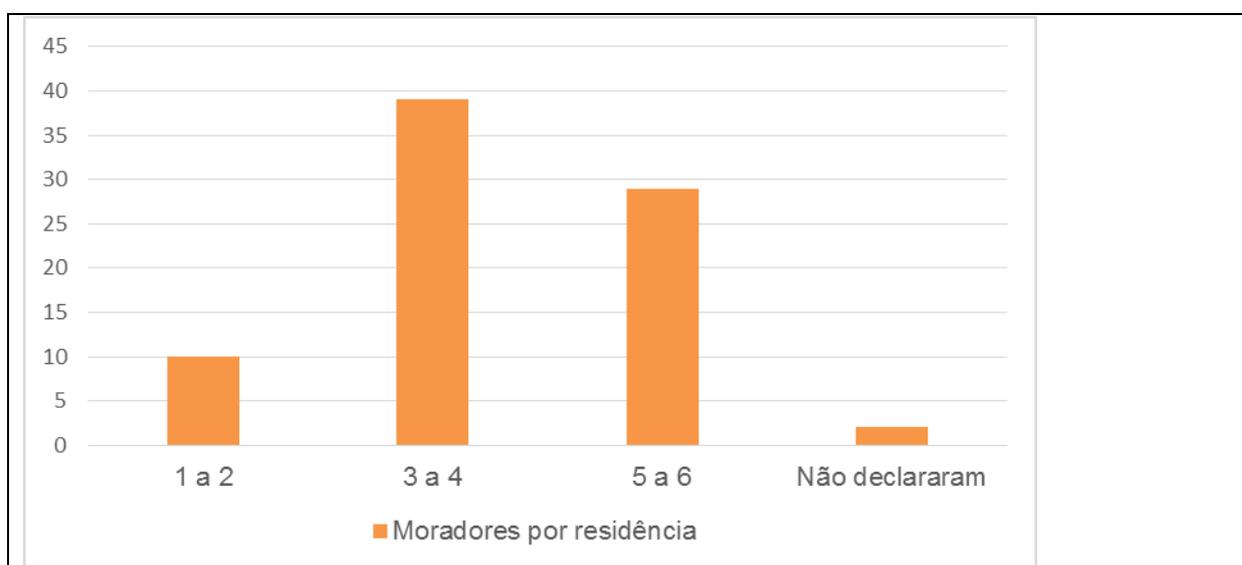
A chegada a um local com culturas e costumes diferentes, principalmente em uma cidade de médio porte, faz a presença dos imigrantes tornar-se mais evidente para população, surgindo também dificuldades na adaptação dos mesmos em seu destino final. Essa adaptação acaba ocorrendo através de arranjos realizados tanto individualmente, quanto coletivamente, sobretudo em resposta às dificuldades que surgem durante o processo. Podemos citar como exemplo a criação da ASSEM como um condicionamento adaptativo para esses imigrantes.

Condicionamentos adaptativos: por esta terminologia devemos entender toda forma de arranjo desenvolvida individual e/ou coletivamente em resposta às pressões internas ou externas causadoras de estresse ou a problemas que condicionem respostas adaptativas colocados à comunidade com vista ao estabelecimento de um padrão de vida e conforto, no mínimo, semelhante ao encontrado no país de origem (SILVA, 2003, p. 6).

Através da ASSEM, a presença haitiana no município ganhou novos olhares e muitas dessas dificuldades foram aliviadas com o auxílio das redes de apoio, assunto do qual já tratamos anteriormente. O trabalho e a igreja foram locais que contribuíram para essa adaptação “Quando você sai de um país para ir em outro você sente dificuldade para se acostumar [...] novos amigos, emprego...então quer dizer, eu trabalho e deixo um pouco a tristeza para trás e isso ajuda”⁶⁴.

Uma das primeiras dificuldades relatadas pelos imigrantes, além da língua, foi o aluguel das casas, pois as necessidades de um fiador dificultaram o processo, principalmente por serem imigrantes. Portanto, os haitianos que possuíam facilidade nesse quesito por ajuda das empresas, acabaram cedendo moradia para os amigos e parentes que foram chegando, o que resultou em algumas residências com grande quantidade de pessoas. No Gráfico 15, observamos as residências com maior número de pessoas, de forma que em torno de 39 residências abrigam de três a quatro haitianos e em torno de 29 residências abrigam de cinco a seis haitianos.

Gráfico 15 – Número de haitianos por residência no município de Mandaguari, em 2017



Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Um dos fatores que influenciam na quantidade de haitianos morando na mesma residência, além do fato da dificuldade do aluguel, está ligado às despesas. Assim, um maior número de moradores facilita a divisão do pagamento e a

⁶⁴ Relato de D.F., 22 de outubro de 2017.

manutenção da casa. Contudo, cabe ressaltar que o número de trabalhadores nem sempre corresponde ao total de moradores, tornando o fato uma dificuldade.

Ao realizar um levantamento com relação ao número de moradores por residência e o número de moradores ocupados (Quadro 3), verificamos que, das cinco residências com cinco moradores, apenas uma delas possui igualdade no total de empregados, de modo que a situação de apenas um morador estar empregado também ocorreu. Além disso, em uma residência que possui seis moradores, apenas três trabalham. Essas situações aparecem várias vezes durante o levantamento, inclusive com o caso de quatro, três e dois moradores na residência e todos sem ocupação.

Quadro 3 – Número de haitianos por residência, com ocupação e sem ocupação no município de Mandaguari, 2017

Residência	Nº de moradores	Com ocupação	Sem ocupação
A	5	4	1
B	4	4	0
C	3	3	0
D	3	2	1
E	5	3	2
F	1	1	0
G	2	2	0
H	4	2	2
I	6	3	3
J	3	0	3
K	5	1	4
L	4	3	1
M	5	5	0
N	4	1	3
O	5	2	3
P	2	0	2
Q	4	0	4
R	2	1	1
S	3	1	2
T	0	0	0
TOTAL	70	38	32

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Esses fatores implicam, principalmente, nas remessas enviadas pelos haitianos para o Haiti. Muitos relatam que, devido aos gastos da residência e pelo fato de haver poucas pessoas trabalhando, não conseguem enviar o valor desejado ou acabam não o enviando para não comprometer as despesas. Apesar desse fato, muitos declaram conseguir enviar uma boa quantia para o Haiti. Conforme a Tabela 11, observamos que, dos imigrantes que enviam ajuda, grande parte declara enviar

valores entre duzentos a seiscentos reais, apresentando um número inferior daqueles que enviam uma remessa acima desse valor.

Tabela 11 – Valor médio das remessas enviadas pelos haitianos para o Haiti em 2017

VALOR MÉDIO DAS REMESSAS ENVIADAS	NÚMERO DE IMIGRANTES
De R\$ 150,00 a R\$200,00	3
De R\$ 201,00 a R\$ 400,00	17
De R\$ 401,00 a R\$ 600,00	12
De R\$ 601, 00 a R\$ 800,00	7
De R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00	1
Declararam não enviar	40
Total	80

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Outro fator que esse dado nos revela é que metade da amostra de imigrantes não consegue enviar remessas para o Haiti. A manutenção da casa requer muitos custos e, por meio das entrevistas, constatamos que o fato de enviarem remessas para os seus familiares não significa que esse valor está excedente, mas, sim, que há um compromisso e uma necessidade em enviar esse dinheiro.

Eu estou precisando de ajuda para pagar aluguel [...] pagar comida também [...] porque só o meu salário não dá pra fazer tudo as coisas, porque eu tenho que mandar quatrocentos reais lá pro Haiti cada mês [...] tem que mandar, as filhas lá está na escola. A escola lá tem que pagar [...] tem que pagar, aqui no Brasil não paga né? Lá tem que pagar, tem que mandar dinheiro para estudar⁶⁵.

A Tabela 12 apresenta a média de salário dos haitianos, que está concentrada na faixa de R\$ 980,00 a R\$ 1.300,00. Considerando que possuem residências com um número elevado de moradores e poucos deles trabalhando, como já mencionamos, essa faixa salarial acaba não suprimindo todas as necessidades para uma vida digna e, assim, o envio de dinheiro para o Haiti acaba sendo um sacrifício e uma questão de compromisso com seus familiares.

⁶⁵ Relato de R.A., 22 de outubro de 2017.

Tabela 12 – Faixa média de salários dos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017

FAIXA MÉDIA DE SALÁRIO	NÚMERO DE IMIGRANTES
De R\$ 980,00 a R\$1.100,00	12
De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00	26
De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00	6
De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00	4
Acima de R\$ 1.700,00	1
Total	49

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Os valores pagos nos aluguéis estão concentrados entre trezentos e quinhentos reais, principalmente na faixa que vai de R\$ 401,00-500,00 (Tabela 13). Essa despesa está entre os mesmos valores das remessas enviadas para o Haiti, que, quando analisadas e somadas, acabam correspondendo à faixa salarial com um excedente mínimo para os demais gastos.

Tabela 13 – Faixa média dos valores pagos no aluguel pelos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017

VALOR PAGO NO ALUGUEL	NÚMERO DE IMIGRANTES
De R\$ 100,00 a R\$ 200,00	5
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	6
De R\$ 301,00 a R\$ 400,00	15
De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	33
De R\$ 501,00 a R\$ 600,00	10
De R\$ 601,00 a R\$ 700,00	3
Total	80

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Ao realizar um levantamento das despesas, através das declarações dos haitianos no cadastro da ASSEM, os valores declarados de água, luz e internet concentram-se na maior parte entre R\$ 51,00 – 70,00, não sendo possível identificar se o valor declarado já está dividido para cada morador da residência, ou se é o valor total. Os valores mais baixos, como a faixa de R\$ 12,00 – 30,00, podem ter sido declarados como a parte paga pelo indivíduo e não o total (Tabela 14).

Tabela 14 – Faixa média das despesas declaradas pelos haitianos residentes em Mandaguari no ano de 2017

VALOR	ÁGUA NÚMERO DE IMIGRANTES	INTERNET NÚMERO DE IMIGRANTES	LUZ NÚMERO DE IMIGRANTES
R\$ 12,00 – 30,00	5	8	4
R\$31,00 – 50,00	7	3	16
R\$ 51,00 – 70,00	32	34	21
R\$ 71,00 -90,00	8	8	10
R\$ 91,00 -110,00	11	--	4
R\$ 111,00 – 130,00	2	--	6
R\$ 131,00 – 150,00	3	--	5
Acima de R\$ 150,00	3	3	3
Não possuem	--	15	--
Não declararam	9	9	11
Total	80	80	80

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

Muitos declaram usar internet, fato curioso devido aos gastos e as dificuldades relatadas. Contudo, esse meio serve como ponte para a comunicação entre as famílias, como principal meio de informação e como uma das formas de estreitar a distância. Muitas vezes, essas despesas comprometem o orçamento. Como um haitiano relata, os impostos para o envio de dinheiro são muito altos, assim, o pouco que ele pode enviar acaba não sendo o suficiente para ajudar sua família no Haiti.

Uma dificuldade é que quero enviar dinheiro para minha família e [...] por exemplo eu ganho 1.100 reais, para mandar 5 mil no dinheiro lá tenho que mandar 350 reais para fazer isso, então o que eu estou ganhando para pagar aluguel, para pagar energia, para pagar as contas [...] não dá. Se eu mandar 350 para lá não chega nada, porque aqui no Brasil cobra muito imposto para nós mandar e para falar com família lá também não pode, se não tem internet, coisas assim não pode, porque a ligação não pode [...] Brasil lá não pode [...] só pela internet e se a família lá não tem internet não pode falar com a família [...] aí o tempo passa [...] dois, quatro semanas [...] não pode falar com família [...] se não for pela internet não pode ligar.⁶⁶

O cotidiano não é repleto de facilidades, de aceitações, mas, sim, de desafios e dificuldades. Quando um dos haitianos nos justifica o motivo de pagar a sua própria internet, mesmo que não seja fácil arcar com esse custo, constatamos que os problemas enfrentados por eles, na maioria das vezes, não são relatados.

⁶⁶ Relato de K.J., 7 de maio de 2017.

Eu tive uma dificuldade, eu acho que um mês ou dois meses eu não tinha dinheiro para colocar crédito no celular para falar com minha família e amigos que eu deixei lá. Então sempre do lado da rodoviária que tinha wi-fi entendeu? Então havia um rapaz que estava carregando um celular mas deixou no chão e eu estava conversando com minha namorada no meu celular, eu não dei nenhuma conta para o celular dele porque eu tenho o meu. Então eu acho que ele mandou outro pra pegar o seu e me acusar [...] então ele chegou e falou “ei haitiano cadê o meu celular que estava carregando aqui?” Eu falei “eu não sei, você pegou, você somente que estava aqui” Eu falei “ainda estou aqui, se você quiser vamos revisar toda [...] é [...] minha bolsa já [...] não tem celular [...] eu ainda não fui na minha casa estou aqui” Ele falou “não você vai ter que pagar mil reais por isso, você tem que dar o seu documento agora mesmo”. Eram quatro eu acho que tinha uma “sapatão” também e três homens e estavam me ameaçando [...] outro falou “tem que atirar nele para dar o celular” mas tinha três haitianos que estavam chegando também e eles me perguntaram “o que aconteceu?” Eu falei “ele me acusou de roubar um celular que ele perdeu” Eles falaram “você não vai ter que vir aqui mais, porque aqui tem muito ladrão, mas eles sabem muito bem que você não pegou o celular” é [...] tinha outro brasileiro [...] eu acho que ele era um segurança e falou para ele “você sabe muito bem que o haitiano não pegou o celular, você tem que deixar essa discussão já” então ele deixou. Eu fui na minha casa e nunca voltei, já Deus nos ajudou porque eu e minha prima estamos juntos na casa e juntamos o dinheiro que tínhamos para ter o wi-fi agora⁶⁷.

A exclusão dos imigrantes, mesmo não sendo relatada frequentemente, está presente no meio por parte de alguns indivíduos, de modo que o fato apresentado é apenas um dos mecanismos de não aceitação. A conscientização da população com relação a esse processo migratório, muitas vezes não é trabalhada. As dificuldades enfrentadas por esses imigrantes desde o momento em que deixaram sua família para buscarem algo, que na verdade, não sabiam se encontrariam, não é conscientizada por todos. Enfrentam inúmeros problemas no trajeto e na chegada, tanto no Brasil, quanto no município em questão. É preciso ter claro o maior objetivo desse fluxo que esbarra em suas projeções futuras: melhores condições de vida e reunião familiar.

Em meio à distância do país de origem e a vida no Brasil, a saudade é um dos sentimentos mais relatados quando se planeja o futuro. Do lado de lá, a saudade de quem está aqui e, do lado de cá, a saudade de quem ficou. A maior expectativa para o futuro, relatada durante a pesquisa, além de constituir uma vida estável no Brasil, foi o desejo de rever os familiares e visitar o seu país. A imigração, inicialmente, se deu por apenas um membro da família na maioria dos casos. Assim a tendência do fluxo ainda em movimento, está na vinda de outros membros da família, influenciados pelas informações daqueles que já vivem no Brasil.

⁶⁷ Relato de K.J., 7 de maio de 2017.

O desejo em unir a família no Brasil está presente nas expectativas para o futuro. A partir de 2014, como aponta os estudos da ONU, o auxílio para que os familiares consigam migrar, se deu através de amigos e parentes, enviando dinheiro para que a viagem fosse possível, o que podemos chamar de redes de ajuda mútua, como mencionamos anteriormente.

Eu quero trazer minha família [...] quero trazer meu filho, depois fazer minha casa e pretendo trazer minha família. O problema que dá agora é que para conseguir visto está difícil você vai guardando dinheiro [...] guardando dinheiro [...] guardando dinheiro e não dá, então daí eu quero [...] não sei se o governo aqui pode fazer alguma coisa para nós porque todo o país que tem imigrante que tem visto, eu consigo visto para trazer família, filhos [...] e [...] mulher, tudo. Aqui não, você tem que manda para lá e ir lá é difícil [...] você faz o papel vai lá daí fala três dias, de três dias vira quatro, depois cinco [...] fora que você vai pagar passagem, tem que comer e pra entrar também é difícil [...] Pretendo voltar a passear sim, para mora não, porque se não [...] não ia fazer sacrifício comprar aqui [...] porque eu compra aqui pra morar com minha família, meu filho [...] viver melhor [...] viver com tranquilidade para não estarmos mudando hoje, mudando amanhã, mudando passando amanhã [...] não sei⁶⁸.

O relato acima é de um haitiano que comprou um terreno através de um financiamento, tendo como expectativa para o futuro a construção de sua casa e assim conseguir trazer sua família para o Brasil. Ele sabe das dificuldades que irá enfrentar, porém acredita que viveria uma vida melhor dessa maneira. Os filhos são sempre relatados nos depoimentos como uma saudade imensa e uma das coisas mais almejadas para o futuro, tê-los junto de si.

O número de haitianos residentes no município de Mandaguari que possuem filhos no Haiti é significativo. Trinta e seis haitianos declararam ter de 1 a 2 filhos no seu país de origem, sem contar que quatorze haitianos declararam ter filhos morando no Brasil. Na Tabela 15, fica evidente que a grande maioria dos haitianos possuem filhos e que trazê-los é um de seus maiores anseios, pois, como o caso relatado a seguir, alguns ainda não conhecem seus filhos devido ao nascimento ter ocorrido durante o processo migratório.

A eu tenho um filho lá no meu país eu não conheço também [...] depois que eu cheguei aqui ele nasceu [...] eu só conheço na foto, mas eu falei com mãe dele nos está separado, ela não quer me dá meu filho, mas eu quero [...] se um dia ela querer me dar...quero trazer ele para cá [...] quero que vocês me ajudam [...] Eu espero muita coisa na minha vida [...] Deus tocar minha vida para frente, eu quero que meu filho vive comigo também [...] as vezes eu fica pensando muito com ele, fica triste também⁶⁹.

⁶⁸ Relato de D.C., 22 de outubro de 2017.

⁶⁹ Relato de D.D., 22 de outubro de 2017.

Tabela 15 – Média do número de filhos declarados pelos haitianos, no Haiti e no Brasil, em 2017

Nº DE FILHOS	HAITI	BRASIL
	NÚMERO DE IMIGRANTES	NÚMERO DE IMIGRANTES
1 a 2 filhos	36	14
3 a 4 filhos	13	--
5 a 6 filhos	2	--
Mais de 6 filhos	1	--
Não possuem filhos	11	--
Não declararam	3	--
Total	66	14

Fonte: ASSEM (2017), elaboração pela autora (2018).

A expectativa de continuar residindo no Brasil está presente na grande maioria dos relatos, porém há exceções. No relato abaixo, um haitiano revela que, na verdade, o seu maior desejo é voltar para o Haiti e lá viver com toda sua família. Relata, também, o quão difícil foi para trazer sua esposa e suas filhas, passando mais de dois anos sem vê-las.

Na verdade, minha expectativa não é bem aqui infelizmente [...] eu gosto daqui [...] gosto muito mesmo [...], mas por que a expectativa não é por aqui? Porque fica muito longe de meu país. Imagina já estou com quase quatro anos aqui, sem [...] sem ver minha mãe, meu pai [...] minha família [...] E minha família mesmo eu passei dois anos e três meses até traze elas [...] imagina [...] é muito difícil [...] Cheguei a trazer elas, mas, passa dois anos e três meses sem nunca ver elas, porque fica muito longe e o passagem muito caro [...] imagina para viajar para ver uma pessoa só para voltar, ai fica muito complicado, por isso que eu não, não [...] minha expectativa é não pra ficar toda minha vida aqui⁷⁰.

As expectativas vão sendo explanadas com desejos e olhares diferentes. A única certeza apresentada é de que o trabalho os move e, confiando nele, é que conseguirão manter sua família em melhores condições, seja no Brasil ou no Haiti. Os imigrantes ainda nos revelam que, no Haiti, os filhos trabalham justamente para contribuir com seus pais por conta da situação de vulnerabilidade em que vivem.

Pretendo no futuro ter uma família e conseguir trabalhar para ajudar a minha família [...] isso é o que estou pensando toda vida. Ter um serviço de boa, trabalhar aqui para ajudar minha família lá também, porque lá é assim: filho trabalha para ajudar mãe, porque mão são pobres, lá não é igual aqui no Brasil [...] Quero ajudar mãe e pai também, eu quero um serviço de boa para ajudar mãe e pai. Eu quero continuar aqui no Brasil, porque eu gosto do Brasil⁷¹.

⁷⁰ Relato de E.A., 7 de maio de 2017.

⁷¹ Relato de M.M., 22 de outubro de 2017.

Vale ressaltar que permanecer no país não significa satisfação com toda situação que estão vivendo, mas, sim, uma visão de possibilidades através do que já vivem no momento. Muitos afirmam que o brasileiro na verdade não conhece o Haiti e que, apesar de todos os problemas, não é um país apenas de crise. A mobilidade da população haitiana se confunde com suas características próprias, pois para a população é natural praticar a migração.

Haitiano gosta de estar em outro país, muitos haitianos gostam. Ai muito brasileiro que vê haitiano aqui no brasil e pensa que no Haiti não tem vida [...] Haiti tem muita vida! Haitiano gosta de viajar para outro país. Aqui no Brasil tem haitiano [...] Estados Unidos tem haitiano [...] vários outros países têm haitianos, porque haitiano se não viaja para outro país, em seu país não tem valor, por isso que haitiano viaja. Se eu chegar agora no Haiti eu tenho muito valor, porque eu viajo [...] então se eu ficar lá no Haiti não tem nada, aqui eu tenho dinheiro, tenho tudo, enquanto estou lá [...] nada, é por isso que muito haitiano viaja. Muitos brasileiros perguntam se no Haiti não tem serviço, não tem comida [...] não tem carro [...] sim tem! O Haiti é um país como o Brasil [...] tudo que tem em Brasil tem em Haiti. Tem muito brasileiro aqui em Mandaguari que não sabe nada, sabe por quê? Ele não foi em outra cidade, quando você chega em São Paulo ou Curitiba, tem brasileiro que sabe o porquê você viaja[...]72.

Segundo Handerson (2015b), a volta do haitiano para o seu país de origem, na maioria das vezes, significa sucesso da diáspora⁷³, sem esse retorno, mesmo que temporário, a diáspora não ocorre. Dessa maneira, o retorno significa, além de uma fidelidade aos laços afetivos no seu ambiente, uma fidelidade ao seu país, uma forma de que não ocorra o afastamento total de suas origens. Através dessas afirmações, compreendemos o depoimento do haitiano quando tentou nos explicar que, para sua cultura, migrar é ir em busca de sonhos e realizações.

No cotidiano, o imigrante desencadeia técnicas de sobrevivência, como foi possível constatar, as redes sociais foi uma delas. Segundo Baptista (2003), as redes constituem uma forma de mobilização social frente aos enfrentamentos, como o desemprego, a miséria, a precariedade da habitação e vários outros. Essa busca por um equilíbrio no cotidiano os levam na criação de espaços identitários, como por exemplo, a ASSEM, que tornou-se através das reuniões dominicais, uma forma de

⁷² Relato de A.F., 7 de maio de 2017.

⁷³ “É comum os haitianos no Haiti usarem a palavra diáspora para chamar outro compatriota que parte, reside *aletranje* (no exterior), envia remessas, etc.: diáspora *ki jan ou ye?* (diáspora, como você vai?); *sa k’ap fèt* diáspora? (o que tem feito, diáspora?); *mwen se* diáspora (sou diáspora). Essas expressões caracterizam o termo diáspora como categoria de autodesignação e de alteridade, permitindo diferenciar os que vivem *aletranje* em relação àqueles que ficam no Haiti” (HANDERSON, 2015b, p. 59).

lazer e aos mesmo tempo de mobilização “[...] todo mundo vem aqui pra nós fazer a associação aqui. Foi bom? Muito [...] muito. Porque sabe é difícil uma pessoa mora sozinha não tem ninguém pra conversa, pra fala nada e ai fica um pouquinho ruim, mas se tem algum pra ti conversa fica melhor⁷⁴”.

A identidade do imigrante se constrói a medida em que vão ocorrendo sua inserção nesse novo espaço, criando um rearranjo cultural. O crescimento e a união da comunidade, imprimirá características próprias no território, podendo ocorrer futuramente a apropriação não apenas cultural, mas da identidade do imigrante haitiano nos bairros de maior concentração do Município de Mandaguari.

⁷⁴ Relato de F.A., 7 de maio de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao receber os imigrantes haitianos, entra na rota de um dos países que possuem uma grande mobilidade populacional na América devido às condições históricas, econômicas, sociais e políticas que o Haiti carrega desde sua colonização até os dias atuais. A decisão de migrar para o Brasil é relatada envolvendo vários fatores como acesso facilitado para entrada, economia em ascensão naquele período, convites realizados pelo governo Lula e Dilma e familiaridade com as tropas brasileiras presentes no Haiti através da MINUSTAH.

Durante a pesquisa, ao conhecermos o histórico do Haiti e compreendermos os motivos em manterem essa dinâmica populacional pelo mundo, o quesito trabalho surge em primeiro lugar devido à busca por melhores condições de vida, não apenas individuais, mas, principalmente, familiares. Independentemente de quantos membros da família pratiquem a mobilidade, o compromisso com as remessas a serem enviadas para o país de origem é tratado com seriedade. Essa reflexão nos leva a compreender, por meio de Sayad (1998), que o imigrante só se constitui como imigrante através do trabalho e que ele também é uma força de trabalho, na maioria das vezes provisória, que está em circulação a todo momento. O autor afirma, ainda, que há um paradoxo entre necessidade, desejo e trabalho envolvendo uma sociedade onde nem sempre esse indivíduo é desejado.

O trabalho, para Gaudemar (1977), é a força do movimento migratório, a força de trabalho que é mobilizada pelo capital. Sendo assim, o imigrante possui uma mobilidade influenciada por sua própria circulação e, através dela, vende sua força de trabalho como uma mercadoria única a oferecer. Martins (1988) afirma que essa mobilidade, por muitas vezes, acaba representando uma liberdade relacionada ao que lhe era imposto no país de origem. No caso dos haitianos, a falta de emprego e todos os outros quesitos atrelados os incomodam de tal maneira que a migração é a solução para problemas dessa ordem.

No Brasil, os estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná foram, respectivamente, os maiores receptores da imigração haitiana nos períodos de 2012 a 2016. Ao compreender essas características mencionadas, os fatores de atração para o Estado do Paraná foram avaliados como uma forma de conhecer quais características eram fundamentais para a escolha do destino final. Analisando de modo geral, os postos de trabalho que exigiam menor qualificação e demandavam

maior mão de obra, como os em abatedouros, frigoríficos e indústrias de transformação estavam em crescimento no período de maior fluxo migratório haitiano para o Brasil. Esse foi um dos fatores de atração para o estado e, conseqüentemente, para os seus municípios, revelando os trabalhadores móveis frente ao capital.

No município de Maringá (PR), grandes frigoríficos atraíram essa mão de obra, de modo que uma das empresas locais possibilitou a vinda desses imigrantes, realizando processo de recrutamento no Acre. Assim, surgiu, no espaço maringaense, uma grande concentração de haitianos, fazendo com que se tornasse o município com o maior número desses imigrantes em sua região metropolitana. A presença haitiana fez com que várias ações no âmbito social fossem desenvolvidas através da ARAS-Cáritas em parceria com a igreja católica e, posteriormente, com a Universidade Estadual de Maringá, que auxiliou na ampliação do curso de português, na busca pela revalidação de diplomas e na inserção dos imigrantes na universidade.

O despertar pela pesquisa ocorreu através da presença dos haitianos no município de Mandaguari (PR), que pertence à região metropolitana de Maringá. Por ser um município de aproximadamente 34 mil habitantes, o fato de receber essa migração em uma considerável concentração chamou a atenção. Assim, ao analisar o contexto, foi possível concluir que o número de empresas que necessitavam de mão de obra também era grande. O município estava, no momento, recebendo investimentos em sua economia e ampliando o número de vagas no mercado de trabalho. Do mesmo modo como ocorreu em Maringá, a chegada dos haitianos se deu através do recrutamento por uma das empresas no Acre.

O fenômeno em uma escala local, no caso analisado, em Mandaguari (PR), realiza o mesmo processo em escalas maiores as quais são motivados pelos mesmos fatores e organizam-se conforme sua cultura. Os resultados, quando comparados às demais pesquisas, provam esse fato.

No trabalho, as dificuldades enfrentadas são as mesmas relatadas, independentemente da escala. Durante os relatos, constatamos que havia haitianos trabalhando sem registro na carteira e que esse tipo de trabalho não era aceito por parte dos mesmos. A falta de emprego também foi mencionada pelos imigrantes residentes em Mandaguari como uma grande dificuldade. Embora o número de empresas que utilizam dessa força de trabalho fosse considerável, em alguns

momentos não foi possível suprir a mão de obra excedente, necessitando da busca por emprego em outros municípios como Maringá e Marialva. Sem contar com as dificuldades da inserção feminina no mercado de trabalho, não apenas em Mandaguari, mas em um âmbito nacional, devido ao fato de o trabalho feminino ser visto como inferior. Não se pode desconsiderar os relatos de satisfação com sua ocupação, porém a busca por melhorias é sempre notável.

As redes de apoio também foram fatos constatados no município, além da ajuda mútua, como afirma Truzzi (2008), e da própria rede de informações entre os haitianos, que, conseqüentemente, trouxeram maiores números de imigrantes para Mandaguari. Além disso, a participação da igreja católica e da igreja evangélica também foram importantes para acolhida. A Paróquia Bom Pastor foi responsável pela organização de reuniões mensais com um grupo de haitianos, com a finalidade de discutir as maiores necessidades e, assim, chamar a atenção das autoridades do município para que tivessem um olhar voltado aos imigrantes. Esse ponto de partida não apenas acolheu os haitianos, mas fortaleceu os laços entre a própria população haitiana de Mandaguari, que até aquele momento não tinham a oportunidade de se familiarizarem.

A medida em que essas redes vão surgindo, a identidade haitiana no município de Mandaguari é criada. A interação entre as instituições religiosas, educacionais e a criação da Associação dos Estrangeiros de Mandaguari (ASSEM), estabelecem relações facilitadas tanto com a sociedade local, quanto com o apoio a suas necessidades. Os auxílios foram vários, como por exemplo, o curso de português, a regularização de documentos, carteira de trabalho, cartas com o intuito de trazer familiares e mais uma série de atividades destinadas aos imigrantes. As ações das igrejas evangélicas, por sua vez, são relatadas de forma mais discreta, e se dão por meio da doação de cestas básicas. Assim, o cotidiano dos haitianos acaba se tornando um pouco mais leve através dessas ações e adaptação à nova localidade ocorre aos poucos, pois a inserção sociocultural também é um desafio.

O futuro é instável, mas a certeza de uma melhor qualidade de vida, mesmo que momentânea, está presente nos discursos. O desejo, quase unânime, pela reunião familiar no Brasil é um dos fatos que comprovam a melhoria nas condições de vida, pelo menos no que diz respeito à conquista de um emprego, que é mais segura no Brasil do que no Haiti. Essa permanência ocorrerá até o momento em que lhes for pertinente, conforme as exigências do capital, que segundo Gaudemar

(1977), produz suas próprias condições de produção e trabalho. Portanto os imigrantes se tornam força de trabalho móvel, não impedindo que partam para novos territórios caso encontrem ainda melhores condições de trabalho, redes de apoio e segurança.

REFERÊNCIAS

ALESSI, M. L. B. A migração de haitianos para o Brasil. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, abr./jun. 2013.

ARAÚJO, J. R. C. Associações e etnia: O Palestra Itália. **Travessia – Publicação: CEM**, São Paulo, n. 34, p.17-19, maio/ago. 1999.

AUDEBERT, C. La diaspora haïtienne: vers l'émergence d'un territoire de la dispersion ?. Carlo A. Célius. Le défi haïtien: 'économie, dynamique sociopolitique et migration. **L'Harmattan**, Paris, p. 193-212, 2011.

BANCO MUNDIAL. **Haiti - Dados**, 2016. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/pais/haiti>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BAPTISTA, D. M. T. Sociabilidade e lazer no cotidiano de migrantes nordestinos. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, v. 3, n. 47. p. 24-30, set./dez. 2003.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: Conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas: Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1997. p. 319-367.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 19 ago. 1980.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Conselho Nacional de Imigração prorroga visto humanitário para haitianos**. Brasília, DF: MTE, 2016. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/3803-conselho-nacional-de-imigracao-prorroga-visto-humanitario-para-haitianos>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Análise do CAGED: Evolução do saldo líquido de criação de emprego formal no Brasil pelos pequenos negócios**. Brasília, DF: SEBRAE, dez. 2016. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/caged-dez2016.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Org.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 1-174, 2015.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. La migración internacional y el desarrollo en las américas. **CEPAL – SERIE Seminarios y conferencias**, Santiago do Chile, n. 15, p. 1-541, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/10907/LCL1632P.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. **Proyecciones de población América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: Observatório Demográfico, 2016. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/tipo/observatorio-demografico-america-latina>>. Acesso em: 27 mar. 2017

COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

COVARRUBIAS, H. M. Desarrollo y migración: una lectura desde la economía política crítica. **Revista Migración y Desarrollo**, Zacatecas, México, v. 8, n. 14, p. 59-87, primeiro semestre 2010.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1998. 107 p.

DELFIN, R. B. Lei de Migração é sancionada, mas vetos inspiram atenção. **Migra Mundo**, São Paulo, 26 maio 2017. Disponível em: <<http://migramundo.com/lei-de-migracao-sancionada-continua-a-ser-avanco-mas-vetos-inspiram-atencao/>> Acesso 28 jun. 2017.

DURAND, J. Haity y la Salida Migratoria. **Periódico LaJornada**, Col. Santa Cruz Atoyac, México, 31 enero 2010. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2010/01/31/opinion/010a1pol>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

FARIA, A.; FERNANDES, D. M.; MILESI, R. Do Haiti para o Brasil o novo fluxo migratório. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Cidade do México, v. 6, p. 73-97, 2012.

FERNANDES, D. et al. **Projeto Estudo sobre a migração haitiana ao Brasil diálogo bilateral**. Belo Horizonte: PUCMinas, 2014.

FERNANDES, D. M.; MILESI, R.; FARIA, A. V. Do Haiti para o Brasil: O novo fluxo migratório. Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR. **Cadernos de Debates**, Brasília, DF, n. 6, p. 73-97, dez. 2011.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: Processo de entrada, característica e perfil. In: BAENINGER, R.; PERES, R.; FERNANDES, D.; SILVA, S. A.; ASSIS, G. O.; CASTRO, M. C. G.; COTINGUIBA, M. P. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 95-111.

FOLHA DE S.PAULO. **Saiba mais sobre o Haiti e entenda a crise que atingiu o país**, 16 mar. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u69344.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FONTES, E. A.; BIANCHINI, N. M. **Cinquentenário de Mandaguari**. 1937 a 1987. Maringá: Gráfica Clichetec, 1987.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, Recife, v. 1, n. 3, p. 44-53, dez. 2009.

GAUDEMAR, J. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977. 408 p.

GODOY, G. G. O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar. In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; ALMEIDA, G. A. (Org.). **60 anos de ACNUR: Perspectivas de futuro**. São Paulo: CLA Cultural, 2011. p. 45- 68.

GOMES, S. C. A presença dos haitianos em Maringá (PR) e as ações de acolhimento: iniciando o debate sobre a mobilidade do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016. São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA/ENG, 2016. p.1-10.

GRONDIN, M. **Haiti: Cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985 [Coleção tudo é história, n. 104].

HAESBAERT, R.; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HANDERSON, J. **Diáspora: As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. 430 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015a.

HANDERSON, J. Diáspora: Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015b.

HEIDEMANN, D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: WITTE, D. A. de (Org.). **Migrações: Discriminação e alternativas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 25-39.

_____. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2016 Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. **Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2016 Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 10 maio 2017.

INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Prorrogação de prazo para haitianos se registrarem: CONARE , CNIg e MJ, prorrogam prazo para haitianos que obtiveram permanência concedida no dia 12 de novembro de 2015 poderem se registrar na Polícia Federal**. Nov. 2016a. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/322-prorrogacao-de-prazo-para-haitianos-se-registrarem-conare-cnig-e-mj-prorrogam-prazo-para-haitianos-que-obtiveram-permanencia-concedida-no-dia-12-de-novembro-de-2015-poderem-se-registrar-na-policia-federal>>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **Um terço dos haitianos vivem fora do país, mostra livro sobre migração**. Brasília, DF: IMDH, 1 dez. 2016b. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/334-um-terco-dos-haitianos-vive-fora-do-pais-mostra-livro-sobre-imigracao-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **Lei de Migração segue para votação no Plenário do Senado**. Abr. 2017. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migrantes2/395-lei-de-migracao-segue-para-votacao-no-plenario-do-senado>>. Acesso em: 28 set. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 33, n. 1-2, p. 1-29, jan./fev. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_jan_fev_11.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadernos Municipais**. Maringá: IPARDES, 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87000&btOk=ok>>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 37, n. 5-6, p. 1-25, maio/jun. 2015.

_____. **As mudanças do mercado de trabalho em tempos de crise: Análise conjuntural**. v. 38, n. 1-2, jan./fev. 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_38_1_a.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **Caderno Estatístico**. Município de Mandaguari. 2017. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86975&btOk=ok>>. Acesso em: 15 maio 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Tendências das Migrações Globais**. Factsheet 2015, publicado 2016. Disponível em: <<http://gmdac.iom.int/global-migration-trends-factsheet>>. Acesso em: 27 set. 2017.

JAMES, C. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L' Ouverture e a revolução de São domingos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **SC é o 2º Estado que mais gerou empregos no Brasil em fevereiro**, 16 mar. 2017. Disponível: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2017/03/sc-e-o-2-estado-que-mais-gerou-empregos-no-brasil-em-fevereiro-9749828.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

KOTSIFAS, C. **A qualidade de vida dos migrantes haitianos em Maringá**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2016.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R.; PERES, R.; FERNANDES, D.; SILVA, S. A.; ASSIS, G. O.; CASTRO, M. C. G.; COTINGUIBA, M. P. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 229-247.

MAISONNAVE, F.; VERPA, D. APÓS 13 anos, Brasil deixa o Haiti entre paz frágil e miséria. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2017. p. 16.

MAMED, L.; LIMA, E. O. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: A rota de acesso pela Amazônia Sul Ocidental e o acampamento público de imigrantes no Acre. In: BAENINGER, R.; PERES, R.; FERNANDES, D.; SILVA, S. A.; ASSIS, G. O.; CASTRO, M. C. G.; COTINGUIBA, M. P. (Org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016. p. 113-171.

MARTINS, J. S. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia**, São Paulo: CEM, n. 1, p. 5-8, maio/ago. 1988.

MEIHY, J. C. B. Os novos rumos da história oral: Caso Brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, v. 2, n. 155, p. 191-203. jul./dez. 2006.

MILESI, R. Brasil e os desafios da lei de migrações. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 18 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505828-entrevista--especial-com-rosita-milesi>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Haitianos no Brasil. Dados estatísticos, informações e uma recomendação. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**, Brasília, 30 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitia-nos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MILESSI, R.; ANDRADE, W. C. Migrações Internacionais no Brasil: Realidades e desafios contemporâneos. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**. Brasília, DF: IMDH, 2010. Disponível em: <<https://gritodelosexcluidos.org/media/uploads/migracion-sintbr.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MOTA, A. A. O que é a região metropolitana de Maringá: Os múltiplos recortes espaciais e institucionais relacionados à cidade de Maringá. In: RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). **Retratos da região metropolitana de Maringá: Subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas**. Maringá: EDUEM, 2010. p.41-65.

O GLOBO. **Papa Doc inicia reinado de terror no Haiti, em 1957, e o filho Baby aprofunda o horror**, publicado em 8 ago. 2013, atualizado em 20 set. 2017. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/papa-doc-inicia-reinado-de-terror-no-haiti-em-1957-o-filho-baby-aprofunda-horror-9433110#ixzz4cjXPzyij>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

OLIVEIRA, M. Imigrantes haitianos no Estado do Paraná em 2015. In: GEDIEL, J. A. P.; GODOY, G. G. **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba. Kairós Edições, 2016. p. 249-276.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Haiti**: Operações de ajuda pós-terremoto devem continuar no próximo ano, 25 out. 2010. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/haiti-operacoes-de-ajuda-pos-terremoto-devem-continuar-no-proximo-ano/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Diagnóstico regional sobre migración haitiana**. Argentina: Mercosul, ago. 2017. Disponível em: <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Diagnostico_Regional.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Cultura. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba da Prefeitura Municipal de Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 22 set. 2017.

PATARRA, N. L. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

_____. Migrações Internacionais: Teoria, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, 2006.

PIRES, J. M.; COSTA, I. N. (Org.). **O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas**. São Paulo: EDUC ; FAPESP, 2010. 226 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1990-2013: A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado**. Washington, DC: PNUD, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2013_portuguese.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: Novos desafios para análise. **Experimental**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-24, mar. 1997.

PROGRAMME DES NATIONS UNIES POUR LE DEVELOPPEMENT (PNUD). **Haiti**, 2017. Disponível em: <<http://www.ht.undp.org/content/haiti/fr/home/countryinfo.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ROSA, R. M. A construção da desigualdade no Haiti: Experiências históricas e situações atuais. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, DF: Centro Universitário de Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-25, 2006. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/160/297>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SALIM, C. A. Migrações: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, 1992. v. 3. p. 119-144.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCALABRINI, J. B. Minha Pátria é o Mundo. **Texto do Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei**. Porto Alegre: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Comunicação Impressa, 2011.

SCHMIDT, M. A. M.; FILIZOLA, R. **Construção**: novos estudos sociais. São Paulo: Editora do Brasil, 1988.

SILVA, C. G.; TERRA, F. H. B. O desempenho econômico brasileiro em 2011 e perspectivas para 2012: uma análise rápida em um período complexo. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2012.

SILVA, H. M. Adaptação pioneira dos imigrantes da Letônia na terra prometida. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003. João Pessoa. **Anais....** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-9.

SILVA, S.A. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2016.

_____. Imigração e redes de acolhimento. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2017.

THE GUARDIAN. **Boxing Day 2004 tsunami**: Banda Aceh – then and now, 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/ng-interactive/2014/dec/10/boxing-day-2004-tsunami-banda-aceh-then-and-now>>. Acesso em: 14 out. 2017.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Haiti**. 2016. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/hti/>>. Acesso em: 14 out. 2017.

TRINTIN, J. G. História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados da década de noventa do século XX. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADAS, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Segundas Jornadas de História Regional Comparadas, 2005. p. 36-51.

TRINTIN, J. G.; CAMPOS, A. C. Economia paranaense: diversificação ou especialização produtiva. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 35, n. 2, p. 161-173, jul./dez. 2013.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WICHMANN, R. M.; PORTUGAL, M. S. Política fiscal assimétrica: O caso do Brasil. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 67 n. 3, p. 355-378, jul./set. 2013.

WORLD BANK. **Haiti responds to cholera**. set. 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/results/2015/09/22/haiti-responds-to-cholera>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

WORLD BANK. **The migration and remittances factbook**. Washington, DC: World Bank, 2011. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/data-catalog/migration-and-remittances>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro aplicado durante as entrevistas para agenciador(es) de trabalhadores haitianos.

- 1) Como você ficou sabendo desse trabalho?
- 2) Quando foi que você contratou os haitianos?
- 3) Relate como aconteceu e onde eles foram contratados?
- 4) Qual empresa que você prestou esse serviço? O que ela prometia e como foi que ela combinou com você?
- 5) Quantos haitianos vieram na primeira leva?
- 6) Você retornou para o Acre ou São Paulo para contratar mais trabalhadores? Quantos haitianos você trouxe no total?
- 7) Você continua essa atividade? Por quê?
- 8) O que motivou a você realizar esse serviço?
- 9) Os benefícios oferecidos pela empresa foram cumpridos?
- 10) Outras oportunidades de trabalho em relação aos haitianos apareceram para você? Quais?

APÊNDICE B - Roteiro aplicado durante as entrevistas com os imigrantes haitianos.

- 1)** Quando você migrou para Mandaguari?
- 2)** Qual o seu percurso para chegar aqui?
- 3)** Por quê você resolveu vir para Mandaguari(Brasil)?
- 4)** Você já sabia desse trabalho aqui? Você conhecia alguém aqui na cidade?
- 5)** Como foi a sua contratação? Estava em São Paulo ou Acre? Trabalhou em outra cidade antes de chegar aqui veio direto? Relate esse percurso?
- 6)** Qual o seu trabalho no Haiti? Qual a sua escolaridade?
- 7)** Aqui você realiza qual atividade?
- 8)** Qual a sua remuneração?
- 9)** Você acha que melhorou ou piorou em relação ao trabalho?
- 10)** Quais os seus objetivos aqui?
- 11)** Quais foram às primeiras dificuldades quando chegou em Mandaguari?
- 12)** Elas ainda continuam? Você vê dificuldade no seu trabalho? Como poderia melhorar?
- 13)** Como resolveu a questão da moradia? Saúde?
- 14)** Está estudando? O quê?(Se estiver, falar das dificuldades e facilidades em estudar em Mandaguari)
- 15)** Existe alguma situação que gostaria de relatar sobre a sua presença em Mandaguari.